**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

PROCAM

GABRIELA DE AZEVEDO COUTO

**AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS E AS ONGS
SOCIOAMBIENTAIS BRASILEIRAS: NOVAS ESTRATÉGIAS DE
CONSERVAÇÃO PARA A AMAZÔNIA**

**SÃO PAULO
2012**

GABRIELA DE AZEVEDO COUTO

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS E AS ONGS SOCIOAMBIENTAIS
BRASILEIRAS: NOVAS ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO PARA A
AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM
da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Beduschi Filho

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca da Unidade que aloja o Programa e na Biblioteca
Digital de Teses e Dissertações da USP)

SÃO PAULO
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da publicação

Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental / PROCAM
da Universidade de São Paulo

Couto, Gabriela de Azevedo

As mudanças climáticas globais e as ONGs socioambientais brasileiras: novas estratégias de conservação para a Amazônia/ Gabriela de Azevedo Couto; orientador Luiz Carlos Beduschi Filho – São Paulo, 2012.

207 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo.

1. Mudança Climática, 2. Organização não-governamental (ONGs), 3. Amazônia, 4. Legitimidade, 5. Aprendizagem

COUTO, G. A. As mudanças climáticas globais e as ONGs socioambientais brasileiras: novas estratégias de conservação para a Amazônia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Mestre em Ciência Ambiental.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Aos filhos que ainda não tive, às pessoas que
ainda hão de nascer, às sementes que estão a
espera do exato momento de germinar, aos
animais que ainda hão de copular... A todos
que acreditam no poder das transformações
no presente para um futuro de harmonia e
equilíbrio na relação dos homens entre si e
para com o planeta.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido e companheiro Mauricio, fonte de inspiração e de apoio incondicional para a realização deste projeto de pesquisa e de vida. Sem o qual esta pesquisa jamais teria acontecido.

Ao Luiz Carlos Beduschi, professor, orientador e amigo, por acreditar neste projeto e por orientá-lo. Por enxergar na bióloga a cientista ambiental, e por mostrar-lhe isso.

Ao PROCAM/USP e todos seus funcionários, professores e coordenadores, pelos ensinamentos e apoio em todas as horas.

À CAPES, pelo apoio financeiro ao projeto, o qual possibilitou as idas a campo, a realização das entrevistas e o enriquecimento da pesquisa e a obtenção de seus resultados.

Ao prof. Ricardo Abramovay, pela possibilidade de conhecimento e imersão nas Ciências Sociais. Por mostrar uma nova forma de ver e analisar, através do conhecimento científico, as relações dos homens entre si e junto à sociedade na qual estão inseridos.

Aos membros do Conselho do Comitê de Pesquisa RC24 em Ambiente e Sociedade da Associação Internacional de Sociologia pelo apoio financeiro para apresentação e publicação de trabalho no XVII Congresso Mundial de Sociologia da ISA, em Gotemburgo, Suécia.

Aos membros do Projeto COMPON (*Comparing Climate Change Policy Networks*) por me fazerem ver que eu não estava sozinha no mundo discutindo a temática de pesquisa e por me trazerem força e convicção para seguir adiante.

Aos professores Myanna Lahsen e Pedro Jacobi pelas contribuições ao longo do mestrado, sem as quais esta pesquisa não teria chegado aonde chegou.

A cada um dos entrevistados desta pesquisa, pela paciência, dedicação do seu tempo e energia. Pela sinceridade e disponibilidade em compartilhar o seu trabalho para o meu trabalho.

À Joana e Ana por terem me alojado em Brasília e ao João e Karin por terem feito o mesmo em Cuiabá, durante meu trabalho de campo.

Às minhas amigas do coração, por terem me escutado e às vezes até me aturado ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. A todos os amigos que se interessaram, conversaram e compartilharam momentos de descontração e de inspiração.

À minha família, por serem eles e por sempre estarem ao meu lado.

E finalmente, e não menos importante, a cada uma das pessoas que passaram por mim, antes e durante este trabalho de pesquisa e contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho de pesquisa.

RESUMO

COUTO, G. A. **As mudanças climáticas globais e as ONGs socioambientais brasileiras: novas estratégias de conservação para a Amazônia.** 2012. 207 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

A emergência das mudanças climáticas globais como problemática socioambiental central dos tempos atuais impõe-se como um desafio não só porque exige da sociedade medidas para minimizar os impactos e buscar novos modos de vida em um planeta em transformação, mas principalmente porque demanda um melhor entendimento sobre como as alterações no clima são percebidas e interpretadas pela sociedade, assim como sobre a propensão de determinados grupos sociais para intervir no tema. Este estudo tem como objetivo compreender uma parte deste processo, investigando, a partir da emergência e posicionamento do tema Mudanças Climáticas Globais na agenda internacional, como as estratégias e ações de ONGs ambientalistas brasileiras para conservação da Amazônia são influenciadas. Isso porque o desmatamento da floresta Amazônica se apresenta como o maior responsável pelos altos índices de emissões brasileiras de Gases de Efeito Estufa, mas também porque a floresta amazônica é considerada um importante sumidouro de carbono. Além disso, este estudo apresenta elementos que mostram a importância da atuação de ONGs ambientalistas brasileiras, uma vez que influenciam os processos de tomada de decisão relativos às mudanças climáticas no âmbito nacional e internacionalmente. Esta pesquisa concentra-se em compreender o papel desempenhado por um grupo específico de organizações não-governamentais ambientalistas brasileiras no processo social que contribui para o debate relativo à problemática estabelecida. São organizações que vêm se articulando com diferentes parceiros, desenvolvendo novos projetos, inovando em suas estratégias de atuação social e política, transitando da escala local à global e ampliando e diversificando seu universo de ações e relações, sem que para isso tenham que modificar sua missão. A principal ideia da dissertação é que estas organizações não devem ser consideradas meras oportunistas por lidarem com um “tema da moda”, nem tampouco reféns de financiadores que impõem a elas suas prioridades; ao contrário, são organizações que contribuem para a construção de novas agendas e constroem novas oportunidades de financiamento a fim de continuarem cumprindo com sua missão.

Palavras-chave: mudanças climáticas, ONGs socioambientais, Amazônia, aprendizagem, legitimidade.

ABSTRACT

COUTO, G. A. The global climate change and the Brazilian social environmental NGOs: new strategies to the Amazon conservation. 2012. 207 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

The emergence of global climate change is a unique social and environmental problematic. Climate change is a challenge, not only because it requires societal measures to minimize impacts and to search for new ways of life in a transforming world, but especially because it demands a better understanding of how climate change is perceived and interpreted by different societies, and of the willingness of social groups to act in response to these challenges. The objective of this study is to understand one part of this process, evaluating how the strategies and actions of Brazilian environmental NGOs advocating the conservation of the Amazon are influenced by the emergence and positioning of the Global Climate Change issue on the international agenda. This connection is important, both because the deforestation of the Amazon is the main contributor to high Brazilian greenhouse gas emissions, and because the forest is an important carbon stock for the world. This study presents evidence that demonstrates the importance of some Brazilian environmental NGOs, which exert influence on decision-making processes at national and international climate change talks. Moreover, the research is focused on understanding the role played by a specific group of Brazilian environmental NGOs in the bottom-up social processes that contribute to the climate change debate. These organizations articulate among different partners, develop new projects and innovate in their strategies for social and political action. They transit from the local to the global scale, amplifying and diversifying their range of activities and relationships, all of this without the need for change in their institutional missions. The central thesis of this dissertation, then, is that these organizations not be considered as mere opportunists because they are now dealing with a “fashionable issue”, or as hostages of international donors that impose new priorities. Rather, they are argued to be organizations that contribute to the development of new agendas and the building of new financing opportunities, in order to continue striving toward the achievement of their institutional missions.

Key words: Climate change, social environmental NGOs, Amazon Biome, Learning and Legitimacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Modelo esquemático do processo de aquisição de legitimidade	49
Figura 2.2 – Modelo esquemático do processo de legitimidade e aprendizagem	51
Figura 3.1 – Quadro esquemático das mudanças climáticas pelo IPCC	54
Figura 4.1 – Linha do tempo ilustrativa dos principais acontecimentos, nacionais e internacionais, relativos à temática das Mudanças Climáticas	76
Figura 4.2 – Linha do tempo ilustrativo dos principais acontecimentos relativos à temática das Mudanças Climáticas, com foco nas ações do ICV	79
Figura 4.3 – Linha do tempo ilustrativo dos principais acontecimentos relativos à temática das Mudanças Climáticas, com foco nas ações do IMAZON	83
Figura 4.4 – Linha do tempo ilustrativo dos principais acontecimentos relativos à temática das Mudanças Climáticas, com foco nas ações do IPAM	88
Figura 4.5 – Linha do tempo ilustrativo dos principais acontecimentos relativos à temática das Mudanças Climáticas, com foco nas ações do ISA	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Evolução da taxa de desmatamento de 1988 a 2008	27
Gráfico 3.1 – Dados comparativos de atenção de mídia à temática de mudanças climáticas com base no COMPON.....	57
Gráfico 4.1 – Número de notícias publicadas pelo Greenpeace Brasil relativas ao tema das mudanças climáticas/ano	79
Gráfico 4.2 – Número de vezes que as palavras ‘políticas pública’ (PP), ‘manejo florestal’ (MF), ‘mudanças climáticas’ (MC) e carbono aparecem nos relatórios anuais do ICV.....	81
Gráfico 4.3 – Número de vezes que as palavras ‘políticas pública’ (PP), ‘manejo florestal’ (MF), ‘mudanças climáticas’ (MC) e carbono aparecem nos relatórios anuais do IMAZON.....	84
Gráfico 4.4 – Gráfico comparativo da quantidade de vezes que as palavras ‘políticas públicas’, ‘manejo florestal’ e ‘mudanças climáticas’ aparecem nos relatórios anuais do ISA.....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Apresentação das datas de fundação de ONGs socioambientais no Brasil, com locais de fundação	31
Tabela 2.2 – Publicações analisadas das organizações para esta pesquisa	36
Tabela 2.3 – Sítios eletrônicos visitados e analisados para esta pesquisa	37
Tabela 2.4 – Lista dos entrevistados para esta pesquisa, com suas filiações e um breve resumo sobre suas experiências e atuação	38
Tabela 5.1 – Quadro resumo de informações das ONGs ICV, IMAZON, IPAM e ISA	103
Tabela A.1 – Compilação de dados dos tipos de financiadores do ICV através de análise dos relatórios anuais da organização, desde 2005	122
Tabela A.2 – Financiadores do IMAZON desde o ano de 1999 a 2009	123 e 124
Tabela A.3 – Os financiadores do IMAZON que só financiaram a organização apenas uma vez	125
Tabela A.4 – Financiadores do ISA desde o ano de 2000 a 2009	126 a 130

LISTA DE IMAGENS

Imagem 3.1 – Imagem Furacão Caratina, sobre litoral catarinense e gaúcho, em 2006	59
Imagem 3.2 – Imagem seca na Amazônia, em 2005	59
Imagem B.1 – A grande floresta	203
Imagem B.2 – Desmatamentos na Amazônia	203
Imagem B.3 – As florestas de igapó e seus rios	204
Imagem B.4 – Os rios	204
Imagem B.5 – O charme dos diferentes tipos de casas	205
Imagem B.6 – Modos de vida	205
Imagem B.7 – Alternativas de produção e subsistência	206
Imagem B.8 – A comida	206
Imagem B.9 – O micro no macro	207
Imagem B.10 – A autora e a floresta	207

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
AM	Amazonas
APPs	Área de Preservação Permanente
ARA	Articulação Regional da Amazônia
°C	Graus Celsius
CEAPS	Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CI	Conservação Internacional
CIRAD	Centro de cooperação internacional em pesquisa agronômica para o desenvolvimento
CNEA	Cadastro Nacional das Entidades Ambientalistas
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COMPON	<i>Comparing Climate Change Policy Networks</i>
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP	Conferência das Partes
CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
DF	Distrito Federal
EAESP-FGV	Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBMC	Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

FBOMS	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FSC	Forest Stewardship Council
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVA	Fundação Vitória Amazônica
GEE	Gases de Efeito estufa
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
HIVOS	<i>Humanist Institute for Development Cooperation</i>
IAI	Instituto Interamericano de Pesquisa sobre Mudanças Globais
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ICCO	<i>Interchurch Organization for Development Cooperation</i>
ICV	Instituto Centro e Vida
IDEC	Instituto de defesa do Consumidor
IMAFLOA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisas Ambiental da Amazônia
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
ISA	Instituto Socioambiental
IV RA IPCC	Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
LBA	Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia

MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MT	Mato Grosso
NDI	Núcleo de Direitos Indígenas
NOVIB	<i>Netherlands Organization for Development Cooperation</i>
OC	Observatório do Clima
OELA	Oficina Escola de Luthera da Amazônia
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
POEMA	Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável
RAISG	Rede Amazônica de Informação Socioambiental
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
REMTEA	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental
TNC	<i>The Nature Conservancy</i>
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNFCCC	<i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i>
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
WHRC	<i>Woods Hole Research Center</i>
WRI	<i>World Resource Institute</i>
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. AS ONGS SOCIOAMBIENTAIS E A AMAZÔNIA BRASILEIRA	22
2.1. Um breve histórico.....	22
2.2. As ONGs socioambientais objeto deste estudo	35
2.2.1 O Instituto Centro e Vida	38
2.2.2 O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	41
2.2.3 O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	43
2.2.4 O Instituto Socioambiental.....	45
2.3. Algumas teorias que explicam o fenômeno ONGs.....	47
3. AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO FENÔMENO SOCIAL.....	52
3.1.A ciência do clima.....	52
3.2.O processo de incorporação social das mudanças climáticas	55
3.2.A floresta Amazônica e as Mudanças Climáticas	59
3.3.A importância do conhecimento tradicional	63
4. MUDANÇAS NAS ARENAS: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIO DAS ONGS SOCIOAMBIENTAIS	67
4.1. Particularidades de uma ‘Terra Brasilis’	67
4.2. Ação e reação de algumas ONGs no Brasil.....	76
4.2.1 O Greenpeace Brasil	78
4.2.2 O ICV – Instituto Centro de Vida.....	79
4.2.3 O IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	83
4.2.4 O IPAM - Instituto de Pesquisas AMBIENTAL da Amazônia	88
4.2.5 O ISA – Instituto Socioambiental.....	92
4.2.6 A atuação em políticas públicas	96
5. LEGITIMIDADE E APRENDIZAGEM POR PARTE DAS ONGS AMBIENTALISTAS	101
6. CONCLUSÃO.....	109
7. BIBLIOGRAFIA	113
APÊNDICE A – FINANCIADORES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS.....	121
APÊNDICE B – COMPILAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS RELATÓRIOS ANUAIS DAS ONGS ESTUDADAS.....	131
APÊNDICE C – APÊNDICE FOTOGRÁFICO.....	201

1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas são hoje um dos maiores desafios globais a serem resolvidos pela sociedade contemporânea. Dados, fatos e previsões são gerados e divulgados diariamente, causando reações diversas nos indivíduos e organizações. Para alguns, o conhecimento de fatos pode despertar o interesse pela mudança, nem que isso represente reciclar o lixo gerado dentro de casa. Para outros, a inércia pode ser a opção, uma vez que a ‘tragédia’ pode ser tão grande que não há nada que possa ser feito. Alguns terão a tendência de olhar para os custos econômicos das mudanças climáticas e os possíveis ‘prejuízos’ que podem gerar, outros podem enxergar oportunidades de negócios e de fazer dinheiro com os fatos.

Ainda que existam controvérsias, se reconhece hoje que o fenômeno das mudanças climáticas tem causas – e as ações humanas são das principais delas – e consequências.

Baseado nesta perspectiva, esta pesquisa considera as mudanças climáticas também como um fenômeno social, em que os processos de tomada de decisão por parte de diferentes grupos de atores sociais para determinadas ações contribuem com as mudanças climáticas e/ou reduzem seus impactos. Assim, compreender o papel desempenhado pelos atores se faz central na percepção, interpretação e mobilização pela sociedade.

São diversos os grupos de atores sociais que têm cumprido o papel de fazer com que a sociedade compreenda e incorpore, mesmo que lentamente, a problemática das mudanças climáticas. Por um lado, alguns deles se apresentam como proponentes de novas formas de pensar e se relacionar como o planeta, em busca de encontrar soluções alternativas para resolver a problemática vivida. Por outro, outros buscam manter o cenário do “*business-as-usual*”.

Esta pesquisa de mestrado concentra-se no papel de um grupo específico de organizações não-governamentais ambientalistas aqui considerados como atores relevantes no processo social de condução de projetos e contribuição para o debate relativo às mudanças climáticas no Brasil.

Para este estudo, utilizaremos o conceito de Princen & Finger (1996) para definir o termo ONGs ambientalistas como “*grupos sem fim lucrativos cuja missão primordial é reverter a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento*” (PRINCEN & FINGER, 1996: 16).

Esta pesquisa buscará compreender, a partir da emergência e posicionamento do tema das Mudanças Climáticas Globais na agenda da cooperação internacional, como as ONGs ambientalistas que atuam na região Amazônica são influenciadas e, por outro lado, também influenciam o processo de tomada de decisão relativo às mudanças climáticas.

Para tanto, são reunidos elementos teóricos e empíricos para responder, de forma mais específica, por que as ONGs ambientalistas que atuam na Amazônia brasileira modificam suas estratégias e ações a partir a emergência do tema das mudanças climáticas globais?

A pergunta proposta nesta pesquisa poderia ser respondida pela perspectiva do senso comum: “é o tema da moda” ou ainda “é a bola da vez”. Uma hipótese algo mais elaborada, mas seguindo a mesma orientação, poderia ser assim apresentada: as ONGs brasileiras que trabalham na Amazônia se envolvem na temática das mudanças climáticas porque é para este tema que os recursos financeiros estão sendo realocados, segundo as orientações temáticas e prioridades de seus financiadores. Para continuarem sobrevivendo, se adaptam às agendas externas, e reorientam sua atuação para atuar junto á mitigação dos impactos das mudanças climáticas na Amazônia.

Esta pesquisa vai trabalhar com outra hipótese. Pretende-se demonstrar que tal resposta é demasiado simplista, pois não considera a complexidade de fatores que configuram o universo social em que estas ONGs estão imersas. Um elemento central da análise aqui apresentada diz respeito à capacidade de aprendizagem e inovação, que constituem uma das principais características destas ONGs, associadas ao desafio de manterem a legitimidade de que desfrutam frente aos demais atores que fazem parte do seu universo relacional.

Formulada de forma mais direta, a hipótese central do trabalho é que a emergência do tema das mudanças climáticas desafia estas ONGs a ampliar seu quadro de ação e relações e conquistar a aceitação de novos atores, sem modificar sua missão e sem perder o vínculo com aqueles atores responsáveis por legitimar sua atuação e sua própria existência.

Neste sentido, compreender o contexto em que estiveram inseridas, nacional e internacionalmente, ao longo da década de 2000, é fundamental.

No Brasil, a incorporação do tema como pauta prioritária a ser discutida entre diferentes grupos sociais é um processo lento e gradual. Vai ser ao longo da década de 2000 que mídia, ONGs, setor privado, governos e sociedade em geral vão se envolvendo e ampliando as discussões relativas sobre mudanças climáticas globais. No caso específico do governo federal brasileiro, identifica-se um envolvimento anterior, que se deu desde as primeiras discussões para implantação de mecanismos internacionais de controle das emissões

de gases de efeito estufa, cumprindo muitas vezes um papel de liderança na condução das negociações.

Com o avanço das negociações e da perspectiva de inclusão de florestas na agenda do clima, o governo brasileiro passou a posicionar-se contrariamente às discussões, tratando de barrar as negociações e, conseqüentemente, dificultando a evolução da agenda climática global.

O que Lahsen (2010a) identifica como ‘dualidade da política climática brasileira’, acima exemplificado, não é uma particularidade da discussão do clima. O mesmo governo que se compromete oficialmente com a redução das suas emissões de gases de efeito estufa estimula ações que ampliam o desmatamento. Outros exemplos poderiam ser utilizados para ilustrar tal raciocínio, como a própria política de uso e conservação da floresta Amazônica, que ao mesmo tempo em que incentiva e sinaliza positivamente aos agentes econômicos que o desmatamento é uma estratégia compensadora, propõe programas governamentais de combate ao desmatamento.

Vale aqui mencionar também a importância que o ano de 2007 teve como um marco na discussão climática. Foi neste ano o lançamento do IV Relatório de Avaliação (RA) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e a premiação do IPCC, juntamente com o ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, produtor do documentário “Uma Verdade Inconveniente”, com o Prêmio Nobel da Paz. Tais fatos tiveram papel central na difusão da temática globalmente. Pode-se observar neste ano uma movimentação muito maior por parte de diferentes setores. Novas pautas surgiram, novos projetos foram propostos, novos mecanismos de produção mais limpa, novos conceitos de desenvolvimento, entre outros, emergiram e ganharam espaço.

Observam-se, particularmente a partir deste ano, mudanças na cobertura de mídia, da forma de organização do setor privado a fim de pensar uma nova economia de baixo carbono, mobilização de governos municipais e estaduais que antes se encontravam à margem da discussão climática, novas formas de organização para influenciar a formação de políticas pública para clima, assim como o surgimento de novos financiamentos para projetos que busquem minimizar as causas das mudanças no clima.

Com o lançamento do IV RA IPCC as florestas tropicais também ganham papel importante na discussão de clima, já que o desmatamento é apresentado como uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa no Brasil e no mundo. Até o lançamento do IV relatório do IPCC, a inclusão do tema de florestas na discussão climática era difícil. De lá para cá, as emissões por desmatamento tornaram-se um tema extremamente

relevante, que não podia mais ser evitado. E assim, tomadores de decisão de diversas partes do mundo, governos, agências de cooperação internacional e financiadores em geral passaram a incluir em suas agendas programas e projetos de combate ao desmatamento e degradação de florestas tropicais para redução de emissões de gases de efeito estufa.

Este é o contexto geral no qual está inserida esta dissertação, que divide-se em seis capítulos.

No capítulo 2, a dissertação introduz o leitor ao mundo das ONGs ambientalistas, apresentando algumas particularidades do socioambientalismo brasileiro e da presença de ONGs socioambientais na Amazônia. Apresenta fatos e dados históricos a respeito de como o desmatamento e a degradação da Amazônia tornaram-se, na perspectiva do grupo das ONGs que atuam na Amazônia, um problema socioambiental a ser resolvido. Demonstra também como o processo de degradação florestal esteve intimamente relacionado às causas das mudanças climáticas globais, sem deixar de mencionar a importância da cooperação internacional no surgimento e fortalecimento dos movimentos de base e ONGs na Amazônia brasileira.

No terceiro capítulo discute-se o processo de produção do conhecimento climático e seu papel na incorporação social das mudanças climáticas como problemática urgente a ser solucionada, considerando de central importância a difusão do conhecimento climático por diferentes atores. Busca apresentar elementos que demonstram que a floresta Amazônica não é apenas a ‘vilã’ das mudanças climáticas, mas também uma de suas ‘vítimas’. Ressalta, ainda, a importância que o conhecimento tradicional de populações que vivem na floresta tem para um melhor entendimento de possíveis consequências das mudanças climáticas na Amazônia.

O quarto capítulo apresenta diversos acontecimentos relacionados às mudanças climáticas no Brasil e o papel desempenhado por diferentes atores nacionais na incorporação do tema como problemática acachapante dos tempos atuais. Focaliza a atenção em um grupo de quatro ONGs socioambientais que trabalham na Amazônia e atuam junto ao tema das mudanças climáticas. Ao longo do capítulo, fatos importantes são trazidos à tona, apresentando ao leitor elementos concretos que demonstram como a atuação de ONGs ambientalistas brasileiras foi decisiva na mudança da agenda internacional de clima. Discute, também, como, ao mesmo tempo, tais ONGs se viram desafiadas a lidar com o tema no Brasil, em especial em suas relações com atores sociais com os quais estabelecem relações que estão na própria origem de sua legitimidade. De forma complementar, neste capítulo se descreve a estratégia de atuação coletiva em redes para lidar com o tema das mudanças

climáticas, o que implica em processos de inovação organizacional que permitem a elas influenciar de forma mais efetiva o processo de formulação de políticas públicas para o clima.

No quinto capítulo, com base nas evidências empíricas apresentadas e na discussão teórica, sustenta-se que está em curso um intenso processo de racionalização no seio destas organizações. Demonstra-se que, ao mesmo tempo em que influenciam o processo de construção social do tema das mudanças climáticas, estas organizações são significativamente influenciadas por ele. Ao contrário, portanto, do que sugerem diferentes estudos, e o próprio senso comum, as mudanças recentes identificadas nas estratégias das ONGs ambientalistas na Amazônia não podem ser explicadas apenas pelo argumento do oportunismo, mas por uma combinação de elementos inseridos em processos de inovação, aprendizagem e adaptação.

Finalmente, no sexto capítulo são apresentadas, de forma sintética, as principais conclusões do estudo.

2. AS ONGS SOCIOAMBIENTAIS E A AMAZÔNIA BRASILEIRA

2.1. UM BREVE HISTÓRICO

Para compreender o “fenômeno” ONGs ambientalistas (PRINCEN; FINGER, 1996) é possível iniciar a tarefa situando-as como o grupo de atores sociais que mais se desenvolveu e ganhou destaque global nas últimas cinco décadas. Descrito amplamente na literatura (CHAPIN, 2004; DIEGUES, 2008; FERREIRA, 1999; FINGER, 1996; TEIXERA, 2003), seu surgimento é marcado pelo “*quadro de exacerbada degradação ambiental e social em escala planetária*” (VIOLA, 1987), influenciando estas organizações que vão surgindo a mudar este quadro, através da proteção do meio ambiente e da vida na terra.

No cenário de exploração ilimitada dos recursos naturais, de perda de milhares de hectares de florestas a cada ano (SPETH, 2010) e de mudanças no clima da Terra, as ONGs ambientalistas se apresentam e são percebidas como um dos principais líderes do processo de pressão por uma agenda global voltada à sustentabilidade (GLOBESCAN & SUSTAINABILITY, 2009).

A contribuição deste segmento é potencializada devido à diversidade de iniciativas que praticam. São muitas as ONGs ambientalistas com respeitável histórico de atuação e credibilidade frente à sociedade, desenvolvendo propostas coletivas de projetos e campanhas, articuladas em redes, em diferentes escalas e integrando iniciativas locais a demandas internacionais.

Nem sempre estes atores são encarados do mesmo modo. Quando se trata de compreender o papel que cumprem na sociedade, emergem divergências no campo acadêmico, questionamentos quanto à ação e interesses deste grupo social no debate político nacional¹ assim como junto aos meios de comunicação².

¹ No Brasil, o Senado Federal instaurou em novembro de 2001 a CPI das ONGs (que acabou por incorporar também as ONGs ambientalistas) com intuito de investigar o repasse de recursos financeiros federais às distintas ONGs e o uso destes recursos pelas mesmas (SENADO FEDERAL, 2011). Mais recentemente, ao longo do debate sobre as possíveis modificações no Código Florestal Brasileiro, as ONGs ambientalistas foram acusadas de servirem a interesses internacionais.

Divergências podem ser atribuídas em parte pela indefinição do significado do termo ‘organizações não-governamentais’. Definir algo por aquilo que não se é, não define características claras a ponto de se saber exatamente “de quem” está se falando, ampliando as possibilidades de múltiplos atores serem considerados parte do universo das ONGs.

No campo teórico, diversos são os autores que buscaram definir e classificar as ONGs. Na literatura, com frequência, é feito uso das nomenclaturas “organizações sociais”, “organizações do Terceiro Setor” e “agentes do movimento ambientalista” com o mesmo significado de “organizações não-governamentais”, sem que haja diferenciações no uso dos termos.

Quando se trata de compreendê-las pela sua classificação o imbróglio é garantido³.

Na tentativa de reconhecê-las como agentes do movimento ambientalistas, teóricos dos novos movimentos sociais buscaram definir as ONGs a partir do seu potencial gerador de mobilizações coletivas, capaz de reinventar a sociedade e a vida política (FERREIRA, 1999), por meio da difusão de novos valores.

Ao pensar nas ONGs como organizações do terceiro setor, autores justificam o seu entendimento e papel social atrelado ao momento histórico no qual surgiam mobilizações por parte da sociedade civil em prol de causas sociais e ambientais e que se refletia na importância de encontrar um caminho intermediário e alternativo entre o Estado (segundo setor) e o mercado (primeiro setor) (ALBUQUERQUE, 2006).

É no reconhecimento da imensa diversidade existente no mundo das ONGs (PRINCEN & FINGER, 1996) que alguns autores recomendam que um bom entendimento das mesmas só seja possível quando se é capaz de identificar o contexto no qual estão inseridas, para que foram criadas, quais suas estratégias e que papel cumprem na sociedade (GOHN, 2005).

Será a partir da perspectiva que busca promover o entendimento dos fenômenos em torno das inter e intra-relações sociais de uma organização que este estudo procura compreender como se caracterizam as organizações não-governamentais ambientalistas,

² Qualquer pesquisa no Google por materiais a respeito de ONGs ambientalistas é possível de se identificar a divergência que existe quanto a atuação de ONGs e o papel que cumprem, sendo acusadas em diversos sites na internet de serem “perigosas ao país”, de receberem “ecodólares” para defenderem interesses estrangeiros.

³ Em sua tese pioneira sobre as organizações não-governamentais, Landim (1993) apresenta o que nesta dissertação se está chamando de polissemia do mundo das ONGs. Ela apresenta as diversas entidades que se reconhecem e são reconhecidas como ONGs. Entidades que têm práticas diversas, missão e objetivos diferentes dentro da sociedade e que são classificadas dentro da alcunha de ONG sem que tenham características semelhantes, sendo, deste modo, difícil compreendê-la apenas pela sua classificação como organização não-governamental.

identificando a forma como elas agem e apontando o papel que cumprem na sociedade em que estão inseridas. Será também com base no entendimento das ONGs como atores sociais inseridos em arenas de conflitos, onde estão em disputa diferentes interesses (PAQUIS *et all*, 2003), que este estudo buscará compreender de que maneira as organizações buscam inovar em suas estratégias e diversificar seu universo de relações em busca de atingir sua missão.

No cenário nacional, é possível identificar três instâncias governamentais e não-governamentais que agregam o grupo de organizações da sociedade civil brasileira, incluindo o grupo das ONGs ambientalistas. Embora nem todo o “universo” das ONGs esteja contido e registrado nestas três instâncias, nelas estão organizações importantes da sociedade civil que atuam junto à temática socioambiental.

São elas: **Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG)**⁴, que congrega ONGs de diversos tipos “*que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia*”; o **Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS)**⁵ que congrega diversas organizações que se dediquem às questões socioambientais e ainda, e mais especificamente, o **Cadastro Nacional das Entidades Ambientalistas (CNEA)**⁶, estabelecido pela Resolução CONAMA nº 292, de 22 de março de 2002, que define de forma clara, em seu Art. 1º, define as organizações que **não** podem ser consideradas ambientalistas.

Mas existem algumas particularidades das ONGs ambientalistas que merecem ser destacadas.

“Socioambiental se escreve junto”⁷

Qualquer leitor curioso, ao tentar compreender o significado da palavra ‘socioambiental’ apenas procurando-a no dicionário, corre o risco de frustrar-se. Aurélio, Michaelis, Dicionário de Sociologia (AZAMBUJA, 1969), de Ciências Sociais (GOULD; KOLB, 1964), de Antropologia (WINICK, 1972), entre outros, não apresentam definição para a palavra. A ausência da definição do termo socioambiental não se dá apenas pelo fato de ser

⁴ <http://www.abong.org.br>

⁵ <http://www.fboms.org.br>

⁶ <http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cnea.cfm>

⁷ Logo da campanha de 10 anos do Instituto Socioambiental: “*Hoje, nós do ISA ainda temos que advertir que ‘socioambiental’ se escreve junto; mas esperamos ver o dia em que esta palavra seja considerada um pleonismo: se é social, só pode ser ambiental*” (ISA, 2004).

uma ideia nova, mas principalmente por tratar-se de algo complexo, que demanda do leitor uma busca além do dicionário.

Ainda que seja possível identificar nas palavras ‘sócio’ e ‘ambiental’ o entendimento de que questões ambientais e sociais estão intimamente relacionadas, será na origem do surgimento da palavra que o leitor poderá compreender o significado e as características do termo da melhor maneira.

A ideia do socioambientalismo surge em um momento histórico no qual se reconhece que já não bastava apenas a proteção do meio ambiente e a redução no uso dos recursos naturais. Era preciso que recursos como, por exemplo, água potável, ar limpo e solos sem contaminação estivessem disponíveis de forma equilibrada para todos os homens, sem que a exploração dos mesmos se desse à custa de minorias (ALIER, 2007). Momento em que estava em jogo o direito dos menos privilegiados, levantando questionamentos quanto às estratégias estabelecidas para proteger a natureza. Não apenas isolando-a e preservando-a da ação humana, retirando populações inteiras de parques nacionais, por exemplo, mas sim usufruindo do conhecimento e participação de populações tradicionais para propor novas alternativas de desenvolvimento⁸.

De características bastante particulares, o socioambientalismo surge no Brasil a partir da década de 1980 como “conjunto de ideias caseiras” (HOCHESTELLER & KECK, 2007). Esse processo construtivo de uma nova ideia de relações com a natureza foi amplamente influenciado por movimentos que defendiam as causas de populações tradicionais. Seringueiros, populações indígenas, trabalhadores rurais sem-terra, populações atingidas por barragens, entre outros, que lutavam pela garantia de manutenção de seus direitos de permanência no território e de uso dos recursos naturais.

Em seu livro *“Greening Brazil: environmental activism in state and society”* Hochesteller & Keck (2007) apresentam elementos que sugerem que a história de vida e morte de Chico Mendes foi responsável pela promoção do discurso socioambientalista em organizações no Brasil e no mundo. A luta dos seringueiros e de populações indígenas pelos seus direitos fortaleceu o elo entre “conservação” e “modo de vida sustentável”, que já vinha sendo pregado no discurso da “sustentabilidade” desde a Conferência de Estocolmo em 1972.

O surgimento desta nova ideia também influenciou organizações a pensarem novas formas de estabelecerem suas estratégias de atuação.

⁸ Importante referência é o autor Antonio Carlos Diegues que escreveu dois livros a respeito desta temática; “O Nosso Lugar Virou Parque: um estudo sócio-ambiental do Saco do Mamanguá – Paraty (RJ)” (1999) e “O Mito Moderno da Natureza Intocada” (2000).

Organizações que antes tinham como missão estritamente a conservação da natureza passaram a se preocupar também com a promoção dos benefícios sociais atrelados à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais. Grandes organizações como “*The Nature Conservancy*” (TNC), “*Conservation International*” (CI) e “*World Wildlife Fund*” (WWF) passaram a ser duramente criticadas pela comunidade internacional por suas estratégias de criação de áreas de conservação de proteção integral, ameaçando o direito das populações tradicionais de permanecerem em seus territórios e usufruírem dos recursos⁹.

Uma evidência emblemática da reorientação de práticas que combinam preocupações sociais com ambientais é a recente mudança de missão, valores e estratégia da organização não-governamental transnacional “*Conservation International*”. A mesma, que durante anos foi criticada pelas suas estratégias de proteção à natureza, decidiu no ano de 2010, 24 anos após sua criação, repensar sua atuação globalmente.

No Brasil, iniciando seu comunicado de imprensa com a frase “*A humanidade não pode mais ser considerada como algo separado do resto da vida na Terra*”, a “*Conservação Internacional – Brasil*” (assim chamada nacionalmente) anunciou a criação de uma nova abordagem de trabalho de toda a organização, a qual tem como nova premissa “*Promover o bem-estar humano fortalecendo a sociedade no cuidado responsável e sustentável para com a natureza*” (CI-Brasil, 2010).

A riqueza de acontecimentos como este não está baseada apenas na mudança de comportamento de algumas organizações ambientalistas, mas principalmente no fato de que movimentos sociais, que tinham como meio de sobrevivência a floresta, foram capazes de dar visibilidade a sua causa, pautando e modificando o próprio ambientalismo.

E a floresta Amazônica, como responsável pela manutenção do modo de vida destas populações, também ganha visibilidade e novas forças contra o processo de degradação que vinha sofrendo desde a década de 1950.

A Preocupação com a Amazônia Brasileira

A Amazônia, como uma das maiores regiões de floresta tropical contínua no mundo, é reconhecida pela ciência e por parte da sociedade global como um importante bioma a ser

⁹ Publicação do artigo de Marc Chapin (2004) “*A Challenge to Conservationists*” pela revista *World Watch*, assim como a publicação do livro de Antonio Carlos Diegues (2008) “*A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas*”.

protegido. De múltiplas paisagens, possui alta biodiversidade, é habitat de um conjunto grande de espécies e é central na manutenção do regime climático. Cada vez mais pesquisas reconhecem seu papel no acúmulo de grande quantidade de carbono por hectare de florestas (MOUTINHO et al., 2004) e na regulação dos ciclos de chuva em outras regiões do Brasil. Lá também vivem mais de 20 milhões de habitantes, sendo que parte desta população vive dentro da floresta e dela depende para sua sobrevivência.

Ao mesmo tempo em que as pesquisas avançam nas descobertas das ‘riquezas’ que a floresta possui, a Amazônia vem sofrendo um contínuo processo de degradação, cuja melhor expressão está nos seus altos índices anuais de desmatamento (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1– Evolução da taxa de desmatamento de 1988 a 2008 (a: média 1977 a 1988; b: média 1992 a 1994; d: estimativa) (fonte: INPE, 2011).

Ao analisar o Gráfico 2.1 o leitor corre o risco de se alarmar quanto aos índices de desmatamento da Amazônia. Todavia nem sempre o processo de degradação de florestas foi entendido como um problema. Durante um bom período havia incentivos para ocupação e uso da floresta. Um dos primeiros incentivos governamentais para ocupação da Amazônia ocorreu nos anos 1940, em que homens foram alistados e transportados para a floresta para extrair borracha da árvore de seringa. Neste momento, ocupar a floresta era quase um ato heróico, denotado na denominação “Soldados da Borracha”.

Nas décadas seguintes os processos de estímulo à ocupação seguiam acontecendo. Sob o lema “Ocupar para não entregar”, popularizado durante o período da ditadura militar, estradas foram abertas e brasileiros receberam estímulos financeiros para viver na região. Já nos anos 1980, na chamada “Década do Fogo”, o quadro de degradação do bioma era generalizado.

Nesta década aumenta o número de organizações que promovem ações de protesto contrárias ao desmatamento de florestas em todo o mundo. Na Indonésia, a abertura de grandes áreas florestais (1,7 milhões de hectares/ano) para agricultura era denunciada; no Congo a derrubada de florestas, a destruição de seus recursos naturais e sustento de suas populações tradicionais também eram reveladas (ADEODATO, 2009). Campanhas contra uso de madeira tropical, com proposições de boicote por parte de consumidores, governos e bancos europeus passaram a ser difundidas publicamente (VOIVODIC, 2010). E a Amazônia não ficou fora disso.

O Brasil vinha incrementando seus índices de desmatamento na Amazônia a um ritmo acelerado. Estima-se que no período que vai de 1977 a 1988, a taxa de desmatamento era de 2,1 milhões de hectares/ano (ver Figura 1).

Nacionalmente, o desmatamento da floresta Amazônica só passou a ser denunciado e encarado como problema a partir do fim dos anos 1970. Ainda arraigado na ideia do crescimento econômico acelerado¹⁰, o Brasil seguia preso ao discurso do desenvolvimento econômico a qualquer custo, em que “*ecologia era problema de país desenvolvido*” (VIOLA, 1987).

Gradualmente, os movimentos de denuncia e os grupos ambientalistas que surgiam e se envolviam com a causa, foram compreendendo que o processo de degradação da floresta e a ânsia pelo crescimento econômico a qualquer custo faziam parte da mesma lógica de uso e ocupação do solo na Amazônia (VIOLA; LEIS, 1995).

Mais recentemente, as causas e vetores do desmatamento da Amazônia vêm sendo objetos de estudos e preocupação de diversas organizações governamentais, não-governamentais, de pesquisa, de financiamento, tanto nacionais como internacionais.

No âmbito da pesquisa, estudos apontam as diferentes fases da evolução do desmatamento na Amazônia, vinculando-as aos diferentes momentos vividos na economia

¹⁰ “*Avançar 50 anos em 5*”, slogan do presidente Juscelino Kubitschek, revela o pensamento dominante durante seu governo (1956 a 1960) e que se perpetuou ao longo de duas décadas durante o regime autoritário-militar (VIOLA, 1987)

interna e externa do país¹¹ e à implantação de infraestrutura na Amazônia. Também aparece como um elemento propulsor do desmatamento a motivação do país em suprir a demanda internacional como importante fornecedor de “*commodities*”. Pesquisas destacam que a maior parte dos empreendimentos e incentivos são liderados por iniciativas e políticas de governo (FEARNSIDE, 2005).

Somado a isso, estudos também apontam estes vetores do desmatamento da Amazônia como “motor propulsor” de toda uma gama de ações contraproducentes à conservação da floresta, como a especulação de terras públicas, a agricultura de corte e queima, a expulsão e morte de comunitários, a extração ilegal de madeira, entre outros (ALENCAR, 2004).

Locais onde instituições e órgãos governamentais são mais débeis também merecem destaque, onde os vetores do desmatamento terão maior tendência ao crescimento e expansão (MELLO, 2006). Alguns autores sugerem, inclusive, que a ausência do Estado e sua fragilidade institucional **não** são acidentais, mas “*se trata de uma estratégia perseguida deliberadamente por operadores poderosos da região para os quais um Estado mais robusto, orientado a manter a ordem e a lei, seria altamente inconveniente*” (HOCHSTELLER & KECK, 2007).

É neste contexto de fragilidade política, associado ao cenário de degradação da floresta, que surgem novos atores sociais no combate ao desmatamento na Amazônia.

O surgimento de ONGs na Amazônia

Os conflitos socioambientais que vinham se dando no Acre ao longo da década de 1980 já tinham atraído a atenção das mídias e comunidade internacional também quanto à importância da manutenção da floresta como suporte a um modo de vida das comunidades tradicionais. Neste momento o social e ambiental não tinham mais diferenciação e ambos precisavam ser tratados com o mesmo grau de importância e atenção.

¹¹ Para as décadas de 70 e 80 se reconhece principalmente o papel que tiveram os incentivos governamentais para produção agrícola e de gado na região, em que as variações nas taxas de desmatamento eram resultado das variações na economia interna. Nos finais dos anos 80/ início dos anos 90 são reconhecidos os reflexos diretos da (ins)estabilidade econômica do país incidindo diretamente sobre os índices de desmatamento na Amazônia, com queda no desmatamento nos momentos de recessão (Plano Collor - 1991), assim como o seu aumento vertiginoso nos momentos de recuperação econômica (Plano Real – 1995). Mais adiante, a partir de 2002, já se reconhece o papel do mercado internacional sobre o desmatamento na Amazônia, com aumento do mercado internacional da soja e da carne bovina, que contou com importante participação do Brasil (FEARNSIDE, 2005)

Novas alianças entre diferentes atores sociais já começavam a se formar em que ONGs socioambientais recém criadas se articulavam com grupos sociais que vinham sofrendo com desmatamento e com organizações ambientais internacionais e de financiamento (governos e bancos multilaterais de desenvolvimento).

Surgiam no Acre organizações como o Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA, fundado em 1983 com o objetivo de *“atender demandas sociais vinda de comunidades tradicionais sob forte ameaça, em processo de organização com o movimento seringueiro”* (CTA, 2011) e como a Associação SOS Amazônia, fundada em 1988 *“durante a fase dos enfrentamentos dos seringueiros contra o avanço do desmatamento [...] criada com o objetivo de proteger a Floresta Amazônica e apoiar as populações humanas locais para a defesa do meio ambiente visando melhoria das condições de vida”* (SOS Amazônia, 2011).

Estes primeiros grupos de organizações não-governamentais que surgiam na Amazônia davam início à novas formas de parcerias, novos laços entre governos e sociedade, reconfigurando as formas de articulação e negociação, levando demandas locais a fóruns internacionais de discussão ambiental, em um processo que se intensifica por toda a região durante a década de 1990.

O Brasil, após a promulgação da Constituição de 1988, já havia apresentado em suas políticas federais algumas propostas para conservação dos ecossistemas¹², mas ainda carregava em seu legado os altos índices de desmatamento da Amazônia. O governo se preparava para sediar a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, a Rio-92 e ainda que não estivesse disposto a discutir particularidades sobre temas amazônicos, se mostrou disposto a adotar políticas experimentais de gestão dos recursos naturais e conservação da biodiversidade (MELLO, 2006).

Simultaneamente a sociedade civil também se organizava. Acontece, paralelamente à conferência oficial da ONU, o Fórum Global 92¹³, que reuniu diversas organizações ambientalistas e que gerou na sociedade civil brasileira uma forte organização e um singular processo de aprendizagem político (HOCHESTELLER & KECK, 2007). A sinalização, por parte do governo, em adotar novas políticas experimentais de gestão dos recursos naturais,

¹² Criação da secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República em 1973, criação da Política Nacional do Meio Ambiente em 1981, assim como o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 que reconhece que *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”*

¹³ Mais informações sobre o processo de criação e articulação do Fórum Global 92 e seus objetivos em Jacobi, 2000 e Hochesteller; Keck, 2007.

com apoio de instituições internacionais, também serviu de estímulo para que surgissem novas ONGs socioambientais na Amazônia.

Nesta mesma época surgem importantes organizações não-governamentais brasileiras e instalam escritórios no Brasil as grandes ONGs ambientais transnacionais (ver Tabela 2.1).

Ano	Local	Nome
1987	Santarém (PA)	Projeto Saúde & Alegria ^Φ
1989	*	Amigos da Terra – Amazônia Brasileira
1990	Manaus (AM)	Fundação Vitória Amazônica (FVA)
1990	Belém (PA)	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)
1992	São Paulo (SP)	Instituto Socioambiental (ISA)
1994	Belém (PA)	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
1992	Nazaré Paulista (SP)	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)
1995	Piracicaba (SP)	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA)
1995	Belém (PA)	Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável (POEMA)
ONGs transnacionais		
1990	São Paulo (SP)	Greenpeace Brasil
1990	Brasília (DF)	WWF-Brasil
1990	Brasília (DF)	Conservação Internacional - Brasil
1994	Brasília (DF)	TNC Brasil

Tabela 2.1– Apresentação das datas de fundação de ONGs socioambientais no Brasil, com locais de fundação.

* informação não encontrada, sua sede hoje fica em São Paulo (SP).

Φ o nome oficial da organização é CEAPS - Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental, publicamente conhecido como Projeto Saúde & Alegria.

Este novo grupo de atores sociais vai ganhar papel central à medida que buscam construir um novo olhar para o processo de conservação da Amazônia, através de uma atuação que combina a relação homem-natureza de uma nova forma. Já não se tratava mais de apenas reverter os diferentes processos de degradação da floresta, mas também de encontrar e implantar estratégias alternativas de produção e desenvolvimento para populações tradicionais.

Agindo através de uma diversidade de interesses e estratégias, a fim de influenciar os tomadores de decisão e a opinião pública por meio de campanhas, lançamento de relatórios técnico-científicos e divulgação pela mídia, esse grupo passou a disputar espaço nos processos de negociações nacionais e em fóruns internacionais, levando o conhecimento produzido localmente às diferentes escalas de tomada de decisão.

No âmbito nacional, imersas em um quadro de disputas por interesses e espaços, o desempenho de ONGs ambientalistas que atuam na Amazônia tem sido alvo de constantes controvérsias, quase sempre pautadas em uma retórica de manutenção da soberania nacional e de interesse “externos e obscuros” sobre os recursos da floresta.

Parte dessas acusações fundamenta-se no fato de que um grande montante de recursos que entra no Brasil para financiar a atuação destas ONGs socioambientais é proveniente da cooperação internacional, que vem de países como Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, Dinamarca e outros. Uma dinâmica de aporte de recursos externos que se apresenta como oportunidade, à medida que permite ampliar o escopo do trabalho e estabelecer estratégias mais eficientes de atuação e, em outra perspectiva, como desafio, ao gerar questionamentos quanto à integridade e o verdadeiro objetivo da atuação de ONGs na Amazônia brasileira.

A importância da cooperação internacional

O Brasil é um país que se caracteriza por ter tido, desde cedo, o apoio da cooperação internacional para elaboração de projetos orientados a reduzir os processos de degradação ambiental dos seus ecossistemas ou pelo menos apresentar novas propostas de políticas públicas “socioambientalmente” mais amigáveis.

Agências Multilaterais como Banco Mundial já haviam reconhecido os impactos ambientais causados no Brasil, e especialmente na Amazônia, por projetos que eles mesmos haviam financiado (MELLO, 2006). Alguns países da Comunidade Européia se mostravam interessados em cumprir os acordos e convenções ambientais internacionais dos quais eram signatários estabelecendo programas da cooperação internacional em países como o Brasil. A Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID) já vinha financiando projetos na Bacia Amazônica e apresentava interesse em incluir o Brasil como mais um dos membros da cooperação.

É neste cenário que a década de 1990 marca o início da ação da Cooperação Internacional no país focada em questões socioambientais com porte, características e demandas muito distintas.

No âmbito desta pesquisa, merecem destaque as contribuições da cooperação internacional à Amazônia.

Como pano de fundo vale apresentar algumas diferenças entre a cooperação europeia e a cooperação norte-americana. Basicamente, a principal diferença é que os recursos oriundos da cooperação europeia são recursos de governo, que vêm diretamente por meio das Embaixadas ou de agências para-governamentais e não-governamentais européias. Os recursos da cooperação norte-americana vêm em parte da USAID, mas também e principalmente de fundações privadas, como Fundação Ford, Fundação Moore, Fundação David & Lucile Packard, entre outras dedicadas a investir em programas e projetos em países em desenvolvimento.

Historicamente, os governos europeus tinham em seu orçamento recursos destinados à cooperação internacional, os quais eram repassados às agências de cooperação internacional de seus países, que implementavam a cooperação. Um bom exemplo no Brasil é a cooperação internacional holandesa, representada pelas organizações ICCO (protestante), IVOS (católica) e NOVIB (neutra), que tinham como meta a erradicação da pobreza em países em desenvolvimento. A única questão que existia era quanto à repartição destes recursos, que se dava em função da combinação entre católicos, protestantes e neutros dentro do parlamento holandês. Hoje estas agências, e todas as novas que surgiram, competem pelo recurso.

Uma das particularidades da Cooperação Europeia, que teve forte influência no surgimento e fortalecimento de ONGs socioambientais brasileiras e no estabelecimento de programas e projetos de conservação da Amazônia, diz respeito ao aporte de recursos para o fortalecimento institucional. As ONGs que começaram a se estabelecer na Amazônia podiam captar e utilizar os recursos da Cooperação Européia para fortalecer suas organizações, contratar pessoal, profissionalizar suas equipes, sem a pressão de ter que elaborar e propor projetos continuamente, o que lhes dava autonomia suficiente para estabelecer estratégias de combate ao desmatamento, considerando, obviamente, a melhoria da qualidade de vida das populações inseridas na floresta.

Na mesma medida, também foi importante para Cooperação Internacional Europeia o novo enquadramento da abordagem de desenvolvimento pela ONU *“centrada nos aspectos sociais e humanos e na gestão e utilização sustentável dos recursos humanos e do ambiente”*,

o que facilitou a inserção de temas ambientais como uso sustentável dos recursos naturais, desmatamento, água e clima na temática de redução de pobreza (DA-SILVA-ROSA, 2008).

Nos anos 2000, contudo, tal situação se altera significativamente, com uma redução de recursos e da atuação no Brasil. Alguns fatores justificariam tal redução, como: (i) diminuição do Estado de bem estar social europeu, (ii) aumento do conservadorismo nos governos europeus, (iii) a entrada do leste europeu como novo território focal da cooperação, (iv) situação de miséria, guerras civis, problemas de gênero na África, e (v) melhoria aparente na economia brasileira e na qualidade de vida da população, entre outros.

As consequências? Em entrevista com Luis Fernando Guedes Pinto, Doutor em Fitotecnia pela Universidade de São Paulo, professor colaborador do Mestrado Profissionalizante da ESCAS (Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade) e ex-secretário executivo do IMAFLORA, ele afirma que as organizações que mais sofreram foram as ONGs que trabalhavam com uma abordagem social. ONGs de base como FASE, IBASE, IDEC e INESC, que apresentavam uma agenda de democratização e garantia de direitos e por sua vez tinham como principal fonte de receita a cooperação internacional que vinha da Europa. Também sofreram com a redução de recursos da cooperação européia as redes de ONGs, fóruns, espaços multi-institucionais, o que por sua vez estaria levando a uma segmentação e especialização do trabalho das ONGs, *“gerando uma perda de visão maior de uma intervenção coletiva mais qualificada”* (PINTO, 2011).

De forma generalizada, ele afirma que houve, em praticamente todas as ONGs financiadas com recursos da cooperação europeia, uma redução do recurso institucional. Para Pinto, isso gerou nas organizações uma necessidade de se trabalhar sob uma lógica de projetos, caracterizando a atuação das organizações, *“vista sob uma ótica mais extrema”*, como prestadoras de serviços, *“perdendo uma agenda política mais ampla, passando a atuar de maneira compartimentada”* (PINTO, 2011).

Outra consequência que Pinto aponta em sua entrevista é a concentração do recurso da cooperação nas mãos de poucas organizações. O recurso, que antes era direcionado às organizações de base (sindicatos, cooperativas de produtores, movimentos sociais), que tinham maior capilaridade e penetração nas comunidades, deixou de chegar.

Segundo Pinto (2011) a grande mudança que ocorre na cooperação norte-americana ao longo da década de 2000 é a agenda para meio ambiente: *“a temática das mudanças climáticas mudou radicalmente a pauta e prioridades para meio ambiente e desenvolvimento sustentável”*. De acordo com ele, a nova agenda alavancou novos recursos, mas perdeu na

medida em que centralizou sua abordagem quase que exclusivamente para o Bioma Amazônia: *“o que está fora infelizmente não vai ser trabalhado”* (PINTO, 2011).

Este fenômeno, apresentado por Pinto (2011) em sua entrevista, será discutido em detalhes mais adiante, assim como a relação entre as ONGs ambientalistas que trabalham na Amazônia e as mudanças em curso na agenda da cooperação internacional.

2.2. AS ONGS SOCIOAMBIENTAIS OBJETO DESTE ESTUDO

São as ONGs definidas para este estudo: **Instituto Centro de Vida (ICV)**, **Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)**, **Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)** e **Instituto Socioambiental (ISA)**.

Mesmo que tenham características bastante particulares, que variam desde o objetivo pelo qual foram criadas, passando por sua estrutura institucional e os recursos disponíveis, as mesmas têm em comum as seguintes características, utilizadas aqui como critério de seleção: (i) atuam no tema das mudanças climáticas; (ii) consideram a proteção da floresta Amazônica como elemento central da sua estratégia; (iii) atuam desde a escala local e nacional à internacional; (iv) foram criadas¹⁴ e tem escritório apenas no Brasil; (v) tem mais de 10 anos de fundação e atuação; (vi) tem orçamento anual igual e/ou acima de cinco milhões de reais; e (vii) estão devidamente registradas no Cadastro Nacional das Entidades Ambientistas - CNEA.

Para uma análise minuciosa da atuação das quatro organizações não-governamentais escolhidas para este estudo, baseados nos sete critérios acima mencionados, foram feitas leituras detalhadas dos relatórios anuais de cada uma das organizações (quando disponíveis) (ver Tabela 2.2), análise dos sítios eletrônicos (ver Tabela 2.3) e entrevistas com seus membros. Também foram entrevistadas pessoas externas às organizações escolhidas, a fim de trazer às análises e à leitura do papel destas organizações, visões externas. Uma breve apresentação e descrição dos entrevistados para este estudo encontram-se na Tabela 2.4.

¹⁴ A autora do presente trabalho reconhece a importância das ONGs ambientalistas transnacionais que atuam no Brasil no tema das Mudanças Climáticas e seu papel na conservação da Amazônia, porém optou por selecionar apenas as ONGs ambientalistas criadas no Brasil para tratar de minimizar as possíveis influências nas análises das decisões estratégicas que podem ter sido tomadas por escritórios internacionais.

ORGANIZAÇÃO	RELATÓRIOS ANALISADOS
ICV	Instituto Centro de Vida – ICV. Relatório de Atividades, 2005.
	Instituto Centro de Vida – ICV. Relatório de Atividades, 2006 – 2007.
	Instituto Centro de Vida – ICV. Relatório de Atividades, 2008 – 2009. Maio de 2010.
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON. Relatório de Atividades, 1999 – 2000. Edição Especial 10 anos, 2001.
	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON. Relatório de Atividades, 2001 – 2002. Belém, 2003.
	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON. Relatório de Atividades, 2003 – 2004. 2005.
	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON. Relatório de Atividades, 2005 – 2006. 2007.
	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON. Relatório de Atividades, 2007. 2008.
	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON. Relatório de Atividades, 2008. 2009.
IPAM*	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. Relatório de Atividades, 2009. Brasília, Julho de 2010.
	Leite, M. (org.). Dez anos de IPAM. São Paulo: Peirópolis, 2005.
ISA	Instituto Socioambiental – ISA. Relatório Anual de Atividades, 2000. Abril, 2001.
	Instituto Socioambiental – ISA. Relatório Anual de Atividades, 2001. Abril, 2002.
	Instituto Socioambiental – ISA. Relatório Anual de Atividades, 2002. Abril, 2003.
	Instituto Socioambiental – ISA. Relatório Anual de Atividades, 2003. Plano Trienal 2002 – 2004. 2004.
	Instituto Socioambiental – ISA. Relatório Anual de Atividades, 2004. Plano Trienal 2002 – 2004. ISA 10 anos, 2005.
	Instituto Socioambiental – ISA. Relatório Anual de Atividades, 2005. Plano Trienal 2005 – 2007. 2006.
	Instituto Socioambiental – ISA. Relatório Anual de Atividades, 2006. Plano Trienal 2005 – 2007. 2007.
	Instituto Socioambiental – ISA. Relatório Anual de Atividades, 2007. Plano Trienal 2005 – 2007. 2008.
	Instituto Socioambiental – ISA. Relatório Anual de Atividades, 2008. Plano Trienal 2008 – 2010. 2009.
	Instituto Socioambiental – ISA. Relatório Anual de Atividades, 2009. Plano Trienal 2008 – 2010. ISA 15 anos. Penso, logo coexistir. 2010.

Tabela 2.2 – Publicações analisadas para geração de informações para este estudo.

* o primeiro relatório anual publicado pela organização data de 2010, relativo ao exercício de 2009.

ORGANIZAÇÃO	SÍTIOS ELETRÔNICOS
ICV	www.icv.org.br,
	www.estacaovida.org.br
	www.agroambiente.org.br
	http://g1.globo.com/platb/natureza-icv*
IPAM	http://www.ipam.org.br/
IMAZON	http://www.imazon.org.br/
	http://www.imazongeo.org.br/imazongeo.php
ISA	http://www.isa.org.br/
	http://pib.socioambiental.org/pt
	http://pibmirim.socioambiental.org/
	http://uc.socioambiental.org/
	www.mudaclima.org.br**

Tabela 2.3 – Sítios eletrônicos visitados e analisados para geração de informações relevantes para este estudo.

* sítio eletrônico fora de funcionamento, ainda disponível online

** sítio eletrônico fora de funcionamento, sem disponibilidade de acesso

Nº	NOME	ORGANIZAÇÃO	BREVE DESCRIÇÃO
1	ADRIANA RAMOS	ISA	Formada em Comunicação Social, trabalha há mais de 16 anos na organização, é a atual secretária executiva adjunta e coordenadora do programa política e direito socioambiental.
2	ANE ALENCAR	IPAM	Formada em Geografia, trabalha no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia desde antes da sua fundação (desde 1993), atua no Programa Cenários para a Amazônia e é a atual Coordenadora de Geoprocessamento.
3	BRENDA BRITO	IMAZON	Formada em Direito, trabalha no Instituto do Homem e Meio Ambiente desde 2003, atualmente coordena o Programa de Mudanças Climáticas e colabora no Programa de Direito e Sustentabilidade. É a atual Secretária Executiva da organização.
4	DAL MARCONDES	AGÊNCIA ENVOLVERDE	Jornalista, fundador da Agência Envolverde (1995), que vem se especializando na cobertura de temas com foco em sustentabilidade, relacionados a ambiente, economia, educação, sociedade e saúde. É atualmente editor da revista digital.

5	ÉRIKA DE PAULA PEDRO-PINTO	IPAM	Formada em Ecologia, atua no IPAM desde 2004, tendo sido o primeiro membro a compor a equipe de mudanças climática junto com Paulo Moutinho, trabalhando até hoje no programa de mudanças climáticas da organização.
6	FABIO FELDMAN	CONSULTOR INDEPENDENTE	Formado em Administração de Empresas e em Direito, exerceu diversos cargos políticos. Hoje é consultor independente e atua nas áreas de mudanças climáticas, resíduos sólidos, questões urbanas, entre outras.
7	LAURENT MICOL	ICV	Formado em Administração pela <i>Businesses School Europe</i> , trabalha no ICV desde 2001. Hoje é o atual Coordenador Executivo da Organização.
8	LUIS FERNANDO GUEDES PINTO	IMAFLOA	Formado em Engenharia Agrônoma, atua no IMAFLORA desde 1996, tendo interrompido temporariamente seu trabalho para realização de doutorado e pós-doutorado. Foi Secretário Executivo da organização por 5 anos e hoje é o atual Gerente de Certificação Agrícola .
9	MARCIO SANTILLI	ISA	Filósofo, foi presidente da FUNAI. É sócio-fundador do ISA, foi Secretário Executivo e é atualmente Coordenador do Programa de Política e Direito Socioambiental.
10	RACHEL BIDERMAN	WRI	Foi coordenadora adjunta do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV). Hoje atua junto ao WRI. Tem vasta experiência com iniciativas governamentais e privadas em mc no Brasil e na América Latina.
11	RUBENS GOMES	GTA	É o atual presidente do Grupo de Trabalho Amazônico, fundador (1998) e atual Diretor Executivo da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) e membro do Conselho Diretor do FSC Brasil.

Tabela 2.4 – Apresentação e descrição dos entrevistados para este estudo (apresentados por ordem alfabética).

2.2.1 O INSTITUTO CENTRO DE VIDA

O Instituto Centro de Vida (ICV) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada em 1991, em Cuiabá (MT) e tem como missão “*promover a sustentabilidade e a qualidade de vida através de estudos e ações que favoreçam a conservação ambiental, o fortalecimento da cidadania e a harmonia entre sociedade e natureza*”.

O ICV é uma organização que se caracteriza por um histórico bastante particular de criação uma vez que sua formação se deu através da reunião de pessoas da região, “*que tinham uma maior sensibilidade para questões ambientais* e montaram o ICV com o objetivo de **denunciar** alguns impactos que vinham ocorrendo na Chapada dos Veadeiros. A proximidade deste grupo à Universidade Federal do Mato Grosso trouxe ao ICV a característica de trabalhar com **combate e oposição** a problemas ambientais, mas sempre com **embasamento científico**.

O vínculo com a questão do desmatamento da Amazônia se deu mais tardiamente, no início dos anos 2000, quando a ONG Amigos da Terra convidou o ICV, como um potencial parceiro que já tinha estabelecido vínculos com outros atores locais como governo do Estado, movimentos sociais locais, universidades, etc, para colocar em prática o projeto “Fogo – Emergência Crônica”, que teve como principal financiador a Cooperação Italiana¹⁵.

Este foi o primeiro projeto de longo prazo que a organização desenvolveu, em que havia um fluxo de recursos mais contínuo e que tinha como proposta incluir a temática do combate ao fogo em novas abordagens para políticas públicas. O projeto durou até 2003, ano em que o ICV atingiu seu número mínimo de pessoas trabalhando na organização, ‘*período de vacas magras*’ que acabou vivendo, obrigando a organização a voltar a trabalhar em captação de recursos e, portanto, para sua sobrevivência.

No entanto, os anos seguintes, 2004 e 2005, foram aqueles em que o desmatamento “*explodiu*” no Mato Grosso, quando a conversão de florestas para plantio de soja se tornou o grande vilão do desmatamento na Amazônia. O ICV foi então convidado pelo WWF, em parceria com o CIRAD, para discutir a problemática de conversão de florestas para agricultura, o que acabou induzindo seu envolvimento em discussões com outras organizações para construir estratégias para conservação de áreas e criação de Unidade de Conservação no Estado do Mato Grosso.

Nesse momento o foco de trabalho da organização se voltou para a necessidade de redução do desmatamento e foi incorporado na organização desde então:

*Todo mundo que trabalha no ICV, pode perguntar, qual principal objetivo do ICV? “Tá” lá na missão, ‘contribuir para a relação entre homem e natureza [...] mas **bottom line é reduzir o desmatamento**, parar com o desmatamento na Amazônia. Essa é missão número um, objetivo número um, e o segundo objetivo é contribuir para a recuperação das florestas. Nossa missão é isso aí, nosso objetivo, nossa razão de ser* (MICOL, 2011).

¹⁵ Mais informações sobre o projeto podem ser encontradas no arquivo “A Amazônia: Encontrando Soluções” (Embaixada da Itália, 2002), disponível em www.icv.org.br/w/library/a_amazonia_encontrando_solucoes.pdf

Essa mudança no objetivo da organização gerou questionamentos por parte de algumas pessoas que haviam ajudado a fundar o ICV. Pessoas que acreditavam que o trabalho da organização deveria ter um perfil ativista, muito mais do que de um perfil técnico-analítico de desenvolvimento de projetos:

Então de um lado essa proximidade maior com governo e por outro lado este perfil mais técnico-analítico, tiveram várias pessoas da época antiga do ICV que falaram “mas, peraí, nós estamos perdendo nossa identidade de luta! Aonde está o ICV que levanta, grita, denuncia?” (MICOL, 2011).

Laurent Micol, atual Coordenador Executivo do ICV, que trabalha na organização desde 2001, reconhece que a mudança no foco e, consequentemente, no objetivo da organização “balançou” a legitimidade da organização perante alguns associados e fundadores. Mas, simultaneamente, ampliou o escopo de trabalho da organização, ampliou o leque de parcerias, fortaleceu a organização e trouxe mais legitimidade perante a sociedade.

A gente acabou ganhando uma dimensão mais consolidada, analítica de produzir e gerar informação, a gente se tornou um provedor de informação especialmente para a mídia no tema ambiental [...] A gente se tornou a referência no movimento ambiental que tem uma informação embasada para colocar na mesa. Por um lado balançou nossa legitimidade junto aos fundadores, ao perfil mais ativista, mas aumentou nossa legitimidade dentro da sociedade (MICOL, 2011).

Foi ao longo do triênio 2005/2006/2007 que o ICV conseguiu fortalecer sua estrutura institucional, dando início a novos projetos e contratando novos técnicos nos diferentes níveis e áreas de formação. *"Paralelamente, foram desenvolvidas novas parcerias com diversas organizações em nível local/ regional, como também nacional e internacional" (ICV, 2005).*

Entre o final de 2005 e o final de 2007, a equipe do ICV cresceu de 16 para 36 colaboradores, incluindo estagiários. O número de projetos executados pela instituição passou de oito em 2005 para 14 em 2007, e o valor dos recursos recebidos aumentou de R\$ 1,1 milhão para cerca de R\$ 2,4 milhões (ICV, 2007).

No que tange aos financiadores, é possível observar, através da Tabela A.1 (Apêndice A), que desde a publicação do seu primeiro relatório anual em 2005, não houve muita variação nos financiadores da organização. Quanto ao tipo, observa-se uma variedade na cooperação internacional, de fundações norte-americanas à Comissão Europeia, ONGs transnacionais norte-americanas, como TNC e WWF, assim como financiamentos provenientes de fontes nacionais, como MMA e Programa Petrobras Fome-Zero.

Tal portfólio de financiadores significa o reconhecimento e a credibilidade alcançados pela organização. Assim a organização se fortaleceu e se consolidou como um

forte parceiro, com amplo conhecimento sobre atores e processos do desmatamento no Mato Grosso, bem articulado junto a organizações locais.

Hoje o ICV é uma organização que possui trinta funcionários, recebe financiamento de diversas organizações nacionais e internacionais, participa de várias redes, entre elas a Rede Amazônica de Informação Socioambiental (RAISG), a Articulação Regional da Amazônia (ARA), o Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA), o Observatório do Clima, o Observatório do REDD, entre outros, e atua da escala local à internacional. Disponibiliza informações para diversos sítios web, como ICV.org.br, ESTACAOVIDA.org.br e AGROAMBIENTE.org.br, com informações sobre o Estado do Mato Grosso, e é a organização que serve de fonte a diversos meios de comunicação quando a pauta é o desmatamento no Mato Grosso.

2.2.2 O INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

O IMAZON é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em 1990, em Belém (PA). O IMAZON foi fundado com o *objetivo de estudar as transformações na paisagem Amazônica* (causas da degradação ambiental e as alternativas para uma Amazônia sustentável) e *buscar soluções para os problemas cruciais de uso e conservação dos recursos naturais na Amazônia*, a fim de *reportá-los de maneira didática e estratégica para os tomadores de decisão*.

Desde a sua fundação, o IMAZON esteve muito **próximo a institutos de pesquisa** como EMBRAPA e Universidade Federal do Pará. Teve em sua criação a participação de dois pesquisadores norte-americanos (Christopher Uhl e David McGrath) que moravam em Belém e faziam pesquisa na Amazônia, e por sua vez tinham boas relações com fundações norte-

americanas, como a Fundação McArthur. Conjuntamente com pesquisadores brasileiros (Adalberto Veríssimo e Paulo Barreto) decidiram criar o IMAZON¹⁶.

Com a missão de “*promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, disseminação de informações, apoio à formulação de políticas públicas e formação profissional*” a organização sempre trabalhou – ainda que o texto de sua missão tenha sido modificado em 2005¹⁷ – por meio do desenvolvimento de programas e projetos, buscando divulgar o resultado dos mesmos a fim de interferir em propostas de uso e conservação dos recursos naturais na Amazônia. O aspecto de sua missão “apoio à formulação de políticas públicas” foi incorporado mais tardiamente na organização, quando a mesma reconhece, em seu relatório anual 2001/2002, que “... *o Instituto passou a valorizar também a formulação e o apoio à implementação de políticas públicas*” (IMAZON, 2003).

Desde a primeira versão do seu relatório anual publicada em 2001, referente aos anos de 1999/2000, é possível identificar que o IMAZON apresenta um diverso grupo de financiadores, que vão desde governos estaduais e governo federal a fundações norte-americanas, cooperação europeia, universidades e institutos de pesquisa nacionais e internacionais, grandes ONGs transnacionais e, mais recentemente, empresas privadas (ver Tabelas A.2 e A.3, Apêndice A).

Tendo sofrido algumas mudanças na sua carteira de projetos ao longo dos anos, o IMAZON hoje trabalha com seis Programas (Política e Economia Florestal; Monitoramento da Amazônia; Floresta e Comunidade; Mudanças Climáticas; Direito e Sustentabilidade; e Projeto Especial: Belém Sustentável), desenvolvendo mais de 20 atividades diferentes.

Quase todos os seus programas são desenvolvidos com base em parcerias, que se dão junto a organizações locais de base, movimentos sociais amazônicos, ONGs nacionais e transnacionais, governo do estado, governo federal e instituições de pesquisa.

Em 2009¹⁸, a organização contava com um quadro de sessenta e quatro pessoas, incluindo estagiários, equipe de administração, analistas, técnicos e pesquisadores, além de três pesquisadores associados e dois pesquisadores visitantes. Neste ano, o orçamento do

¹⁶ Mais detalhes a respeito da criação do IMAZON podem ser encontrados em BUCLET (2001), BUCLET (2010) e no site da organização em <http://www.imazon.org.br/institucional/fundacao>

¹⁷ “O Imazon é uma instituição **independente** de pesquisa, cuja missão é **gerar e disseminar conhecimento estratégico sobre o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia**. O Instituto foi fundado em 1990 e está localizado na região metropolitana de Belém (Pará)” (2000) para “O Imazon é uma instituição de pesquisa, **sem fins lucrativos**, cuja missão é **promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, disseminação de informações, apoio à formulação de políticas públicas e formação profissional**. O Instituto foi fundado em 1990, e sua sede fica na região metropolitana de Belém, Pará” (2005)

¹⁸ Data de publicação do último relatório anual disponível até a presente data.

IMAZON foi de aproximadamente 10 milhões de reais, sendo que 80% deste recurso foram destinados à pesquisa e 20% à administração (IMAZON, 2010).

2.2.3 O INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA

O IPAM é *“uma organização ambiental não governamental fundada em 1995 com a missão de contribuir para um processo de desenvolvimento da Amazônia que atenda às aspirações sociais e econômicas da população, ao mesmo tempo em que preserva as funções ecológicas dos ecossistemas da região”* (IPAM, 2010)

Sua criação se deu pela junção de três iniciativas que estavam em andamento na região: Projeto Várzea do IMAZON; o trabalho de políticas públicas da UFPA; e as atividades do convênio entre a EMBRAPA e o WOODS HOLE RESEARCH CENTER (WHRC) que realizava pesquisas ecológicas. *“Nessa época (o IPAM) era muito voltado à ecologia, um pouco LBA, tentando entender o impacto de mudanças no uso da terra, capacidade de recuperação dos ecossistemas, ciclo de carbono, nutrientes”* (ALENCAR, 2011).

Também fundado em Belém, Pará, o IPAM teve na sua criação a participação de dois pesquisadores norte-americanos, Daniel Nepstad (que na época desenvolvia pelo WHRC pesquisas na EMBRAPA) e o David McGrath (o mesmo que havia contribuído para fundação do IMAZON e acabou saindo, cinco anos depois, para fundar o IPAM¹⁹). Teve como objetivo, na época, inovar o processo de produção da ciência, tendo como objetivo *“engajar a ciência e o ativismo ambiental na região amazônica, construindo bases para a ação de movimentos sociais e para a formulação de políticas públicas”* (IPAM, 2011).

Desde o princípio a organização optou por fazer ciência *“de um jeito novo”*, usando o método de Pesquisa Participativa, que leva em conta o *“engajamento das comunidades e grupos; os stakeholders que podem ser beneficiados pela pesquisa”* (ALENCAR, 2011). Não

¹⁹ Segundo o próprio McGrath, em entrevista concedida a Benjamin Buclet, em 2003, ele percebeu que havia *“uma incompatibilidade de visão”* entre ele e os demais membros do IMAZON, em que McGrath tinha uma visão *“política e abrangente do papel de uma ONG, orientada para movimentos sociais”*, diferentemente dos seus parceiros (BUCLET, 2010). Mas este aspecto social, que aparentemente caracteriza o evento que originou a saída de McGrath do IMAZON e a criação do IPAM não aparece em nenhum momento durante a entrevista concedida por Ane Alencar, que entrou antes no IPAM para trabalhar com Daniel Nepstad em 1993 no convênio EMBRAPA & WHRC.

só para Projetos Demonstrativos junto a grupos comunitários, mas também no engajamento dos grandes produtores na conservação de APP's e reserva legal, subsidiando-os com resultados de pesquisa para o processo de tomada de decisão sobre mudanças no uso do solo.

Ao longo dos seus 16 anos de existência a organização passou por mudanças no seu quadro de pessoal, nos seus financiadores, seus programas, na forma de aplicar os recursos e de se organizar institucionalmente. Em entrevista concedida para este trabalho, Alencar (2011) afirma que “o IPAM, quando começou, tinha poucos financiadores que financiavam todo o instituto. Era basicamente USAID e Comunidade Européia como os principais. O LBA foi um grande financiador por um tempo”. Depois passou a um período em que “tentava” captar recursos de editais brasileiros. “Desde então a gente continua tendo recursos de alguns programas assim”. Mais adiante, Alencar (2011) conta como a dinâmica de financiamentos adotada pela organização influenciou de forma significativa a lógica de programas e de divulgação institucional:

Quando a gente começou eram poucos financiadores financiado um leque de linhas da atuação institucional. Grandes financiadores foram acabando, e a gente teve que conseguir projetos pontuais para manter o instituto. Isso fragmentou muito o instituto, porque eram relatórios individuais, prestação de contas louca. Depois que perdemos estes financiamentos mais gerais, a gente passou a ter uma fragmentação muito grande. Alguns programas ficaram mais fragilizados, outros mais fortes (ALENCAR, 2011).

Ela complementa, identificando alguns dos impactos do financiamento sobre a comunicação e desenvolvimento institucional:

A gente nunca teve recursos para investir em desenvolvimento institucional. Os recursos de projetos eram voltados para a própria pesquisa, desenvolvimento do projeto e sobrava pouco ou quase nada para comunicação e desenvolvimento institucional. A gente sentia falta, mas como nosso principal meio de comunicação eram os artigos científicos, a gente não investia muito nisso (ALENCAR, 2011).

Essa flutuabilidade de financiamento, atrelada ao início do governo Lula e à troca de governo do Estado, mais a saída de alguns membros para fazer pós-graduação em 2003, foram responsáveis por um início de mudanças da organização. De uma equipe de mais ou menos 110 pessoas em 2002, o IPAM reduziu o seu quadro drasticamente, chegando ao seu menor tamanho em 2007. Dos seis programas que existiam em 2002 (Manejo de Várzea; Florestas & Comunidades; Programa Cenários; Mudanças Climáticas; e Planejamento Regional) a organização reduziu sua carteira para três programas apenas (Programa Mudanças Climáticas; Manejo de Várzea e Programa Cenários).

Apenas durante o biênio 2008/2009 a organização voltou a crescer. Hoje o IPAM voltou a ser uma organização de grande porte, que possui uma equipe de 80 colaboradores, seis escritórios distribuídos na região norte e mais um no Distrito federal, três programas, executando um montante de quase oito milhões de reais, mais um overhead de 13% (IPAM, 2010). Pela primeira vez, desde 1995, a organização publicou seu relatório de atividade anuais referentes ao ano de 2009, e está buscando fortalecer novos projetos e o instituto como um todo, através de financiadores *“que possam financiar as linhas do instituto de forma mais integrada”* (ALENCAR, 2011).

2.2.4 O INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

O ISA foi criado em 1994, *“incorporando o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI)”* (ISA, 2001)

Estabeleceu-se como uma “associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)”, a qual tinha como objetivo *“defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos”* através de produção de *“estudos, pesquisas, projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, divulgando a diversidade cultural e biológica do país”*.

Desde a sua consolidação como ONG nacional importante no debate socioambiental - segundo relatório anual do ISA, a partir do ano de 2000 - o ISA caracterizou-se por uma atuação global *“superando a tendência do mercado de priorizar apenas projetos localizados”*. Embora o foco do trabalho da organização estivesse voltado, principalmente, para a questão indígena e o direito destes povos, o ISA conseguiu estabelecer o elo entre o local e o global, à medida que direcionou recursos internacionais para trabalhar com questões locais²⁰.

Desde o princípio, a organização também lidou com diferentes questões socioambientais no Brasil. Trabalhou com a conservação e uso sustentável da biodiversidade,

²⁰ Mais informações sobre o processo de estruturação do ISA, as características do seu ativismo e a relação estabelecida entre o global e o local podem ser encontradas em ALONSO, 2009.

focando suas ações no monitoramento de áreas protegidas existentes, no apoio à criação de novas áreas protegidas, desenvolvendo experiências alternativas para o manejo sustentado dos recursos naturais, atuando junto à proteção dos recursos hídricos e áreas de mananciais, focando não só no Bioma Amazônico, mas também na Mata Atlântica e no auxílio à construção de políticas públicas relativas a esses temas.

Quanto ao direito dos povos indígenas, a organização vem trabalhando com diferentes frentes de atuação, que vão desde o fortalecimento de parceiros indígenas locais ao desenvolvimento e sustentabilidade econômica das terras indígenas, a conservação do patrimônio cultural das diversas etnias, como com questões relativas a segurança alimentar, educação, saúde, entre outras.

O ano 2000 também foi o ano em que a organização publicou seu primeiro relatório anual de atividades, assim como “*conseguiu conquistar seu ambicionado sonho da sede própria*”. A consolidação institucional despertou na organização uma necessidade de “*arrumar a casa*”.

Em 2001, o ISA passou por um processo de profissionalização²¹ revendo suas estruturas institucionais “*em termos organizacionais e financeiros*” em busca de avaliar a “*efetividade da estrutura funcional implantada frente aos desafios que o instituto se dispõe a enfrentar no futuro*”.

Nos três anos que se seguiram, merece destaque a então consequente reestruturação de Programas e Projetos, em que o trabalho com foco em Políticas Públicas e Direito Socioambiental ganha destaque na organização. Desde o início dos trabalhos da organização houve uma preocupação em atuar junto a órgãos governamentais, na tentativa de interferir no processo de criação de políticas públicas socioambientais. É possível identificar, através de uma leitura mais atenta dos relatórios anuais, que o tema de políticas públicas é uma preocupação constante na organização.

No processo de reestruturação de Programas e Projetos, a organização opta por encerrar, no ano de 2008, o “Programa Mananciais de São Paulo”, por “*falta de recursos e esforços de captação sem sucesso*”. Segundo o relatório deste ano, devido à quebra de contrato com um financiador, “*a campanha, sem recursos, entra em fase de incerteza*”, na qual grande parte da equipe é demitida e as atividades previstas, suspensas.

Ainda assim, o ISA não é uma organização que se caracteriza por falta de recursos financeiros ou humanos. É uma organização que só foi crescendo ao longo da última década:

²¹ Mais informações sobre o processo de profissionalização das organizações do terceiro setor, assim como das ONGs, pode ser encontrado em HWANG, H. & POWELL, 2009.

começou suas atividades em 1995 com um pouco mais de um milhão de reais e em 2009 contava com um orçamento na marca dos dezoito milhões de reais por ano.

Quanto aos seus financiadores, os mesmos se caracterizam por serem, em sua maior parte, de caráter internacional, responsáveis por 100% do financiamento institucional do ISA. O mesmo não se repete no financiamento de Programas e Projetos, nos quais o ISA também recebe o apoio de órgão governamentais estaduais e federal, assim como de organizações privadas e de organizações não governamentais transnacionais. Particularmente, o ISA é uma organização que possui diversos financiadores, os quais ultrapassam a casa da centena ao longo dos seus 17 anos de atuação (ver Tabela A.4, Apêndice A)

É uma organização que vem crescendo também nas suas estruturas físicas, dando início aos seus trabalhos sem ter sede própria, adquirindo sua sede principal em 2000, contando ainda com filiais em Brasília (DF) e São Gabriel da Cachoeira (AM). No ano de 2004, o ISA expandiu para Manaus, Amazonas, constituindo um novo escritório, e em 2006 abre duas novas filiais: uma em Eldorado, no Vale do Ribeira (SP) e a outra em Canarana, Mato Grosso.

Quanto aos seus parceiros, o ISA caracteriza-se por ser uma ONG ambientalista que sempre se preocupou em trabalhar junto aos parceiros locais. Desde o princípio o ISA teve como parceiros organizações de diversos tipo, de acordo com cada projeto. Órgãos governamentais municipais e estaduais para o desenvolvimento de projetos localizados, organizações não-governamentais nacionais para a formação de grupos de trabalhos técnicos, organização de eventos nacionais e internacionais, assim como para o fortalecimento de campanhas e desenvolvimento de projetos socioambientais.

Em suma, suas parcerias se caracterizam por serem múltiplas e diversas, incluindo também na lista de organizações sociais parceiras, algumas ONGs transnacionais, Universidades, sendo elas estaduais, nacionais e internacionais, como também organizações internacionais de apoio a projetos socioambientais e até empresas privadas.

2.3. ALGUMAS TEORIAS QUE EXPLICAM O FENÔMENO ONGS

São diversas as teorias que podem explicar o fenômeno ONGs, havendo divergências entre as escolas se as mesmas são parte de um movimento social, se são apenas membros da sociedade civil global, se são mais um grupo dentro do Terceiro Setor, etc.

No Brasil, e em especial no caso de ONGs ambientalistas, existe, por exemplo, um grupo de pesquisa na Universidade de São Paulo, inserido dentro das Ciências Políticas²² que tende a explicar a atuação das ONGs ambientalistas a partir i. da sua análise como parte do movimento ambientalista; ii. da oportunidade política que elas encontram para atuar em determinados temas; iii. como uma forma de ativismo híbrido que transita da arena local à internacional, classificado como ativismo transnacional (ALONSO, 2009).

Mas a fim de ser ter um bom entendimento das ONGs ambientalistas brasileiras que atuam na Amazônia, buscando compreender com base nos contextos nos quais estão inseridas e para quê foram criadas, como estabelecem suas estratégias e ações, esta pesquisa se apóia mais detidamente naqueles autores que trabalham com os conceitos de legitimidade e aprendizagem organizacional.

Suchman (1995), que em seu trabalho sintetizou uma extensa literatura sobre legitimidade organizacional, aponta a perspectiva de legitimidade como ponto de partida para um extenso aparato teórico que aborda as forças cognitivas e normativas que moldam, constroem e empoderam as organizações.

Legitimidade definida como “*generalizada percepção, ou suposição, de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas, em um determinado sistema social de normas, valores, crenças e definições*” (SUCHMAN, 1995). É socialmente construída por um “grupo de observadores” que reagem a determinadas ações, evento e comportamento de um indivíduo, grupo ou organização.

Para Brown (2008), em seu livro ‘*Creating Credibility: Legitimacy and Accountability for Transnational Civil Society*’ o processo de aquisição de legitimidade se dá com base em um “quadripé”, formado pela missão, valores, objetivos e estratégias organizacionais, inseridos dentro de um sistema social de normas, regras e valores que se comportam através de determinados padrões e expectativas (ver Figura 2.1). Para o autor, mudanças em qualquer um dos elementos organizacionais constitutivos da legitimidade é um

²² O grupo é coordenado pela prof. Dr. Angela Alonso e é aqui apresentado como referência uma vez que é aquele que publica mais trabalhos e se aproxima á este trabalho de pesquisa já que lida praticamente com as mesmas ONGs aqui estudadas.

desafio e pode abalar a legitimidade da organização frente ao seu grupo de observadores, que podem vir a ser doadores, parceiros, equipe, entre outros.

Figura 2.1 – Figura esquemática do processo de aquisição de legitimidade, com base em Suchman (1995) e Brown (2008).

As teorias sobre aprendizagem organizacional complementam o aparato teórico de legitimidade à medida que nos permite compreender como as organizações se adaptam às mudanças institucionais que as cercam, assim como aprendem e mudam a partir de suas experiências locais, que do mesmo modo, influenciam o processo de mudanças institucionais (EBRAHIM, 2005). Segundo o autor, o processo de aprendizagem envolve: i) a geração de conhecimento, informação e ii) o uso deste conhecimento para influenciar práticas e processos organizacionais (e que nem sempre acontece de forma intencional) a fim de acarretar em mudanças do comportamento organizativo segundo as necessidades locais.

Ao teorizar sobre o processo de aprendizagem, Ebrahim (2005) identifica diferentes tipos e níveis de aprendizagem. Os tipos podem ser: “aprender fazendo”, “aprender explorando” e “aprender imitando”, em que a própria semântica explica o que cada uma das aprendizagens significa. No caso dos níveis, ela varia segundo o grau de mudança gerado na organização através do processo de aprendizagem. São eles: i) tipo “aprendizagem em circuito único”, na qual mudança acontece apenas nas ações e estratégias das organizações; e ii) “aprendizagem em circuito duplo”, na qual a mudança ocorre nos valores e missão da organização (EBRAHIM, 2005).

No caso das quatro organizações objeto deste estudo, será possível verificar mais adiante que o processo de aprendizagem acontece em ‘circuito único’, no qual as atenções estão voltadas principalmente para a melhoria da atuação organizacional, sem que para isso sejam modificados os valores e missão organizacional, e sim apenas suas ações e estratégias.

Ainda que o processo de aprendizagem organizacional em “circuito único” seja menos complexo e o mais comum na maioria das organizações, o mesmo é mais estruturado, na medida em que é constrangido pela “*capacidade cognitiva dos indivíduos dentro da organização, [pelas] relações de poder dentro e fora da organização e [através das] visões de mundo que influenciam como os membros da organização percebem a arena na qual estão inseridos*” (EBRAHIM, 2005; p. 157).

Desse modo, a aprendizagem organizacional que acontece em ‘circuito único’ deve ser encarada como um processo que contém diversos elementos de influência e que exige das organizações uma importante capacidade organizativa a fim de modificar suas práticas e ações. As organizações serão capazes, portanto, de inovar e complexificar seus processos, adaptando-se às mudanças no ambiente externo por meio de um contínuo processo de aprendizagem, considerando os desafios que se apresentam ao inovar suas estratégias, sem que isso abale a legitimidade da organização frente ao seu grupo relacional mais próximo.

É nesse sentido que se pode falar de “organizações de aprendizagem”, ou seja, assim como o ser humano, organizações são dotadas da capacidade de aprender, experimentar, adaptar, comunicar e adotar melhores práticas ao longo do tempo (BENKLER, 2008).

Assim, quando se trata de compreender a partir de quais processos as organizações funcionam, interagem e se comportam, as teorias de legitimidade e aprendizagem acabam por se complementar. Através da Figura 2.2, criada a partir do agrupamento de autores que trabalham com os conceitos de legitimidade, aprendizagem e racionalidade organizacional, pode-se ver mais claramente como estes processos de complementam.

Ao definir claramente sua missão e a partir de quais objetivos pretende cumpri-la, a organização deverá estabelecer suas estratégias e ir para campo realizar suas ações. Ao atuar no campo, sobre determinada arena, o próprio ambiente vai ser responsável por gerar reações sobre a organização ao mesmo tempo em que a organização vai agir sobre o ambiente a fim de transformá-lo. A isto se chama ‘exploração do ambiente’. O processo de exploração vai fazer com que a organização adquira e gere novos conhecimentos a respeito do ambiente trabalhado. A capacidade organizacional de racionalizar sobre o conhecimento adquirido e inovar a partir dele farão com que a organização reveja suas estratégias e ações, dado baixo um processo de aprendizagem em circuito único. Deste modo, a organização será capaz de

gerar mudanças no comportamento organizativo segundo as necessidades locais, sem que para isso sejam modificados os valores e missão organizacional (Figura 2.2).

Figura 2.2 – Modelo do processo de aprendizagem em circuito único, criado com base em Ebrahim (2005). O modelo das estruturas que definem uma organização (missão, valores, estratégias e objetivos) foi criado com base em Brown (2008). O processo de racionalização é incluído no circuito da aprendizagem com base em Hwang & Powel (2009).

3. AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO FENÔMENO SOCIAL

A fim de compreender de que forma as ONGs ambientalistas percebem as mudanças climáticas e o papel da Amazônia sobre este fenômeno, é preciso entender quais as percepções do ser humano sobre o clima. É necessário observar quais são as evidências apresentadas por parte das ciências quanto às alterações climáticas, assim como, compreender com se dá reconhecimento das mudanças no clima como uma questão problemática pela sociedade, destacando o papel dos atores sociais neste processo. Entender como se dão os impactos do clima sobre as mudanças sociais (YEARLEY, 2009), o que vem a ser de extrema importância nesta análise.

Nesta pesquisa as mudanças climáticas são entendidas do mesmo modo como definido pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (sigla em inglês, UNFCCC), como *“uma mudança no clima atribuída direta ou indiretamente à atividade humana, que altera a composição da atmosfera global e que está além de variabilidade climática natural observada ao longo dos anos”* (IPCC, 2007)²³.

3.1. A CIÊNCIA DO CLIMA

Mike Hulme, em seu livro *“Why we disagree about climate change”* (2009) apresenta o clima como uma ideia construída a partir dos sentidos humanos. Algo que reside na percepção dos indivíduos, na forma de calor ou frio, que traz alegrias ou tristezas, que pode estar no centro das atenções ao se planejar uma viagem ou na hora de decidir a melhor época para o plantio. Uma ideia construída de diferentes maneiras no tempo e no espaço, segundo a história e a região de cada sociedade. *“Mas a história contada sobre as mudanças climáticas deixa para traz as contribuições oferecidas pelas ciências sociais e humanidade,*

²³ O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas reconhece as mudanças climáticas de forma diferente à da UNFCCC, considerando que tanto os processos naturais internos do clima como as ações antrópicas são ambos responsáveis pelas mudanças no clima (IPCC, 2007).

concentrando-se em grande parte, na posição privilegiada que a ciências naturais adquiriram na formação dessa história” (HULME, 2009; p. 69).

Clima pode ser definido como *“tempo meteorológico médio’, ou mais precisamente, como a descrição estatística de quantidades relevantes de mudanças do tempo meteorológico num período de tempo, que vai de meses a milhões de anos” (IPCC 2007).* Caracterizado principalmente pela sua inconstância, é estudado pela Climatologia, ramo especializado da Geografia - que foca no estudo dos impactos do clima sobre a distribuição do homem no espaço - e pela Meteorologia, que busca estudar o comportamento médio da atmosfera através de variações de elementos como umidade, temperatura, vento, precipitação, para um determinado período, através de métodos estatísticos (INMET, 2011).

Ao longo da história da ciência do clima, outras disciplinas, como a biologia, a química e a física, também foram importantes na descoberta de processos como o efeito estufa, o papel dos gases na atmosfera, o equilíbrio da Biosfera e sua vulnerabilidade. Tais descobertas e suas relações ajudaram a compreender as causas e consequências das alterações do clima na Terra.

Também evoluem os estudos sobre a influência dos fatores antrópicos, que reconhecem os impactos das ações do homem sobre as alterações do clima no planeta e apresentam possíveis formas de respostas. A Figura 3.1 apresentada pelo IPCC, na versão Síntese do seu IV Relatório de Avaliação sobre as Alterações Climáticas, apresenta de forma esquemática estas relações.

Figura 3.1– Quadro esquemático que representa os vetores de ação antrópica, os impactos e as respostas às mudanças climáticas, e suas correlações (Fonte: IPCC, 2007)

Esquematicamente aqui apresentadas, as relações do homem com o Sistema Terrestre são circulares e bi-direcionais. A ação do homem interfere no funcionamento do sistema terrestre e seus processos climáticos à medida que gera impacto e desenvolve iniciativas para solucioná-los. Na Figura 3.1 as iniciativas de mitigação e adaptação, apresentadas como possíveis soluções dos impactos gerados, são importantes para esta pesquisa e merecem ser destacadas:

- **Adaptação:** iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade de sistemas naturais e humanos contra os efeitos atuais ou esperados das mudanças climáticas. Vários tipos de adaptação existem como p.ex. antecipatória e reativa, pública e privada, espontânea e planejada (IPCC, 2007)
- **Mitigação:** Substituição e mudança tecnológica para reduzir o uso de recursos e as emissões por unidade de produto. Embora várias políticas sociais, econômicas e tecnológicas produzam uma redução nas emissões, em relação à mudança climática, a mitigação significa a implementação de políticas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e aumentar as fontes de sumidouros (IPCC, 2007).

Se as ações humanas são direta ou indiretamente responsáveis pelas mudanças no clima da Terra, então os processos de tomada de decisão ao realizar ações que contribuem

com as mudanças climáticas e/ou reduzem seus impactos são ainda mais importantes e merecem ser consideradas ao tratar de compreender a ciência do clima. É neste sentido que o entendimento das causas e consequências das mudanças climáticas vai além do processo descritivo de alguns atributos físicos do planeta que vivemos (HULME, 2009). Discutir tais dimensões é o objetivo deste capítulo.

3.2. O PROCESSO DE INCORPORAÇÃO SOCIAL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Alterações na concentração de gases de efeito estufa são, em grande medida, devidas às emissões das pessoas e suas atividades, assim como as taxas de mudanças atmosféricas dependem da velocidade e natureza do crescimento econômico, do comportamento reprodutivo das pessoas e do tamanho da população no futuro, das tecnologias escolhidas, da cultura de consumo, das formas de lazer e assim por diante (YEARLEY, 2009; p. 401).

O entendimento social sobre as mudanças climáticas é fundamental à medida que nos ajuda a compreender de que forma as ações sociais impactam nas mudanças do clima, como suas alterações são compreendidas pela sociedade, quais medidas podem ser tomadas frente a esse fenômeno e qual a propensão de determinados grupos sociais para intervir. Partindo da premissa de que o conhecimento climático e suas percepções associadas são poderosos determinantes da ação política (LAHSEN, 2010), faz-se ainda mais importante apresentar de que forma a sociedade atual reconhece e compreende as mudanças climáticas.

Quando o tema são as mudanças climáticas, pesquisas de opinião apontam para um possível processo de consciência coletiva das causas do fenômeno, em que, por exemplo, 75% da sociedade brasileira atribuem à responsabilidade das ações humanas as alterações no clima do planeta (INSTITUTO AKATU, 2007). Ainda no caso brasileiro é possível identificar a incorporação do tema na agenda dos diversos setores da sociedade, em que atores sociais como mídia, governo, sociedade civil, universidades, organizações não governamentais e setor privado consideram o tema como uma das questões mais importantes e estratégicas do nosso tempo (ISER, 2008). Mesmo que nem todos estejam envolvidos igualmente na tarefa de encontrar soluções alternativas para as mudanças climáticas, esta problemática estabelecida é

considerada hoje como um dos temas globais prioritários (UNDP, 2009). Porém, nem sempre a problemática das mudanças climáticas foi reconhecida como tal.

Hannigan (1995) sugere que há muitos anos se previa o aquecimento global, quando se falava em gases de efeito estufa e seus potenciais impactos ao planeta, mas que o mesmo só foi considerado como uma problemática a partir dos anos 1980. Para Hulme (2009) a origem do discurso sobre os possíveis impactos das mudanças climáticas pode ser identificada no berço do despertar social para problemas ambientais, embora a história do clima e sua relação com a sociedade tenha sido contada já no século XVIII.

Hannigan (1995) apresenta a identificação dos chamados “problemas ambientais” a partir de sua construção social. Determinado tema (“exigência”), para ser socialmente reconhecido, deve ser trazido à tona por diferentes formuladores, que vão ter papéis fundamentais no processo de lançamento e aceitação das exigências. É necessária, portanto, a construção de “*frames*” que transformam uma situação social em problema ambiental, podendo acarretar na mobilização de atores e no estabelecimento de novas estratégias para solucioná-lo (SNOW et al., 1986; BENFORD & SNOW, 2000).

São algumas as instituições e acontecimentos responsáveis por influenciar a difusão e reconhecimento da temática das mudanças climáticas como problema social.

As instituições científicas exercem papel fundamental no processo, que vai além da produção do saber e do conhecimento científico. As mesmas são responsáveis pela difusão de informações técnicas-científicas que servem como subsídio aos tomadores de decisão e à formulação de políticas públicas (LAHSEN, 2009). Mas a produção da ciência a respeito do conhecimento climático também vai ser responsável por pautar os meios de comunicação e as organizações não-governamentais, que processarão estas informações diferentemente, retransmitindo-as para o grande público.

Ainda que parte da academia e de seus pesquisadores busque produzir uma ciência neutra, imparcial, objetiva e autônoma (SCHOR, 2005), é central o papel que cumprem como fornecedores de informações relevante, em que siglas como IPCC, LBA, INPE²⁴, já não podem mais ser ignoradas quando o assunto diz respeito às mudanças climáticas.

De forma bastante ilustrativa, o projeto de pesquisa internacional em andamento “*Comparing Climate Change Policy Networks*” (COMPON)²⁵ apresenta, ilustrado no Gráfico

²⁴ **IPCC** – *Intergovernmental Panel on Climate Change*, **LBA** – Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia e **INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

²⁵ Para maiores informações ver <http://compon.org/>

3.1, a relação que se estabelece entre a publicação de relatórios técnico-científicos do IPCC e a resposta de diferentes mídias, em diversos países do mundo.

Gráfico 3.1 – Dados comparativos de atenção de mídia à temática de mudanças climáticas, usando dados de 1997 a 2009 (Fonte: Broadbent and COMPON team, 2010)

Ao observar o Gráfico 3.1 acima apresentado, vê-se que Broadbent (2010) e sua equipe de pesquisadores sugerem que a atribuição do Prêmio Nobel da Paz, em 2007, ao IPCC e ao ex-vice-presidente Norte Americano Al Gore também se apresenta como acontecimento importante para o incremento da resposta de mídias em diferentes países. Ambos foram premiados, segundo a *The Nobel Price Foundation* (2007) por "*construir e divulgar um maior conhecimento sobre a mudança climática causada pelo homem e por fixar a base das medidas que são necessárias para resistir a essa crise*".

Na ocasião, o ex-vice-presidente foi premiado pela produção do documentário “Uma Verdade Inconveniente”, filme lançado em maio de 2006 nos Estados Unidos e assistido por milhões de pessoas em todo o mundo (NOLAN, 2010). Para Nolan (2010), o filme foi vastamente promovido e adotado como ferramenta educacional e motivacional,

incrementando o conhecimento e a preocupação quanto às mudanças climáticas e a propensão das pessoas para reduzirem a emissão de gases de efeito estufa.

Em uma pesquisa conduzida no Japão, Hiramatsu; Mimura; Sumi (2008) vão além na sua avaliação quanto aos impactos do lançamento do IV Relatório de Avaliação do IPCC (sigla em inglês IV AR IPCC). Os pesquisadores afirmam que desde o lançamento do relatório, a temática de mudanças climáticas passou a ser prioridade nacionalmente, isto é, no Japão, e internacionalmente, sendo responsável pelo incremento no número de pesquisas científicas em mudanças climáticas e aquecimento global, principalmente na área das ciências exatas²⁶.

No Brasil, dois eventos climáticos que assombraram o país e despertaram a atenção de diferentes atores sociais para possíveis consequências das mudanças climáticas foi a passagem do furacão Catarina pelo litoral catarinense e gaúcho, em março de 2004 (ver Imagem 3.1) e a seca de 2005 na Amazônia (ver Imagem 3.2). O primeiro, considerado um fenômeno “raro” pelos cientistas, chamou a atenção das ONGs ambientalistas, de órgãos governamentais, mídia e sociedade brasileira em geral devido ao forte dano que causou durante sua passagem, deixando “*dezenas de milhares de pessoas afetadas e causando um prejuízo direto de mais de 200 milhões de reais só em Santa Catarina*” (INPE, 2004). Apesar de o fenômeno ter levantado polêmica entre os grupos de cientistas quanto a suas causas e características, pesquisadores concluem que o mesmo “*constituiu um importante alerta para a possibilidade de mudanças climáticas ocorrerem na forma de uma mudança no padrão de ocorrência de fenômenos extremos*” (DIAS, et. al., 2005).

²⁶ Neste artigo, os pesquisadores sugerem que é preciso incrementar o número de estudos nas áreas das ciências sociais caso exista a intenção de tomar medidas bem sucedidas para combater as mudanças climáticas (HIRAMATSU; MIMURA; SUMI, 2008)

Imagens 3.1 e 3.2 – Imagens Furacão Catarina, ocorrido em março de 2006 na costa catarinense e gaúcha (fonte: IPNE, 2011) e Seca na Amazônia, ocorrida em 2005 (fonte: Greenpeace)

A seca na Amazônia em 2005, classificada por pesquisadores como evento climático “extremo”, também chamou a atenção dos diferentes atores sociais para a problemática das mudanças climáticas e os possíveis impactos ao Bioma Amazônia. Foi considerada a seca mais severa dos últimos 40 anos e a mais intensa dos últimos 100 anos, causando fortes impactos na navegação, agricultura, geração de hidroeletricidade, e afetando de forma direta e indireta a população ribeirinha de grande parte da Amazônia (MARENGO *et. al.*, 2008). Ainda que as causas desta intensa seca tenham em sua origem diversos fenômenos climáticos, esse acontecimento se apresenta como mais um elemento que permitiu aos pesquisadores afirmar que “a Amazônia desempenha um papel importante no ciclo de carbono planetário, e pode ser considerada como uma região de grande risco do ponto de vista das influências das mudanças climáticas” (NOBRE; SAMPAIO; SALAZAR, 2007).

3.2. A FLORESTA AMAZÔNICA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O papel da floresta Amazônica nas mudanças climáticas tem sido alvo de interesse por parte de cientistas das mais diversas áreas das ciências naturais há mais de uma década. No Brasil, o primeiro grande programa de pesquisa que surgiu com o objetivo de tentar gerar novos conhecimentos a respeito do funcionamento do Bioma e sua relação com o sistema climático, foi o Programa LBA (nome em inglês *The Large Scale Biosphere-Atmosphere*

Experiment in Amazonia) iniciado em 1998. Baseado nas previsões do rápido crescimento populacional global e suas implicações, no papel da Amazônia como “grande reservatório global de carbono” e no incremento de concentrações de dióxido de carbono na atmosfera, devido ao desmatamento de florestas, pesquisadores buscaram encontrar respostas, com base em pesquisas científicas, sobre quais seriam os possíveis impactos destes processos sobre a Amazônia e sua relação com o clima global da Terra (LBA, 1997).

Mantido através da cooperação internacional²⁷ entre governo brasileiro, NASA, *National Science Foundation* (ambas norte-americanas), Comissão Europeia, IAI (Instituto Interamericano de Pesquisa sobre Mudanças Globais) e outros, após dez anos de existência, o programa formou centenas de mestres e doutores, envolveu diversos pesquisadores e instituições de pesquisa de todo o mundo e apresentou resultados técnico-científicos em diversas áreas do conhecimento climático. Apresentou resultados concretos quanto a possíveis alterações nos ciclos hidrológicos da Amazônia, a redução das chuvas, o aumento da temperatura segundo as regiões amazônicas, a redistribuição de espécies, mas “*não resolveu definitivamente se a região é uma fonte ou sumidouro de carbono*” (LBA, 2007). E incertezas científicas podem ser usadas para justificar a inação quando há interesses políticos e econômicos envolvidos (LAHSEN, 2009).

Nesse sentido, o processo de controvérsias que se deu no Brasil em torno da posição brasileira sobre a inclusão da proposta de conservação de florestas “em pé” nos mecanismo de negociação e acordos dentro da UNFCCC, se tornou um caso emblemático nos estudos sobre o papel da ciência na produção de políticas ambientais. Comumente caracterizada por uma relação linear de confiança e sinergia entre cientistas e tomadores de decisão, no Brasil, as incertezas científicas, atreladas a fatores político-culturais, resultaram em inação política ao longo de pelo menos 10 anos²⁸ (LAHSEN, 2009).

²⁷ O reaparecimento da cooperação internacional, aqui referente ao financiamento do programa LBA, exerce papel central não só no financiamento dos movimentos sociais e organizações não-governamentais no Brasil, mas também no desenvolvimento de pesquisa de ponta na área do clima no país.

²⁸ Lahsen (2009) desenvolveu no Brasil um trabalho de pesquisa ao longo de 10 anos, iniciado em 1999 até a data de publicação do artigo, focando na participação brasileira na ciência internacional do clima e nas iniciativas políticas relativas às mudanças climáticas. Com uma análise focada no papel de diferentes atores como cientistas brasileiros, mídia, ambientalistas e tomadores de decisão (representantes de diferentes ministérios e Itamaraty), Lahsen identificou elementos centrais à inação política brasileira nas negociações de clima dentro do escopo da UNFCCC, tendo como principais fatores a incerteza científica gerada dentro do escopo do Programa LBA quanto ao papel da Amazônia como sumidouro ou não de carbono e o consequente ceticismo dos tomadores de decisão responsáveis pela política do clima, devido principalmente a fatores culturais, políticos e históricos muito característicos do Brasil, somados ainda ao contexto de politização da

No ano de 2007, com lançamento do IV Relatório de Avaliação sobre as Alterações Climáticas do IPCC, a discussão do papel da Floresta Amazônica como sumidouro de carbono tornou-se menos relevante na discussão do papel do Brasil nas negociações para o clima. Isso porque o desmatamento de florestas tropicais foi apontado como responsável por 17% do total das emissões de gases de efeito estufa (GEE) globais e o desmatamento da Amazônia e Cerrado por 75% das emissões brasileiras²⁹.

Em entrevista com Fábio Feldman, Administrador de empresas, ex-deputado federal (1986 – 1998) e ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, hoje consultor, sobre a evolução da agenda climática no Brasil, ele afirma que a partir do ano de 2007:

O tema [de florestas] ganha importância na agenda diplomática internacional [...] porque desde logo se sabia que o grande ‘Calcanhar de Aquiles’ era o desmatamento da Amazônia brasileira. Tanto que o Brasil se recusava a divulgar os dados do inventário, pois tinha medo de se fragilizar na negociação (FELDMAN, 2011).

Ele complementa: “*de fato a emissão por desmatamento passou a se transformar em um item muito relevante e a partir daí você passa a ter que tratar deste tema, e acho que isso se refletiu mais na agenda brasileira*” (FELDMAN, 2011).

Baseado no IV relatório do IPCC, os países membros, no âmbito da UNFCCC, também reconhecem, na COP13, em Bali, a contribuição do desmatamento de florestas tropicais para as emissões globais de gases de efeito estufa, “*afirmando a necessidade urgente de tomar medidas significativas para reduzir as emissões de desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento*” (UNFCCC, 2008). Neste sentido, o REDD é criado como um mecanismo de compensação³⁰ aos países em desenvolvimento pelos esforços de redução das emissões de carbono decorrentes da derrubada e queima das florestas. O conceito evolui para REDD+ em que também podem ser incluídos neste mecanismo os esforços para ações de conservação e manejo sustentável das florestas e atividades que propiciam o aumento dos estoques de carbono em florestas nativas.

ciência do carbono e aos interesses na compensação financeira pela manutenção de estoques de carbono pela manutenção da floresta em pé.

²⁹ Ano base 2004, para os dados globais (IPCC, 2007) e nacionais (MCT, 2004).

³⁰ É importante evidenciar que o conceito de REDD+ ainda é um conceito em debate no âmbito da UNFCCC, em que se discute se o mesmo é apenas de um mecanismo compensatório ou das diversas ações que estão sendo propostas para reduzir o desmatamento e suas consequentes emissões. CONTROVÉRSIAS QUANTO AO REDD GLOBALMENTE – diversas organizações que combatem, diversas publicações que questionam, mas não está no escopo da pesquisa entrar no mérito da eficiência do instrumento ou não como solução das mudanças climáticas.

Feldman (2011) também reconhece a mudança, o ganho de importância que o tema de mudanças climáticas adquire a partir do ano de 2007, correlacionando este fato à reação do governo brasileiro neste período:

A partir daí mudou a atitude da comunidade científica e da comunidade internacional de maneira geral com relação ao tema de florestas. Mudou radicalmente a percepção do problema do clima em si e do problema do clima em relação a florestas. Mesmo o Brasil, eu acho que o MMA passa a ser muito mais ativo nas questões de clima a partir de determinado momento. Até então o MMA não tinha [...] não que não fizesse declarações, mas só começa a montar uma massa crítica para defender seu ponto de vista anos depois. E a partir de determinado momento isso muda, muda também porque o tema de clima, a partir de 2007, mudou de patamar (FELDMAN, 2011).

Hoje, no Brasil, a iniciativa de REDD+ em andamento pelo governo brasileiro é o Fundo Amazônia³¹. Trata-se de um mecanismo contábil, de natureza financeira, que capta doações para investimentos não reembolsáveis destinados à: prevenção e combate ao desmatamento, promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônico e investimento em novas tecnologias de monitoramento em todos os biomas brasileiros (GVCes; PNUMA, 2010).

Quanto ao desenvolvimento de estratégias na escala local amazônica, grande parte dos projetos realizados está focado na diminuição das causas das mudanças climáticas através da redução da degradação da floresta e suas consequentes emissões de GEE. Pode-se afirmar que atualmente o principal foco das ações na Amazônia brasileira relativas ao tema das mudanças climáticas está muito mais centrado no desenvolvimento de propostas de mitigação das causas do que em propostas de adaptação da mesma³². E assim, paulatinamente, as estratégias de conservação da Amazônia brasileira estão sendo aos poucos convertidas em estratégias de redução de emissões por desmatamento e degradação, que reconhecem não só a importância manutenção dos estoques de carbono na floresta mas também o papel central que as populações indígenas e tradicionais têm desempenhado na proteção das florestas.

³¹ Mais informações sobre o Fundo Amazônia podem ser obtidas no sitio eletrônico do Programa, disponível em http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt

³² Para fim de análise desta dissertação, estas ações e demais estratégias desenvolvidas na Amazônia relativa às mudanças climáticas não serão consideradas como REDD+ uma vez que não estão apoiadas em mecanismos compensatórios.

3.3. A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL

[...] Impossível de proteger a diversidade biológica sem proteger, concomitantemente, a sociodiversidade que a produz e conserva” (CASTRO, 1997, p. 234).

Estudos mais recentes (NEPSTAD et al., 2008) apontam o desmatamento da Amazônia já não só como “vilã” do processo de mudanças climáticas devido ao seu papel como principal fonte brasileira de emissão de GEE, mas também como “vítima”. Com o aumento da frequência dos eventos de seca devido às mudanças no clima, associado às queimadas e a atividades econômicas predatórias, existe uma tendência, segundo estes estudos, de aumento do número de áreas degradadas na Amazônia nos próximos anos, sustentado como um sistema de retroalimentação positiva, em que o aumento de qualquer um destes fatores acarreta no incremento dos demais e no consequente desbalanço do sistema.

São as mudanças ocorridas na escala local àquelas sentidas e vividas pelas populações tradicionais, que terão que buscar formas de se adaptar às novas condições do ambiente no qual estão inseridas (MACCHI et al., 2008). Neste sentido, o conhecimento daqueles que vivem e dependem da floresta se torna ainda mais relevante quando se trata de melhor compreender as influências das mudanças do clima sobre a floresta, à medida que são eles, populações indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, entre outros, que vivenciam no seu dia a dia as mudanças no ciclo de chuvas, nos tempos de plantio e colheita, na distribuição das espécies e suas influências na caça. Serão estas percepções das mudanças ocorridas na escala local que vão influenciar como as populações respondem (SALICK & ROSS, 2009), se adaptando da melhor maneira possível às mudanças climáticas.

Embora parte da literatura aponte este grupo como excluídos do processo de percepção dos impactos e adaptação às mudanças climáticas, no Brasil e em especial para a Amazônia, é interessante observar que existe um reconhecimento diferenciado quanto ao papel e a importância destas comunidades. Através do conhecimento tradicional, estas comunidades contribuem para o reconhecimento de alguns dos impactos das mudanças climáticas sentidos na escala local e ajudam a influenciar processos de tomada de decisão, seja diretamente junto ao governo, seja através do trabalho de ONGs.

Em entrevista com Adriana Ramos, membro do Programa de Políticas Públicas do ISA, ela mostra como os impactos das mudanças climáticas já vinham sendo observados

através do trabalho de campo junto às populações indígenas mesmo antes do tema “emergir institucionalmente”:

Foi um encontro de informações. Tiveram situações como lá no Rio Negro, por exemplo, que as comunidades começam dar alerta, mas que eventualmente as equipes de campo vão receber estas informações e vão processar através de uma chave de leitura em que as mudanças climáticas não estão ainda aparecendo. Conforme o debate das mudanças climáticas vai crescendo, você vai trazendo as informações e vai encaixando com aquelas coisas que estão vindo do campo (RAMOS, 2011).

A importância do conhecimento científico sobre as mudanças climáticas aparece novamente, ao longo da entrevista com Ramos (2011), quando ela reconhece que foi através da publicação de dados científicos sobre as projeções de possíveis mudanças no clima em diferentes regiões amazônicas³³ que:

Começam a cair várias fichas de coisas (sic) que já vinham rolando no Rio Negro e que os índios já vinham falando [...] Essa coisa da conexão [entre o que está sendo diagnosticado no campo e as causas das mudanças] está muito baseada no acesso a informação. Às vezes você está escutando certas coisas e está tratando aquilo a partir do conhecimento que você tem. Conforme você vai tendo maior conhecimento sobre a questão climática em geral, você é capaz de associar (RAMOS, 2011).

Mesmo que se pudesse esperar certa intangibilidade do tema das mudanças climáticas ao ter que discutí-lo com populações indígenas, Márcio Santilli, filósofo, sócio-fundador do ISA e atualmente coordenador do Programa de Política e Direito Socioambiental, conta como se deu o primeiro “bate-papo” do Instituto Socioambiental com os Yanomamis para tratar do tema das mudanças climáticas durante um curso de formação de professores indígenas:

Eu comecei a minha aula dizendo que fazia 10 anos que eu não ia lá na terra deles, que eu “tava” com saudades, na verdade eu era amigo dos pais deles, que não era aquela geração, mas que eu lamentava estar chegando lá depois de tanto tempo para trazer para eles uma má notícia (SANTILLI, 2011).

E depois do dia inteiro de conversa tratando sobre o tema de mudanças climáticas um índio foi destacado para fazer uma saudação final à Santilli por ele ter ido lá e o índio se pronunciou dizendo, entre outras coisas:

Você chegou aqui dizendo que ia dar uma má notícia para a gente, mas na verdade você trouxe uma ótima notícia. Que vocês estão acabando como o mundo a gente já sabia há muito tempo, o que você tá contando para a gente é que agora vocês estão se mancando (SANTILLI, 2011).

³³ Nobre; Sampaio; Salazar, 2007.

Ramos (2011) finaliza *“Os índios não precisam de uma confirmação científica para comprovar que as mudanças climáticas estão acontecendo, eles vão entender a partir daquilo que eles veem acontecendo no campo”* (RAMOS, 2011).

Em outra análise, Rubens Gomes, Coordenador do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) aponta a importância do saber tradicional no reconhecimento de que *“algo de diferente estava acontecendo”*; mudanças no calendário lunar, mudanças na produção, em que a sabedoria dos mais antigos já não mais se traduzia na realidade do momento. Mas tão importante quanto o reconhecimento foi a iniciativa de *“conhecer [o que estava acontecendo], saber, se informar para reagir”* (GOMES, 2011), que acabou influenciando a re-articulação de alguns movimentos sociais na Amazônia, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e GTA, na formação da Aliança dos Povos da Floresta³⁴.

Devido à agenda climática para a Amazônia estar pautada pela mitigação das mudanças climáticas através de um instrumento econômico, também acabou gerando uma “divisão” nos movimentos sociais quanto à legitimação de propostas do REDD+ na Amazônia. De um lado³⁵ *“os movimentos mais radicais [...] que reagem contra o comércio da natureza [...] que não admitem negócios com os serviços ambientais e que a mãe natureza é vista como um bem coletivo”* (GOMES, 2011). E por outro lado, o grupo de organizações³⁶ que viu na pauta climática uma necessidade de garantir os direitos adquiridos, sem o deslocamento de populações e de repartir justa e equitativamente os benefícios:

Porque no mundo capitalista não se perde a oportunidade de ver negócios, mesmo sem entender direito o que está acontecendo [...] se alguém vai pagar pela redução das emissões, pela mudança da forma de produzir, forma de uso da terra e se há recursos neste sentido disponíveis no mundo, é mais do que justo que venham para as populações que protegem a floresta e preservam os serviços ambientais. O que não pode é aprisionar o desenvolvimento de uma sociedade para que poluidores continuem poluindo (GOMES, 2011).

A apropriação da agenda climática pelas populações tradicionais ganha ainda maior importância à medida que os movimentos, contra ou a favor das propostas de mitigação das

³⁴ Ver documento Aliança dos Povos da Floresta – Histórico (2007), disponível em www.ipam.org.br/download/livro/Alianca-dos-Povos-da-Floresta/14 e Declaração de Manaus (2008), disponível em <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00001935.pdf>

³⁵ Carta de Belém (2009), disponível em <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/carta-de-belem-os-efeitos-das-mudancas-climaticas-e-a-politica-de-redds/>

³⁶ Mais informações em Rede Povos da Floresta, disponível em <http://www.redepovosdafloresta.org.br/exibePagina.aspx?pag=8>

causas das mudanças climáticas através do REDD+, se organizam e passam a influenciar de forma ativa os tomadores de decisão.

Gomes (2011) compartilha em sua entrevista uma ocasião especial no ano de 2009, durante a XIV Reunião do Katoomba³⁷, quando os movimentos sociais, representado pelo GTA neste evento, questionam o desenvolvimento de projetos de pagamentos por serviços ambientais no Amazonas, sem consulta prévia às comunidades. Nesta ocasião, o GTA levanta questionamentos *“em virtude de projetos já desenvolvidos nos gabinetes, sem participação das comunidades, sem conhecimento prévio informado, que aprisionavam as comunidades por vinte anos, por força de lei”*. Ele aponta este cenário como *“o pior dos mundos”*, o qual *“destrói todo o processo de construção de organização social que aquelas comunidades vinham construindo”* (GOMES, 2011).

Na ocasião, o questionamento colocado pelos movimentos sociais e outras inquietações que acabam surgindo na reunião culmina em uma nova reunião dos movimentos sociais com as ONGs ambientalistas e os financiadores internacionais, onde o GTA traz demandas como garantia dos direitos, repartição dos benefícios de forma justa e equitativa, respeito às populações tradicionais e elevação da dignidade destas populações. Desta reunião surgem iniciativa no Brasil como o Processo de Elaboração de Princípios e Critérios Socioambientais de REDD+³⁸, que culminou na publicação da cartilha “Desenvolvendo Salvaguardas Socioambientais de REDD: um guia para processos de construção coletiva” e o Observatório do REDD³⁹, que funciona hoje como a *“ferramenta de participação e acompanhamento com foco no processo de formulação e implementação de políticas públicas relacionadas ao mecanismo de REDD”* no Brasil.

³⁷ Mais informações em http://www.katoombagroup.org/event_details.php?id=26

³⁸ Mais informações em <http://www.reddsocioambiental.org.br/>

³⁹ Mais informações em <http://www.observatoriodoredd.org.br/site/>

4. MUDANÇAS NAS ARENAS: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIO DAS ONGS SOCIOAMBIENTAIS

Conforme apresentado no capítulo 3 desta dissertação, fica evidente a importância que as diferentes dimensões da ação social relativa às mudanças climáticas exercem sobre a possibilidade de encontrar soluções para a mesma. Uma cadeia de ações que se inicia a partir da produção do conhecimento climático, passando pela difusão das informações a respeito da problemática vivida, que vão influenciar de formas distintas a percepção por parte dos diferentes atores sociais, chegando finalmente ao processo de tomada de decisão por parte dos indivíduos, organizações e instituições. Todas as ações estão inseridas em arenas de conflitos e interesses, influenciando e sendo influenciadas por fatores sociais, políticos, econômicos e culturais característicos de cada arena.

São conhecimentos e acontecimentos referentes à problemática das mudanças climáticas que já não podem mais ser negados e exigem o rápido declínio das emissões de gases de efeito estufa, evitando que a temperatura da Terra suba em 2°C, aumentando a probabilidade de que ocorram alterações climáticas irreversíveis e potencialmente catastróficas ao planeta⁴⁰. Exigem por parte da sociedade global reações imediatas a fim de minimizar as consequências.

4.1. PARTICULARIDADES DE UMA ‘TERRA BRASILIS’⁴¹

A emergência do tema das mudanças climáticas como pauta prioritária na agenda internacional, ao longo da década de 2000, também repercutiu sobre o Brasil de forma significativa. Vale mencionar aqui o envolvimento do governo brasileiro nas discussões internacionais sobre o clima no período anterior aos anos 2000, atuando como país sede da primeira reunião, a Rio 92, na qual a Convenção do Clima foi pensada, até assumir um

⁴⁰ IV AR IPCC que reconhece a importância da manutenção da temperatura da terra abaixo dos 2°Celsius.

⁴¹ ‘Terra Brasilis’ é o título do álbum de Antonio Carlos Jobim, lançado em 1980, cujo gênero é a bossa nova.

‘protagonismo muito importante’ (FELDMAN, 2011) ao longo dos anos de 1996 a 2004 para entrada em vigor do Protocolo de Kyoto.

Início das mobilizações pela sociedade

“Basicamente, a sociedade civil conservacionista entrou, a partir do ano 2000, muito mais em função desta agenda “avoided deforestations” e com uma tentativa de fazer o casamento entre conservação & clima... Aqui no Brasil a participação da sociedade civil nas COPs era muito pequena, a partir de determinado momento p.ex. algumas entidades começaram a participar...” (FELDMAN, 2011)

A partir do ano de 2000 começa uma mobilização da sociedade civil brasileira em torno da temática do clima (LAHSEN, 2009), com a criação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), que se constituiu como uma *“tentativa de fazer o diálogo entre governo, sociedade e setor empresarial”* (FELDMAN, 2011) e como um espaço que buscava influenciar a posição brasileira nas reuniões internacionais de clima. Em entrevista concedida à autora, Feldman (2011), tendo sido um dos líderes do processo de criação do FBMC, aponta: *“O Fórum era uma tentativa de, primeiro, dar uma importância ao tema no Brasil e segundo, democratizar o processo de decisão”*.

Tal iniciativa constituía como uma alternativa ao processo de construção institucional dos posicionamentos brasileiros nas negociações que se dava no âmbito da UNFCCC e eram acertados entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério das Relações Exteriores, *“sem que os outros atores governamentais e não-governamentais tivessem maior influência”* (FELDMAN, 2011).

A centralização por parte destes Ministérios quanto à posição brasileira e o *“importante protagonismo”* exercido pelo Brasil nas negociações de Kyoto têm como um dos elementos chave, segundo Viola (2009), a tentativa de evitar questionamentos internacionais em relação ao desmatamento na Amazônia, bloqueando regulamentações internacionais do uso de florestas e suas conseqüências para o clima. Vai ser neste mesmo momento que vão surgir as primeiras iniciativas por parte de organizações não-governamentais brasileiras, entre elas ISA e IPAM, para tentar incluir florestas primárias na discussão sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto (LEITE, 2005).

O Brasil como desmatador se equipara aos grandes emissores do mundo. Daí você tem um mega protocolo que prevê transferências de recursos e mecanismos compensatórios para apoiar várias ações que tem a ver com a redução de emissões e não tem nada que venha apoiar um trabalho mais

consistente em redução do desmatamento. E ao mesmo tempo, os mecanismos que tem beneficiam a iniciativa privada naquilo que ela pretende fazer de bacana para contribuir com a redução de GEE do mundo, mas não beneficia e não reconhece o papel que as populações tradicionais tiveram na manutenção de florestas. E isso para nós era um nó que a gente via no sistema político nesta questão de mudanças climáticas (RAMOS, 2011).

O fato de estas duas organizações já trabalharem para a redução do desmatamento na Amazônia (cada uma com suas particularidades), reconhecerem o papel das populações tradicionais na manutenção das florestas, identificarem o desmatamento da Amazônia, com seus altos índices, como um problema real a ser resolvido, associado ainda ao reconhecimento da fragilidade dos esforços concentrados pela Convenção da Diversidade Biológica para conservação de florestas (LAHSEN, 2009) e ainda à existência de um mecanismo financeiro internacional estabelecido pela UNFCCC que beneficiava apenas o setor privado pelas reduções de GEE, levou ao início de um processo de intervenção sobre a pauta climática nas escalas local, nacional e internacional.

Nos cálculos do Ipam, o mecanismo poderia angariar algumas dezenas de milhões de dólares por ano, se reduzisse 5% do desmatamento, uma soma considerável se comparada com o que se investe na área ambiental na Amazônia — o Programa Piloto para Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), por exemplo, investiu, em doze anos, US\$ 130 milhões (LEITE, 2005)

Na escala local, o IPAM começou um trabalho de apresentar às populações tradicionais, articuladas dentro do GTA, a responsabilidade do desmatamento da floresta nas mudanças do clima, apontando para a importância da inclusão de florestas nos mecanismos financeiros que estavam sendo propostos dentro do Protocolo de Kyoto. Na escala nacional, ISA e IPAM se articularam junto à Fundação Getúlio Vargas, através do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) e outras organizações para fundar o Observatório do Clima, uma rede brasileira de articulação sobre o tema das mudanças climáticas globais.

O Observatório do Clima foi criado em função de um certo cerceamento da participação das organizações que trabalhavam com a questão florestal no âmbito do trabalho de clima dentro do FBOMS (RAMOS, 2011).

Isso por que a discussão da questão florestal dentro da agenda da Convenção de Clima também era um “tabu” para as organizações transnacionais como Greenpeace, WWF e outras, que:

[...] achavam que a discussão de mudanças climáticas teria que estar relacionada à energia, queima de combustíveis fósseis, mais focada em uma agenda energética e industrial[...] Como clima é um tema muito guarda-chuva (sic), abrangente, muitas ONGs temem que a agenda florestal fique refém da agenda climática (BIDERMAN, 2011).

A Proposta de Redução Compensada

No ano de 2003 o cenário começou a mudar. Marcio Santilli, Paulo Moutinho, Carlos Nobre e outros cientistas publicaram no Caderno Mais+ da Folha de São Paulo o artigo intitulado ‘Proposta para manter a floresta em pé’.

A expectativa era que o governo pudesse digerir antes que a gente levasse para o plano internacional. Mas isso não rolou! O governo não se posicionou sobre aquilo e daí veio a COP de 2003, em Milão. Como o governo não tinha dado ‘lhufas’ para a proposta nós avisamos a Marina que íamos colocar a proposta no ventilador (SANTILLI, 2011).

Este grupo de cientistas levou para a COP 9 de Milão o artigo ‘*Tropical deforestation and the Kyoto Protocol: a new proposal*’. Nesta ocasião a ideia era ampliar o processo de discussão da proposta, intitulada mais tarde de Proposta de Redução Compensada com demais atores que participavam no processo de discussão do Protocolo de Kyoto.

Nessa reunião a gente chamou o governo e um representante do Greenpeace para sentar à mesa, com a mesma colocação: ‘vocês não precisam concordar com nada, mas vocês têm que dizer alguma coisa, se gosta, se não gosta, se não gosta porque não gosta, o que tem a propor e vai por aí [...] A apresentação foi esdrúxula porque foi boicotada. Os caras ocuparam a sala que tava reservada e a gente fez a apresentação no saguão..mas o evento foi legal (SANTILLI, 2011).

Participaram um representante do Greenpeace Internacional e Claudio Langone, na ocasião, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e chefe da delegação brasileira na COP 9. Ainda que nenhum dos dois membros tenha se pronunciado de forma a construir ou desconstruir a proposta “*para a gente já foi uma coisa histórica, porque o governo brasileiro sempre boicotava, e o Greenpeace não boicotava, mas sempre era contra*” (SANTILLI, 2011):

Com aquela apresentação, eu acho que quebrou o gelo no tratamento do assunto, porque até então era um sufoco. Apoio zero, só quem apoiava eram alguns parceiros da America Latina...do Brasil a gente não tinha apoio, das ONGs também não, dos governos da Europa também não. Antes disso o governo brasileiro não queria que a apresentação rolasse... mas como o chefe da delegação foi, eles tiveram que ir [...] mas o fato é que a partir daí as coisas mudaram, o assunto passou a ser tratado mais seriamente (SANTILLI, 2011).

A mídia

A mídia assumiu um papel importante como agente do processo de difusão das informações sobre as mudanças ambientais globais apenas a partir de 2006, quando a temática das mudanças climáticas ganhou maior expressão nas páginas dos diários brasileiros (ANDI, 2007). Em entrevista concedida à autora, Raquel Biderman (2011), ex-coordenadora adjunta do GVCes, aponta não só para o aumento da quantidade de mídias cobrindo o tema das mudanças climáticas, mas principalmente para melhoria na qualidade de cobertura do tema, atingindo o patamar de uma cobertura de alto nível. Biderman (2011) enxerga este processo como “*reflexo do interesse na sociedade*”.

O jornalista Dal Marcondes, editor-chefe da Agência Envolverde, em entrevista concedida a esta pesquisa, corrobora a opinião de Biderman (2011) ao afirmar:

A mídia tem o papel de ir se apropriando conforme a sociedade vai se apropriando de determinados temas. A vantagem é que a mídia fala com a parte mais ‘atenada’ da sociedade. 5% da sociedade, que se informa lendo e que são formadores de opinião. Gente cuja opinião se reflete em decisões (MARCONDES, 2011).

Ainda que para Marcondes (2011) os meios de comunicação não sejam vanguarda na difusão do conhecimento climático, a crescente cobertura de mídia e a melhoria na sua qualidade assumem papel importante na divulgação dos fatos e dados sobre as mudanças climáticas para a sociedade brasileira.

Em sua entrevista, Marcondes (2011) explora ainda mais a relação mídia-sociedade-ciência, apresentando, literalmente nesta ordem, como flui o canal de comunicação entre cientistas e jornalistas, apontando para o papel que as ONGs cumprem como atores centrais no processo de comunicação entre ciência & mídia:

Cientistas e jornalistas precisam aprender a conversar, porque eles não sabem conversar. Por um motivo simples, jornalista quer certezas, cientistas não dão certezas. É um diálogo de surdos... de forma geral as ONGs têm papel fundamental na estruturação do conhecimento de mudanças climáticas. Elas são parte fundamental da ponte entre ciência e sociedade... sem as ONGs nós perderíamos o capital de intermediação de informação para a sociedade (MARCONDES, 2011)

O aumento da quantidade e melhoria na qualidade da cobertura dos meios de comunicação sobre a temática das mudanças climáticas como reflexo do interesse pela sociedade, conforme apontam Biderman (2011) e Marcondes (2011), não pode ser diretamente correlacionado ao crescente interesse do Ministério do Meio Ambiente ao longo dos anos de 2005/2007. Para fazer tal afirmativa, seria preciso uma análise mais profunda das coberturas de mídia, tendo o governo como principal interlocutor, mas vê-se adiante que o envolvimento

do MMA na discussão climática se trata de um evento importante para o fortalecimento da pauta no Brasil.

A participação do Ministério do Meio Ambiente

Historicamente a participação no Ministério do Meio Ambiente sempre foi marginal nas negociações internacionais de clima quando comparado com a importância do Itamaraty e do Ministério de Ciência e Tecnologia (LAHSEN, 2009; VIOLA, 2009). Ainda assim, a participação do MMA é atribuída grande importância uma vez que o envolvimento do Ministério legitima a discussão de florestas dentro da pauta climática.

A sociedade civil brasileira entra muito com enfoque na questão de floresta, conservação, depois de um tempo passa a ter amparo e apoio do MMA, mas que durante anos a fio ficou ‘ausente’ da negociação internacional... o MMA só se engaja um pouco mais nisso a partir de 2003, 2004 em função da questão de florestas (FELDMAN, 2011).

Em entrevista a esta pesquisa, Brenda Brito, secretaria executiva do IMAZON, atribui ao Ministério do Meio Ambiente certa dose de co-responsabilidade pelo fortalecimento da pauta climática no Brasil.

O tema das mudanças climáticas já tinha grande relevância internacionalmente. Várias organizações, não só não-governamentais, mas também universidades já tinham este tema na pauta há bastante tempo... com Brasil isso veio de maneira secundária, durante muito tempo tinha uma instituição ou outra que colocava isso na pauta, mas quando a gente sentiu isso mais forte foi a partir de 2005/2007... acho que aqui no Brasil teve muito a ver aqui com a atuação do governo brasileiro. 2006 já estava a Marina, desde o início do governo Lula (BRITO, 2011).

A então ministra de meio ambiente, Marina Silva⁴², participou em 2005 da Reunião das Partes COP 11, em Montreal, na qual cobrou a adoção de ‘incentivos positivos para os países em desenvolvimento que comprovarem seus esforços de conservação das florestas’. Neste mesmo momento o Protocolo de Kyoto entrava em vigor graças à ratificação pela

⁴² Viola (2010) vai além do reconhecimento do papel de Marina Silva para a mudança na posição do governo federal nas negociações internacionais de clima. Em seu artigo ele apresenta elementos que mostram como a candidatura a presidência da república de Marina Silva veio mexer com o conteúdo da agenda eleitoral, aumentando a importância das temáticas de sustentabilidade e da transição para uma economia de baixo carbono. E também “pressionou” a então Ministra-Chefe da Casa Civil e também candidata a presidência da República, Dilma Rousseff a assumir esta agenda, apresentando ela mesma, junto com ministro Carlos Minc a nova posição brasileira nas negociações internacionais, pré-reunião da COP 15 em Copenhague.

Rússia, que vinha resistindo há alguns anos, mas que não considerou a conservação de florestas como parte do MDL.

Na COP em Montreal [...] foi a primeira vez que a gente viu o governo federal olhando para a proposta com um pouco menos de pé atrás (PEDRO-PINTO, 2011).

Em 2007 o mesmo ministério cria uma Secretaria sobre Mudanças Climáticas, com capacidade limitada e orçamento restrito (VIOLA, 2010), e em 2008 envia ao Congresso Nacional um Projeto de Lei de Mudanças Climáticas, que considerava em seu escopo a importância da conservação das florestas como medida para a redução das mudanças climáticas. A aceitação da incorporação desta temática por parte do MMA se reflete na relação mais próxima que se estabelece entre o Ministério e grupos ambientalistas e cientistas (LAHSEN, 2009).

O tema do clima no Brasil tem sido conduzido de maneira muito hábil entre governo e sociedade civil... ainda que tenha muita divergência pontual no Brasil entre governo e sociedade civil, o Brasil é o único país que inclui na sua delegação sociedade civil e setor empresarial. O Brasil é um dos poucos países que admite quem não é do governo participar. Isso é um sinal extremamente positivo (FELDMAN, 2011).

Ainda que tardiamente, vê-se o envolvimento gradual do Ministério do Meio Ambiente nas discussões climáticas, que por um lado pode ser visto como promotor da pauta no Brasil. Por outro lado é importante salientar a atuação do Ministério como resposta à ação dos diferentes atores como as ONGs, que vinham se articulando e participando e fóruns de discussão sobre o clima desde 2000, à cobertura de mídia, que vinha em um crescente desde 2006, assim como a atuação do setor privado, que também se apresenta mais um importante elemento de pressão.

O setor privado

A articulação do setor privado também ganha destaque no fortalecimento da pauta climática no Brasil quando o mesmo se posiciona publicamente e busca identificar as perspectivas no setor produtivo nacional para estabelecer uma economia de baixo carbono.

No ano de 2007 se iniciam mais concretamente algumas articulações da sociedade civil com o setor privado a fim de discutir a problemática da pauta climática relativa à Amazônia (BIDERMAN, 2011).

Tradicionalmente estas ONGs entravam em confronto com governos, pedindo ações mais contundentes de controle ambiental, fiscalização, de políticas públicas. Agora elas começaram a se aproximar do mundo

empresarial, fazendo com que eles abracem essa agenda (BIDERMAN, 2011).

Um dos exemplos mencionados por Biderman (2011) como resultado deste trabalho das ONGs conjuntamente com o setor privado é o Fórum Amazônia Sustentável. Tal iniciativa parece superar a perspectiva de encarar as grandes empresas como os principais agentes do desperdício irresponsável dos recursos naturais (GIDDENS, 2010). O Fórum é uma plataforma criada “*com o objetivo de agregar os mais diversos setores da sociedade brasileira em torno de um debate amplo e participativo sobre o desenvolvimento sustentável da região amazônica*” (FÓRUM, 2011). Reunindo empresários, governos, academia, populações tradicionais, sindicatos e ONGs, o Fórum busca estabelecer um debate comum em torno de temas como as mudanças climáticas, o uso sustentável da biodiversidade, ocupação do solo, desmatamento, entre outros, para a Amazônia.

Em 2009 o setor privado brasileiro vai se organizar em três⁴³ diferentes iniciativas, exclusivamente empresariais, que vão demandar mudanças na política climática brasileira. Com a participação de diversos setores do empresariado brasileiro e com demandas distintas à política nacional e internacional de clima e energia, tais articulações ganham importância central à medida que se tornam mais um elemento de pressão sobre o governo brasileiro para o anúncio de metas e compromissos nas negociações climáticas internacionais (VIOLA, 2010).

O ano de 2009 no Brasil e as mudanças climáticas

Vai ser no ano de 2009 que o governo brasileiro, as vésperas da reunião da COP 15, em Copenhague, anuncia suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa através de mudanças no sistema de produção agrícola brasileiro, sistema siderúrgico, mas principalmente pelo compromisso de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020. Como produto da pressão empresarial e societal (VIOLA, 2010) o governo brasileiro assume metas e dá ao Brasil e, conseqüentemente, ao presidente Luis Inácio Lula da Silva, um papel de liderança na COP 15. Em seu pronunciamento ele pede que os demais países do mundo cumpram seu papel e façam também sua ‘lição de casa’:

⁴³ “Aliança de Empresas Brasileiras pelo Clima”, “Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas” e “Coalizão de Empresas pelo Clima”

Confesso a todos vocês que estou um pouco frustrado porque há muito tempo discutimos a questão do clima e, cada vez mais, constatamos que o problema é mais grave do que nós possamos imaginar.

Pensando em contribuir para a discussão nesta Conferência, o Brasil teve uma posição muito ousada. Apresentamos as nossas metas até 2020, assumimos um compromisso e aprovamos no Congresso Nacional, transformando em lei que o Brasil, até 2020, reduzirá as emissões de gases de efeito estufa de 36,1% a 38,9%, baseado em algumas coisas que nós consideramos importantes: mudança no sistema da agricultura brasileira; mudança no sistema siderúrgico brasileiro; mudança e aprimoramento da nossa matriz energética, que já é uma das mais limpas do mundo; e assumimos o compromisso de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020 (LULA DA SILVA, 2009).

O envolvimento e compromisso assumido pelo governo brasileiro sinalizam mais uma das maneiras as quais a emergência do tema das mudanças climáticas repercute de forma expressiva no Brasil, onde um governo, ainda que participativo nas negociações climáticas desde o princípio, que sempre evitou questionamentos internacionais em relação ao desmatamento na Amazônia, bloqueando regulamentações internacionais do uso de florestas assume metas e compromissos frente a sociedade internacional em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e o desmatamento da Amazônia.

Figura 4.1 – Linha do tempo ilustrativa dos principais acontecimentos, nacionais e internacionais, relativos à temática das Mudanças Climáticas, considerando a periodização desta pesquisa (1999 a 2009).

4.2. AÇÃO E REAÇÃO DE ALGUMAS ONGS NO BRASIL

Na literatura, encontramos as ONGs como atores centrais no processo de divulgação do conhecimento climático, influenciando, em grande parte, a percepção de demais atores sociais quanto à problemática das mudanças climáticas. Funcionando não apenas como um grupo de pressão, mas também com papel importante de ‘coordenar’ as informações científicas e levá-las ao público e tomadores de decisão (GIDDENS, 2010).

No caso da atuação das ONGs ambientalistas brasileiras no tema das mudanças climáticas identifica-se hoje um considerável grupo que vêm buscando interferir na agenda

nacional e internacional em busca de contribuir para o debate e influenciar o processo de tomada de decisão relativo à problemática estabelecida.

O espectro de atuação desse grupo sobre o tema das mudanças climáticas é bastante diversificado. Algumas ONGs atuam junto à sociedade por meio de campanhas de conscientização e mobilização⁴⁴; junto a governos, buscando influenciar a construção de políticas públicas⁴⁵; e junto ao setor privado, muitas vezes pressionando e também estabelecendo alianças para enfrentar as mudanças climáticas globais.

Quando se trata do desenvolvimento de estratégias na agenda florestal, as ações desse grupo para a diminuição das causas das mudanças climáticas têm foco principal na redução da degradação das florestas tropicais e suas conseqüentes emissões de GEE, agindo principalmente na região Amazônica. Isso porque o desmatamento de florestas tropicais é apontado como um dos “vilões” das mudanças climáticas, responsável por 17% do total das emissões de GEE globais e por 75% das emissões brasileiras⁴⁶.

Assim, paulatinamente, as estratégias de conservação da Amazônia brasileira, antes baseadas na importância da gestão e manejo dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais, estão sendo aos poucos convertidas em estratégias de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REED), como se poderá observar a partir das descrições das estratégias das ONGs mais adiante, neste capítulo.

Esta segunda metade do capítulo se propõe a compreender; (i) de que forma são definidas as “novas” estratégias de atuação das ONGs ambientalistas brasileiras no tema das mudanças climáticas, (ii) quais influências sofrem e (iii) de que maneira este grupo de atores sociais faz uso do seu conhecimento e experiências adquiridas na Amazônia para construção de propostas de soluções alternativas para o problema ambiental estabelecido. Este processo se dá através do trabalho investigativo de observação e interpretação das ONGs ambientalistas que atuam com o tema das mudanças climáticas na região Amazônica, buscando apresentar um fenômeno recente que está em curso na região Amazônica brasileira. Trata-se de um objeto de estudo que não está dado, mas que está em pleno processo de construção social pelos atores que dele fazem parte.

⁴⁴ Veja, por exemplo, em Campanha Tic-Tac em <http://tcktkctck.org/>

⁴⁵ Mais detalhes no capítulo 4.

⁴⁶ Ano base 2004, para os dados globais (IPCC, 2007) e nacionais (MCT, 2004)

4.2.1 O GREENPEACE BRASIL

Como forma ilustrativa e comparativa, a apresentação da temporalidade de incorporação do tema climático na agenda do Greenpeace Brasil tem como objetivo apenas ilustrar de que forma a emergência do tema das mudanças climáticas veio mexer com a atuação da organização no Brasil.

É importante considerar que o Greenpeace é uma organização transnacional, que atua em mais de 34 países no mundo, que trabalha em rede e de forma articulada junto aos demais escritórios, o que acaba por influenciar as estratégias e ações de cada organização em seu país. Isso é, o processo de tomada de decisão dos escritórios nacionais, como no caso do Brasil, com seus dois escritórios, um em Manaus e outro em São Paulo, dá-se com base em consultas, discussões e auxílio dos demais escritórios da organização, mas principalmente, com influência do escritório do Greenpeace Internacional.

Tendo-se isso em consideração e reconhecendo que a temática das mudanças climáticas já vinha sendo pauta importante junto aos meios de comunicação de diversos países⁴⁷ antes do ano de 2006, podia-se esperar do Greenpeace Brasil uma reação mais rápida à problemática das mudanças climáticas. Mas, através do Gráfico 4.1, obtido a partir de uma análise do número de notícias publicadas nacionalmente pelo Greenpeace Brasil no tema das mudanças climáticas, pode-se observar que a organização, no Brasil, passou a trabalhar mais expressivamente junto à temática apenas a partir do ano de 2007.

⁴⁷ Através da observação do Gráfico 3.1, capítulo 3 desta dissertação, ao analisar o número de respostas de mídias frente ao temas das mudanças climáticas, é possível notar que no Brasil a atenção dada ao tema só fica superior a da Índia, Rússia, Estados Unidos e China (atingindo maior patamar que Suécia e Alemanha após 2007/2008).

Gráfico 4.1: número de notícias publicadas pelo Greenpeace Brasil relativas ao tema das mudanças climáticas/ano, referentes aos anos de 2000 a 2011 (Fonte: site Greenpeace Brasil)

Através de uma análise mais detalhada das notícias, é possível perceber que o Greenpeace Brasil vai contratar um Coordenador de Campanha apenas após o ano de 2005, mesmo ano em que ocorreu a maior seca da Amazônia e o primeiro furacão no Oceano Atlântico, o ‘Catarina’, em frente ao Estado de Santa Catarina.

4.2.2 O ICV – INSTITUTO CENTRO DE VIDA

Figura 4.2 – Linha do tempo ilustrativa dos principais acontecimentos relativos à temática das Mudanças Climáticas, com foco nas ações do ICV ao longo do período de 1999 – 2009 (fonte: relatórios anuais ICV e entrevista MICOL, 2011)

Conforme já apresentado no Capítulo 2 desta dissertação, o Instituto Centro de Vida é uma organização que passou por um período de reestruturação após quase 15 anos de sua fundação. Mudanças no foco do trabalho, no objetivo principal da organização e nas estratégias de atuação.

Logo após este período de transição (final de 2005, começo de 2006), a organização começou a se envolver com trabalhos relacionados à pauta climática através do ‘Programa Carbono Florestal’ da Fundação David & Lucile Packard, que tinha como objetivo a redução do desmatamento.

Um novo momento também, mas com essa influencia, de um ator global que vem com proposta de trabalhar no assunto de carbono, inicialmente com preocupação de reduzir o desmatamento (MICOL, 2011).

Segundo o Coordenador Executivo da organização, a pauta climática chega como uma oportunidade que influencia a organização a trabalhar na temática de mudanças climáticas baseado na conveniência de seguir trabalhado com a redução do desmatamento na Amazônia.

De repente chega esta agenda das mudanças climáticas e todo mundo começa a falar que a destruição da Amazônia tá contribuindo para emissão de gases de efeito estufa, que é um dos primeiros fatores que podem ser reduzidos. Para nós é uma oportunidade, antes de ser uma preocupação pelas mudanças climáticas é uma oportunidade. Dessa forma que chega, a gente começa a ter nosso trabalho com desmatamento financiado com recursos vinculados à agenda de mudanças climática. (MICOL, 2011).

Alguns serão os atributos institucionais que possibilitam a atuação do ICV em projetos de mudanças climáticas: i. o fato do Mato Grosso ser o estado que tem os maiores índices de desmatamento neste período; ii. o anterior envolvimento da organização com trabalhos voltados para redução do desmatamento e iii. a capacidade desenvolvida pela organização de ‘*atuação local, a experiência com fogo, com protocolos municipais e o diálogo já estabelecidos com diversos atores*’ (MICOL, 2011).

Até meados de 2007 a organização continuou trabalhando mais fortemente com a temática do desmatamento. Com foco bastante centrado no fortalecimento e consolidação institucional, a organização continua a crescer e gradualmente a ampliar seu escopo de atuação, envolvendo-se em projetos vinculados às mudanças climáticas.

Inicialmente, o trabalho em mudanças climáticas entra na agenda da organização dentro do Programa de Políticas Públicas e Gestão Socioambiental, que trabalhava “*em três temas inter-relacionados: Política e gestão florestal, Mudanças climáticas e Desenvolvimento territorial*” (ICV, 2007)

Mas foi no começo de 2008 que *‘esta discussão de mudanças climáticas entrou em cheio no ICV, pelo viés do desmatamento evitado’* (MICOL, 2011). É possível ver, através da análise comparativa de contagem das palavras ‘políticas públicas’, ‘manejo florestal’ e ‘mudanças climáticas’ (incluindo a palavra carbono), contidas nos relatórios anuais da organização, que vai ser no biênio 2008/2009 que as palavras mudanças climáticas e carbono vão aparecer o mesmo número de vezes que as demais (ver Gráfico 4.2).

Nesse período, a organização publica seu primeiro material com foco em REDD, intitulado “Reduções das Emissões do Desmatamento e da Degradação Florestal: potencial de aplicação no Estado de Mato Grosso”. Dá-se início às atividades de medição e monitoramento de biomassa florestal, *“com a perspectiva de apoiar ações e projetos de REDD e seqüestro de carbono, bem como de contribuir com produção científica própria e em parceria”* (ICV, 2009). Outros projetos também na área de clima são desenvolvidos, ampliando o escopo do trabalho em busca de contribuir com ações voltadas à política estadual de mudanças climáticas, a um possível programa de REDD no Mato Grosso, à construção de projeto-piloto de REDD no Norte do Estado, desenvolvimento de instrumentos econômicos como Pagamento por Serviços Ambientais, entre outros.

Gráfico 4.2 – Número de vezes que as palavras ‘políticas pública’ (PP), ‘manejo florestal’ (MF), ‘mudanças climáticas’ (MC) e carbono aparecem nos relatórios anuais do ICV.

A organização também optou por ampliar sua escala de atuação, também ampliando o leque de articulação com outras organizações, mantendo os espaços de diálogo nos níveis municipais, estaduais e federais e ampliando para o trabalho na escala internacional. Como uma de *‘suas realizações mais consideráveis do período de 2008/2009’* (ICV, 2009) a

organização participou da COP 15 em Copenhague, contribuindo através da apresentação de resultados de estudos e trabalhos voltados a particularidades do Estado do Mato Grosso dentro da questão climática.

A ampliação do escopo e o envolvimento com estes trabalhos exigiram da organização uma *‘maior capacidade de trabalho analítico’*. A organização acabou incorporando na equipe novos *‘analistas de carbono, com um nível de especificidade e de expertise mais avançada’* (MICOL, 2011), consolidando-se graças à disponibilidade de financiamentos relacionados às mudanças climáticas.

O crescimento que aconteceu no ICV, que passou de poucas pessoas para cerca de 30 agora, é muito ligado à disponibilidade de recursos vinculados às mudanças climáticas, inegavelmente... eu não sei dizer o quanto isso (o crescimento da organização) é devido à incorporação da agenda das mudanças climáticas, mas acontece junto (MICOL, 2011)

Ainda que os tipos de financiadores não tenham variado muito ao longo dos anos (ver Tabela 2, capítulo 2), *“a maior parte dos nossos financiamentos agora tem um vínculo com esta agenda de mudanças climáticas”* (MICOL, 2011). Financiamentos que já estavam em andamento, como por exemplo, recursos oriundos da Comissão Europeia, que anteriormente não tinha vínculo com a temática de mudanças climáticas, agora têm continuidade na organização e estão voltados para o mercado de carbono.

Isso tudo acabou gerando um deslocamento de eixo temático de trabalho, em que, por exemplo, a atuação voltada à conservação da biodiversidade acabou perdendo espaço e equipe, assim como a elaboração de planos de manejo para Unidades de Conservação, com dimensão voltada à biodiversidade.

O foco em biodiversidade é uma das formas da gente poder medir os impactos do desmatamento, poder justificar a necessidade da contenção do desmatamento. A partir do momento em que o tema das mudanças climáticas vem com mais força como forma de justificar a conservação das florestas, a gente passa a dar mais enfoque realmente neste aspecto (MICOL, 2011)

Mas tudo isso tendo sido feito de forma consciente da mudança do contexto global no qual o trabalho de conservação da floresta Amazônica está inserido.

Acho que tem a ver sim com esta mudança de enfoque global. De forma geral, tem um olhar hoje muito mais forte na questão de mudanças climáticas que em biodiversidade, apesar de ser ainda uma preocupação e ainda continuar havendo trabalhos, mas em termos de prioridade de recursos, de atenção, investimento, a agenda de mudanças climáticas ficou maior (MICOL, 2011)

4.2.3 O IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

Figura 4.3 – Linha do tempo ilustrativa dos principais acontecimentos do IMAZON relativos à temática das Mudanças Climáticas, ao longo do período de 1999 – 2009 (fonte: relatórios anuais IMAZON e entrevista com BRITO, 2011)

O IMAZON é uma organização que sempre teve como meta de seu trabalho a redução do desmatamento da Amazônia ‘a níveis próximos de zero’. Por meio de trabalhos de análises e monitoramento de mudanças na cobertura do solo, estudos de ecologia de espécies de madeira e apoio ao manejo florestal, elaboração de cenários e modelos de desenvolvimento sustentável para atividades na Amazônia, entre outros, a meta institucional sempre esteve centrada em reduzir o desmatamento. De forma bastante particular, a organização já realizava, nos primórdios de seu trabalho na Amazônia, trabalhos focados em reduzir o desmatamento e suas conseqüentes emissões.

Um dos primeiros apoios que o IMAZON teve lá na década de 1990 foi de um programa da USAID que era para redução de emissões em florestas tropicais. Isso em 1990 e alguma coisa... o nosso apoio para trabalhar com manejo era dentro de um programa de redução de emissões que a USAID tinha para países de florestas tropicais (BRITO, 2011)

Através da análise dos relatórios anuais da organização é possível identificar que nos anos 1999/2000 (data referente ao primeiro relatório anual publicado pela organização), o IMAZON já reconhecia que a floresta era um *enorme depósito de carbono*, que se liberado na

atmosfera poderia afetar *severamente* o clima regional e global. Mas ainda assim seus trabalhos não eram pensados dentro da moldura de mudanças climáticas.

No biênio 2001/2002 a organização chega a ganhar um prêmio do Programa de Meio Ambiente da USAID, que premiava anualmente organizações que tinham como contribuição do seu trabalho a *redução dos riscos de mudanças climáticas globais*. Nesta ocasião o IMAZON é premiado por suas contribuições no âmbito do manejo florestal.

Até o ano de 2008, pouca ou quase nenhuma informação aparece nos relatórios anuais da organização relacionada ao tema das mudanças climáticas (ver Gráfico 4.3). Quando questionada, Brenda Brito, atual secretária executiva do IMAZON, afirma que a maior parte do trabalho realizado pela organização ao longo da sua história sempre esteve focado na redução do desmatamento e degradação florestal.

Na prática, quando a gente olha para a questão de floresta, REDD, a gente sempre trabalhou com isso, mas não tinha esse nome. Não tinha essa moldura de mudanças climáticas, de REDD, que foram coisas que surgiram depois (BRITO, 2011)

Apenas no biênio 2005/2006 a organização mostra ‘preocupação’ com a problemática das mudanças climáticas, quando se propõe a i. reduzir as pegadas ecológicas e neutralizar as emissões de carbono de suas atividades e ii. trabalhar com o componente ‘fogo’ nos estudos de cenários de ocupação humana na Amazônia, compreendendo que o mesmo é responsável pela ‘*emissão de carbono na atmosfera*’ (IMAZON, 2007).

Gráfico 4.3 – Número de vezes que as palavras ‘políticas pública’ (PP), ‘manejo florestal’ (MF), ‘mudanças climáticas’ (MC) e carbono aparecem nos relatórios anuais do IMAZON.

Ao longo do ano de 2008 a organização começa a se envolver, ainda de forma tímida, com o tema de mudanças climáticas. Neste ano basicamente alguns trabalhos de disseminação são promovidos dentro do tema, como, por exemplo, através da participação de alguns pesquisadores do IMAZON em um evento que reuniu especialistas para tentar avaliar o ‘impacto das iniciativas florestais contra as mudanças climáticas’. A participação, p.ex., de Brito em um congresso de Direito Ambiental apresentando o trabalho ‘*Conexões entre responsabilização ambiental na Amazônia e combate às mudanças climáticas: um estudo de caso em Mato Grosso*’ ou ainda, com lançamento do livro ‘*A Pecuária e o Desmatamento na Amazônia na Era das Mudanças Climáticas*’ (IMAZON, 2008)

Vai ser neste momento que os membros da organização vão sentar para discutir e planejar o trabalho dentro da temática das mudanças climáticas.

Foi quando a gente viu que tinha um espaço, além das coisas que a gente já fazia, que eram relacionadas, de talvez ter uma atuação mais direcionada a estas discussões da política de clima, de REDD, que iria ser construída a partir das outras coisas que a gente fazia (BRITO, 2011)

Este espaço mencionado por Brito refere-se não somente a um espaço do ponto de vista externo, ao reconhecer que havia espaço de atuação nas áreas de políticas públicas, legislação, arranjos institucionais ligados à questão de clima, mas também espaços internos na organização, de abrir um novo espaço de coordenação para que pessoas pudessem ascender institucionalmente.

Ao longo destas discussões, seus membros também reconhecem que a organização já havia construído previamente expertises que lhes dava capacidade técnico-institucional para trabalhar com o tema.

Análise da eficácia de políticas de redução do desmatamento, políticas para incentivar manejo florestal para reduzir degradação florestal. Tem um componente forte na área de monitoramento que evoluiu dentro do programa para monitoramento de emissões de florestas. Contexto e análise que a gente já fazia sobre as próprias instituições responsáveis por aplicar leis e políticas, que na área de clima é bem importante (BRITO, 2011)

Após as discussões internas na organização, o IMAZON decide criar em 2009 um programa de mudanças climáticas, com aprovação do seu conselho diretor. Neste ano, a organização vai aumentar de forma vertiginosa seus trabalhos ligados ao tema de mudanças climáticas (ver Gráfico 4.3 acima). A organização foi desenvolver projetos nas áreas de Monitoramento de Emissões de Carbono, Estudos Técnicos para Projetos de REDD, trabalhos em Recomposição Florestal, Apoio a Políticas Públicas e disseminação de informações geradas na escala local na COP 15, “participação que marcou a admissão do Imazon como

organização observadora oficial na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima” (IMAZON, 2010).

As novas frentes de atuação exigiram da organização maior presença em reuniões, ampliação do leque de redes e articulação com novos parceiros, que antes não faziam parte do escopo de trabalho da organização. Novas demandas mais específicas de mídia também começam a surgir, nas quais os diferentes meios de comunicação começam a buscar o IMAZON para tratar de diversos temas relativo às mudanças climáticas, *‘até mesmo para falar p.ex. de ‘eventos extremos’, tema que o IMAZON não tem pesquisas sendo desenvolvidas.*

Marcondes (2011), em sua entrevista, justifica este fenômeno:

É mais fácil o jornalista conversar com pesquisador de ONG que pesquisador da academia. E o pesquisador de ONG entende o cientista. Você constrói um diálogo intermediado. O IMAZON fala muito mais com a mídia do que o INPE. O INPE lida com ciência, fala de ciência para cientistas; o IMAZON lida com sociedade, fala de ciência para a sociedade, quer resultados políticos, quer que a sociedade reaja então ele traduz para a sociedade aquilo que ele tá olhando. Essa é a grande diferença de você ter uma intermediação de uma ONG e ter contato direto com a academia. A ONG tem objetivos diferentes, ela não usa a ciência pela ciência, ela usa a ciência com um objetivo. O objetivo do IMAZON não é medir queimadas, é acabar com as queimadas. O objetivo do INPE é medir queimadas. São coisas diferentes! (MARCONDES, 2011)

No que tange à perspectiva do IMAZON quanto à necessidade da organização em fazer ciência, quando já existem outras instituições de excelente qualidade produzindo informações técnico-científicas relativas às mudanças do clima, Brito (2011) justifica a partir da perspectiva: *‘a gente entra onde tem lacuna’,* nas quais a organização busca encontrar oportunidades de geração de novo conhecimento e formação de pessoas para isso.

A origem do IMAZON surgiu disso, de um grupo de pessoa, especialmente o Cris, ele não encontrava instituições na Amazônia que conseguissem responder perguntas de desmatamento, manejo. Existia lacuna e ele identificou essa oportunidade de criar uma capacidade local, com um rigor muito forte na linguagem científica. Ali no passado essa lacuna foi identificada e foi aí que o IMAZON surgiu (BRITO, 2011)

No que se refere a novos financiamentos, a partir do ano de 2008, quando a organização deu início a seus trabalhos em mudanças climáticas, não é possível de se identificar mudanças expressivas no quadro de financiadores da organização (ver Tabelas A.2 e A.3, Apêndice A). Brito (2011) acredita que isso se deve ao fato de o tema de mudanças climáticas ser *tão amplo*, que *‘muita coisa pode ser justificada como clima’*. Para ela a definição de agenda fica centrada em como *‘você consegue fazer a conexão’*, podendo

justificar quase todos os trabalhos dentro da temática das mudanças climáticas. Brito (2011) reconhece que existe uma dependência das características do financiador, *‘dele ter visão ou de você conseguir fazer que ele tenha uma visão mais ampla das conexões’*. Mas acima de tudo pelo fato da temática das mudanças climáticas ter entrado na agenda amazônica focada mais fortemente na necessidade da redução das emissões de gases de efeito estufa pela redução do desmatamento e degradação florestal.

Do ponto de vista florestal eu não vejo muita diferença nos financiamentos. Não sei em outras áreas, mas do ponto de vista florestal, não é difícil fazer esta vinculação. Pode ser que em instituições que trabalhavam com outras coisas, que a mudança estrutural-temática tenha sido maior que em instituições que trabalham com florestas. (BRITO, 2011)

Finalmente, Brito (2011) aponta para uma mudança global de perfil e agenda dos financiadores, sem que isso tenha causado o término de trabalhos voltados à conservação na Amazônia, mas sim sobre outras temáticas, como por exemplo, desenvolvimento de pesquisa em ecologia.

O que a gente percebe é que as fundações todas mudam os programas delas para clima. O que antes era conservação da biodiversidade agora é mitigação das mudanças do clima... Mas é possível que tenham alguns enfoques que deixaram de ser... a própria área de ecologia, por exemplo. A gente sentiu ao longo dos anos uma diminuição de recursos direcionados à questão de pesquisa mesmo de ecologia, que no início do programa, na década de 1990, tinha muito mais disponibilidade. Mas acho tem a ver com o próprio perfil dos financiadores que não querem apoiar pesquisa de base, uma coisa mais longa, eles querem algo que daqui a um ano vai dar um impacto, vai mudar alguma coisa. Neste sentido eu acho que algumas áreas de pesquisa de base, de longo prazo podem ter sofrido algum impacto, mas não porque não estão relacionadas às mudanças climáticas, mais relacionado ao perfil de financiamento (BRITO, 2011).

4.2.4 O IPAM⁴⁸ - INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAL DA AMAZÔNIA

Figura 4.4 – Linha do tempo ilustrativo dos principais acontecimentos relativos à temática das Mudanças Climáticas, com foco nas ações do IPAM, ao longo do período de 1999 – 2009 (fonte: entrevistas com ALENCAR, 2011 e PEDRO-PINTO, 2011)

O histórico de atuação do Instituto de Pesquisas Ambiental da Amazônia está intrinsecamente ligado à história da incorporação da temática das mudanças climáticas na agenda de conservação da Amazônia.

O envolvimento do IPAM com o tema de mudanças climáticas começa como ‘*um debate de um grupo de cientistas de diferentes instituições*’ (PEDRO-PINTO, 2011). Pesquisadores que já desenvolviam trabalhos como o Projeto de Pesquisa Seca-Floresta, que buscava compreender a relação entre seca e calor com o crescimento da floresta nativa. Inserido dentro do Programa LBA, este projeto de pesquisa foi iniciado em 1998, e contou

⁴⁸ A falta de relatórios anuais da organização impediu uma análise mais profunda e detalhada quanto a análises e processos de tomada de decisão para realização dos trabalhos voltados às mudanças climáticas dentro da organização. Deste modo, as informações aqui relatadas têm como base as entrevistas concedidas e a análise do relatório “Dez anos de IPAM”, publicado em 2005, havendo em algumas ocasiões, informações conflitantes.

com a participação de Daniel Nepstad, Paulo Moutinho (membros e fundadores do IPAM) e outros pesquisadores de centros de pesquisa e universidade no Brasil e no mundo⁴⁹.

O Paulo do IPAM, Steve do EDF, o Marcio Santilli do ISA, Daniel do Woods Hole, eram pesquisadores que discutiam e debatiam esta questão e pensavam em como incluir florestas na discussão de mudanças climáticas; esse era o carro chefe. Mas a institucionalização foi um processo posterior (PEDRO-PINTO, 2011)

O primeiro projeto aprovado na organização no tema das mudanças climáticas, *‘iniciado a partir da constatação de que todas as pesquisas e cenários traçados pelo Ipam apontavam para um futuro de grandes emissões na Amazônia, como resultado da conversão da floresta’* (LEITE, 2005) se deu em 2000, sob a coordenação de Moutinho, viabilizado por financiamento da cooperação internacional norte-americana⁵⁰. O mesmo tinha como objetivo acompanhar as negociações internacionais de clima, as negociações do Protocolo de Kyoto para *‘ver a possibilidade de incluir as florestas [nas negociações] e receber pela conservação das florestas’* (ALENCAR, 2011). Desde então a organização incorporou no escopo dos seus trabalhos o componente internacional, que se deu através do acompanhamento e participação em todas as Reuniões das Partes da UNFCCC.

O Projeto Clima, antes inserido dentro do Programa de Ecologia Florestal, trabalhava em dois níveis de atuação; o primeiro internacional, que buscava fortalecer a proposta de inclusão da conservação florestal nas negociações de clima e no MDL, e o segundo, local, que buscava trazer a discussão da temática junto a comunidades tradicionais na Amazônia.

A primeira atividade local do Projeto Clima do IPAM foi um seminário realizado em Belém, em outubro de 2000, antes da COP 6 em Haia (Países Baixos), onde a organização tratou de discutir junto a representantes de comunidade tradicionais o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto e a possibilidade de inclusão das florestas primárias neste mecanismo. O envolvimento inicial de representantes de comunidades tradicionais amazônicas desde o início nas discussões de mecanismos financeiros dentro das negociações internacionais de clima tinha como objetivo *‘dar legitimidade à discussão’* e acabou contribuindo para o fortalecimento da proposta e posição das ONGs brasileiras nas reuniões internacionais.

⁴⁹ Maiores informações sobre o Projeto de Pesquisa Seca-Floresta disponíveis em ftp://lba.cptec.inpe.br/lba_archives/LC/LC-14/

⁵⁰ Durante as entrevistas, tanto Alencar como Pedro-Pinto apontam a USAID como organização responsável pelo primeiro financiamento do IPAM em mudanças climáticas. No relatório “Dez anos de IPAM” a Fundação Ford aparece como principal financiador, tendo a USAID e o EDF um papel mais reduzido.

O que ajudou a fortalecer esta agenda foram os povos tradicionais que passaram a acompanhar muito esta agenda mundialmente, e defender que os habitats que eles vivem eram fundamentais de serem protegidos (BIDERMAN, 2011)

No ano de 2002, Moutinho se muda para Brasília, onde o IPAM já tinha um pequeno escritório montado desde 1997 e começa a trabalhar junto com Marcio Santilli, do Instituto Socioambiental, na elaboração da Proposta de Redução Compensada (PRC). Após o lançamento da proposta e apresentação da mesma da COP 9, de Milão (Itália), as duas organizações continuaram levando às Reuniões das Partes da UNFCCC a mesma proposta durante os anos.

Enquanto isso, na escala local, o IPAM começou a desenvolver projetos na região da Transamazônica que buscavam responder *‘qual valor que iria realmente, na prática, viabilizar uma mudança no modelo produtivo e reduzir o desmatamento e queimadas’*. Através do envolvimento gradual e crescente das famílias assentadas nesta região, o IPAM buscou *‘prepará-los para o debate, para eles compreenderem a essência dos serviços ambientais, a história do carbono, a vulnerabilidade da floresta amazônica e das populações nessa temática’* (PEDRO-PINTO, 2011).

Com a redução no quadro de pessoal e projetos da organização em 2003, o Projeto de Mudanças Climáticas, que tinha acabado de ser renovado em 2003 e 2004 pela Fundação Ford, ganhou maior importância dentro da organização.

Porque foram acabando os projetos de desenvolvimento local, projetos longos, projetos de pesquisa. E houve mudança no corpo de pesquisadores da instituição, daí basicamente ficou o Paulo, e o Paulo era mudanças climáticas. Então o recurso que vinha para o IPAM ele que captava. Porque não tinham outras lideranças. Então foi um momento de mudança institucional (ALENCAR, 2011).

A equipe foi incrementada com a contratação de novos técnicos (até 2004, Moutinho era o único membro da equipe do Projeto de Mudanças Climáticas), o trabalho de articulação política ganhou maior relevância e, conseqüentemente, o escritório de Brasília maior importância dentro da organização. Uma das conseqüências do fortalecimento do foco em mudanças climáticas para a organização foi a restrição de trabalhos com antigos parceiros, como por exemplo o ISA.

Isso restringiu um pouco nossas parcerias por exemplo com ISA. Antes eu via claramente que o IPAM e o ISA eram quase institutos irmãos. A gente tinha uma carga forte em pesquisa e eles em ‘advocacy’⁵¹, em PP. Hoje eu acho que a gente se mistura mais, já está um pouco mais parecido, e isso

⁵¹ O termo em inglês quer dizer “o ato de argumentar em favor de, ou apoiar algo” (Fonte: Wiktionary)

claro, diminui infelizmente a potencialidade de parcerias, mesmo sabendo que são institutos completamente diferentes (ALENCAR, 2011)

O componente de pesquisa do IPAM tem papel central na organização, utilizado como instrumento *‘para convencer os caras de que o ‘negócio’ é sério e algo precisa ser feito’* (PEDRO-PINTO, 2011). Desde os primórdios dos trabalhos do IPAM na Amazônia que a produção de pesquisa e publicações tem cumprido o papel de criar credibilidade institucional frente aos demais atores. No início *‘os financiamentos exigiam essa coisa de publicação’* (ALENCAR, 2011). Mais tarde a organização passou a ver que publicar também era uma forma de divulgar o trabalho, influenciar políticas públicas e colocar na mídia a discussão de problemáticas na Amazônia.

Acho que essa é a maior contribuição do IPAM, abrir frentes e começar a se articular publicando coisa, ir se articulando com os jornalistas e chamando a atenção para o problema. A produção do conhecimento científico sobre Amazônia dentro do IPAM, como organização não-governamental, serviu como alavanca para o trabalho de políticas públicas. A princípio por causa das publicações, dos estudos, o IPAM era convidado para participar do debate na construção de uma política. Muito depois que o IPAM foi ter uma equipe que interage diretamente no trabalho de políticas públicas (ALENCAR, 2011).

Finalmente, em 2007, após a COP 13, em Bali (Indonésia), com a aceitação do conceito do REDD+ dentro do âmbito da UNFCCC, o Projeto de Mudanças Climáticas do IPAM passou a ganhar mais força.

Os investimentos de financiadores foram sendo muito mais voltados para esta área. Então o programa começou a crescer muito... entre 2007 e 2008 cresceu muito dentro da organização. E os outros programas passaram a ter este programa transversal nas agendas também (PEDRO-PINTO, 2011).

Nos anos de 2008/2009 o trabalho em mudanças climáticas, já convertido em Programa de Mudanças Climáticas, passa a ocupar quase 70% do orçamento do instituto (ALENCAR, 2011). O fortalecimento da temática na escala internacional também contribuiu para o fortalecimento organizacional do IPAM, que há alguns anos vinha sofrendo com a finalização de alguns financiamentos, o término de projetos e a conseqüente saída de técnicos e perda de equipe.

Hoje o Programa de Mudanças Climáticas é o maior e mais importante na organização. Ainda que o foco da organização esteja centrado neste tema, Alencar (2011) acredita que *‘a gente vem discutindo os mesmo problemas com roupagens diferentes há muito tempo’*.

Desde que eu entrei no IPAM a gente vem discutindo impactos do uso da terra, desmatamento, só que era por outra coisa. Era por biodiversidade, hoje é para não perder serviços ambientais como um todo (ALENCAR, 2011)

Neste sentido, a agenda de mudanças climáticas se apresenta como uma oportunidade na organização, pois abre perspectiva de trabalhar outros aspectos que também são importantes na discussão da temática, como por exemplo, adaptação e vulnerabilidade e que ao mesmo tempo são temas que *rebatem* nos objetivos da organização. Ainda que não exista espaço hoje dentro dos financiadores (ALENCAR, 2011) o processo se dá à medida que a organização consegue *moldar o tema para o financiador* e seguir trabalhando com aquilo que a organização sempre trabalhou, historicamente.

4.2.5 O ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Figura 4.5 – Linha do tempo ilustrativo dos principais acontecimentos do ISA relativos à temática das Mudanças Climáticas, ao longo do período de 1999 – 2009 (fonte: relatórios anuais e entrevistas com RAMOS, 2011 e SANTILLI, 2011)

Da mesma forma como acontece no IPAM, a história de atuação do Instituto Socioambiental dentro da temática de mudanças climáticas se confunde com a história de incorporação da mesma no Brasil. Só que as discussões no ISA começaram antes.

No final da década de 1990, as discussões de mudanças climáticas ainda eram muito restritas no Brasil. Alguns dirigentes do ISA, que já vinham discutindo o tema, reconheciam a importância da temática, mas encontravam dificuldades em identificar os vínculos com o trabalho e missão da organização. Discussões sobre a validade de mecanismos como Protocolo de Kyoto, sobre a veracidade de mecanismos de sequestro de carbono se davam quase em *um nível de discussão filosófica* (RAMOS, 2011).

Para o Márcio [Santilli], que sempre foi um cara de buscar soluções, a questão era a seguinte: quanto tempo vai levar, qual o nível de intervenção que você tem que ter numa sociedade norte-americana para que os caras façam reduções de emissões? Enquanto isso.. pô, alguma outra coisa tinha que fazer! Não adiantava ficar aqui ‘cagando’ regra porque os caras são os maiores emissores... são, mas nós também estamos emitindo para caramba, e isso era uma vergonha, um absurdo! (RAMOS, 2011).

O ISA sempre teve em sua trajetória o trabalho com a questão indígena, que sempre foi prioridade. Trabalhar “*do chão para cima*”. Para que o ISA conseguisse avançar nas discussões de clima internamente foi preciso que o Marcio Santilli saísse do ISA para desenvolver junto com IPAM outros trabalhos. ‘*Ele resolveu roer o osso de uma questão que incomodava a gente, mas com a qual a gente não estava lidando*’ (RAMOS, 2011). Até o ano de 2002, a única referência que o ISA faz em seus relatórios anuais sobre a questão climática é quando a organização de um livro intitulado ‘Biodiversidade’, que trata, entre diversos assuntos, da importância da biodiversidade para a estabilidade climática (ISA, 2003).

Para nós, o tema das mudanças climáticas entra concretamente na pauta, especialmente política, pelo viés do desmatamento que, mesmo antes da questão das mudanças climáticas, era um tema com o qual o ISA sempre trabalhou e sempre teve propostas de intervenções (RAMOS, 2011).

Com o retorno de Santilli à organização, em 2002, a discussão climática se fortalece.

A gente começa a discutir os mecanismos de redução do desmatamento usando as mudanças climáticas como variável. Mas na verdade, a motivação de missão histórica para lidar com esse tema tem mais a ver com a perda de florestas, as populações que dependem dela e a biodiversidade (RAMOS, 2011).

Neste mesmo ano, o ISA, junto com IPAM e GTA, organiza na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo (a Rio+10), o único *side-event* oficial brasileiro para tratar de ‘Experiência de Governança e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, Proteção da Biodiversidade e Sistemas Climáticos Globais e Regionais’. Logo no ano seguinte, ISA e IPAM lançam a Proposta de Redução Compensada no Brasil e a apresentam, nos corredores da COP 9, em Milão (Itália).

No ano de 2005, o ISA reconhece, através de seu relatório anual, a força que a temática de clima e sua relação com florestas começa a ganhar na agenda internacional.

Novas frentes de trabalho também se abrem, que exigem pesquisa, estudo e reflexão. Temas relativamente “novos” vão exigir investimento, caso da interação entre desmatamento e mudanças climáticas, que finalmente, entrou na agenda internacional (ISA, 2006)

Nesse momento a organização reconhece a importância de incorporar a temática das mudanças climáticas dentro da própria organização, já que o mesmo ainda ‘*não era um assunto do cotidiano da instituição*’ (SANTILLI, 2011). Dar prioridade requeria quase que um ‘*processo de catequese*’, para que o tema entrasse de alguma maneira; ‘*fazer diagnósticos, construir parcerias, discutir com as comunidades, estabelecer prioridades, arrumar a grana e investir... forçar uma barra mesmo*’ (RAMOS, 2011).

E daí em diante a organização começa a colocar esforços no processo de incorporação organizacional do tema de clima. Através da análise do Gráfico 4.4, que compara a quantidade de vezes que as palavras ‘políticas públicas’, ‘manejo florestal’ e ‘mudanças climáticas’ aparecem nos relatórios anuais da organização, é possível identificar que é a partir de 2006 que lenta e gradualmente a organização vai incorporando a discussão do tema nos seus relatórios.

Gráfico 4.4 – Gráfico comparativo da quantidade de vezes que as palavras ‘políticas públicas’, ‘manejo florestal’ e ‘mudanças climáticas’ aparecem nos relatórios anuais do ISA.

No ano de 2007 a organização cria a ‘Iniciativa do ISA para as Mudanças Climáticas’, coordenado por Santilli. Tratava-se de um modelo de trabalho que a organização já tinha utilizado para colocar temas novos na pauta na organização, através da criação de estrutura, nova equipe para então depois incorporar o tema institucionalmente. A Iniciativa funcionou por dois anos, até começar a migrar o tema para dentro da instituição.

Mas neste aspecto o ISA não optou por criar um novo programa, mas tão e somente em criar uma iniciativa para internalizar a questão na organização. *‘Nunca achamos que este tema fosse objeto de um programa. Tem a ver com todos os programas’* (SANTILLI, 2011).

ISA não deixou de fazer as coisas que ele fazia, não mudou o que ele faz. Não é que ele está mudando o que faz para se adequar a uma lógica de mercado de financiamento. É porque já existe uma conexão, é que eventualmente antes você não justificava dessa maneira. Você não vai inventar uma outra coisa, vai continuar fazendo conservação, promoção do uso sustentável, valorização dos produtos da floresta, restauração. Só que agora, além de ter todo o framework que usava antes pela relevância da biodiversidade, pela necessidade das populações... e porque isso é uma forma de minimizar os impactos das mudanças climáticas, etc etc [...] É uma questão de entendimento, de auto-capacitação da organização, de se apropriar, compreender e isso passar a ser uma coisa da qual você não pode escapar mais, não pode fugir (RAMOS, 2011).

No que tange aos financiamentos/financiadores das mudanças climáticas, o ISA reconhece, da mesma forma que o IPAM, IMAZON e ICV, que existe hoje uma tendência generalizada por parte dos financiadores em trabalhar sobre a mitigação das mudanças climáticas no Brasil, sob a alcunha do REDD. Isso porque o conceito ainda é muito mal definido, ainda que tenha sido criado na perspectiva de um mecanismo de compensação financeira, *‘qualquer coisa é REDD’*.

Tudo que a gente faz no campo hoje, que tem a ver com sustentabilidade de territórios de populações locais e áreas de florestas, percepção dos índios sobre as mudanças climáticas, tudo justifica (RAMOS, 2011).

Como uma ONG que vive de recursos externos, o ISA trabalha com a temática das mudanças climática como mais uma variável para reduzir o desmatamento da Amazônia e garantir o direito das populações locais. Da mesma forma como as demais organizações, encontra dificuldades de ampliar o leque de trabalho dentro do tema para pensar, por exemplo, os impactos das mudanças climáticas na Amazônia e a necessidade de adaptação por parte das populações que nela vivem e dela dependem.

Os caras financiam o que interessa para eles. Que é emissões florestais do Brasil, é o que pega no caso deles. Em termos de adaptação, eles têm outras prioridades, sejam deles mesmos, sejam a de situações catastróficas (SANTILLI, 2011).

Hoje a organização trabalha na perspectiva de trazer e dar prioridade a certos temas que antes não tinham espaço e que passam a se adequar dentro da agenda climática, como p.ex. trabalho com geração de energias alternativas dentro das comunidades indígenas. À medida que a discussão do tema com os índios rebate no conhecimento tradicional deles e na percepção de mudanças nos ciclos da floresta, o diálogo e trabalho com os índios pode ser ampliado⁵².

4.2.6 A ATUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos últimos anos a gente tem aumentado muito nossa atuação com parcerias e redes. A gente entende que esse é o caminho [...] Muito mais do que o IMAZON achar que vai crescer no número de pessoas e territórios além do Brasil, a ideia é fazer as parcerias estratégicas para fazer os trabalhos em conjunto.

Declaração de Brenda Brito, secretaria executiva do IMAZON, ao ser questionada sobre a convergência e/ou divergência na atuação com as demais organizações parte do escopo deste trabalho

Quando o tema é a articulação de organizações em práticas coletivas, a influência na formulação e implementação de políticas públicas aparece como importante elemento capaz de unir movimentos sociais e ambientais em busca de um resultado comum.

A literatura reconhece o papel das organizações ambientalistas na influência de demais atores. Quando articuladas em parcerias e redes, potencializam seus trabalhos individuais, obtendo resultados mais expressivos na ‘*promoção de estratégias para um novo estilo, sustentável, de desenvolvimento*’ (JACOBI, 2003).

O processo de articulação em redes entre organizações distintas não é recente. Jacobi (2000), em sua publicação “*Meio Ambiente e rede sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas*” afirma que a expansão de iniciativas em

⁵² O ISA realizou em dezembro de 2008 a primeira conversa sobre o Carbono Socioambiental do Xingu durante dois dias de debates na Terra Kayapó/Parque Indígena do Xingu (ISA, 2009). Em 2009 realizou um processo de consulta informada sobre mudanças climáticas e pagamento por serviços ambientais para o corredor de Terras Indígenas que envolvem as etnias do Parque do Xingu, TI Panara e TIs Kaiapo, promovendo assessoria às comunidades indígenas e suas lideranças na elaboração dos planos de gestão do Parque Indígena do Xingu e da TI Panara, buscando valorizar os serviços ambientais associados a esses territórios e seus benefícios para a questão climática (ISA, 2010).

redes, que articulam movimentos sociais e ambientais, vem acontecendo desde a década de 80 no Brasil. Para o autor, este fenômeno tem dois motivos principais; i. o desenvolvimento de tecnologias de informação e ii. a visibilidade pública decorrente da democratização. Para o autor, se trata *‘do grande ponto de inflexão do ambientalismo [...] que tem importância estratégica para ativar, expandir e consolidar o [seu] caráter multissetorial’*.

As organizações não-governamentais ambientalistas se apresentam como atores centrais neste processo, atuando como agentes de articulação do trabalho em rede, assim como receptores do mesmo. Receptores à medida que, ao longo de sua história de atuação, foram incorporando gradualmente em sua forma de atuar o trabalho em rede, aprendendo como potencializar suas ações gir coletivamente para atingir um objetivo comum.

No caso das quatro organizações estudadas nesta dissertação, é possível observar, ao longo dos anos, a incorporação do trabalho em rede nas suas estratégias de ação para influenciar políticas públicas. Como no caso do IMAZON, , que foi criado com o objetivo de produzir conhecimento a respeito das dinâmicas Amazônicas e que acabou incorporando, mesmo que tardiamente, o trabalho de políticas públicas. Hoje tem como objetivo não apenas *“estudar as transformações nas paisagens Amazônicas e buscar soluções para os problemas cruciais de uso e conservação dos recursos naturais”*, mas também *“reportá-los de maneira didática e estratégica aos tomadores de decisão”*. E Brito (2011 – citação acima) reconhece isso.

Ao tratar sobre atuação do ISA em parcerias, Ramos (2011) reconhece que o trabalho em políticas públicas permite a articulação de organizações em práticas coletivas capaz de amortizar divergências em busca de um resultado comum.

Tem várias situações diferentes [...] No contexto político a atuação acontece mais fácil. No campo jurídico é mais fácil porque você acaba se restringindo ao consenso do que é possível, embora muitas vezes existam posicionamentos diferentes [...] A gente aprendeu a articular diferentes estratégias considerando as diferentes posições (RAMOS, 2011).

Jacobi (2000) explica este fenômeno:

As redes se inscrevem numa lógica que demanda articulações e solidariedades, definição de objetivos comuns e redução de atritos e conflitos baseados numa acumulação disruptiva de problemas, considerando-se as características complexas e heterogêneas da sociedade. Neste sentido as redes horizontalizam a articulação de demandas e se servem crescentemente das modernas tecnologias de informação para disseminar seus posicionamentos, denúncias e propostas, como referencial cada vez mais legítimo da presença de uma emergente sociedade civil global (JACOBI, 2000).

De forma geral, uma das características da atuação em rede por estas ONGs é o uso do conhecimento técnico-científico gerado através de pesquisas e da atuação em campo na escala local a fim de instrumentalizar discussões políticas e pressionar a tomada de decisão nas demais regional, nacional e transnacional.

Alencar (2011) aponta a produção do conhecimento técnico-científico sobre a Amazônia como uma das ferramentas mais importantes para “alavancar” o trabalho de políticas públicas no IPAM.

Antes, por causa das publicações, por causa dos estudos, o IPAM era convidado para participar dos debates, na construção de políticas, leis [...] Antes era muito mais ‘advocacy’⁵³, publicar, jornal, a gente debatia, o IPAM ia como analista técnico falar sobre o assunto [...] Foi muito depois que o IPAM foi ter uma equipe que interage diretamente no trabalho de políticas públicas (ALENCAR, 2011).

Assim, os trabalhos que antes tinham apenas caráter propositivo foram mudando para trabalhos de influência na formação de políticas. Jacobi (2000) reconhece as organizações ambientalistas “como atores pluralistas e multiculturais” uma vez que exercem pressão, mas também são propositivos “visando reduzir os riscos de degradação das condições socioambientais”.

No caso da ICV, a atuação em campo, voltada para o Estado do Mato Grosso, faz da organização uma referência no trabalho socioambiental no Estado, em que dependendo do tema, as organizações vêm e se agregam para somar esforços e trabalhar em parcerias.

Mas aqui [no Mato Grosso] o ICV funciona como uma plataforma, em que cada tema vai agregar um ou dois, ou mais parceiros. A gente é um pouco o foco destas relações políticas em relação ao MT [...] Na escala internacional, a gente entra quando é para levar ao debate internacional informações do MT ou para trazer para o MT informações do debate internacional (MICOL, 2011).

Cada um dos membros representantes das ONGs estudadas reconhece a importância que o trabalho em rede tem e os benefícios que este trabalho traz, ampliando as conexões, divulgando as agendas e potencializando os resultados obtidos. E com a agenda de clima não é diferente.

Com clima, uma coisa que a gente começa a perceber é que, muito mais do que impactos dos estudos individuais do IMAZON, vai ser a atuação em redes, justamente por ser um tema bastante complexo [...] Em conjunto você produz resultados bem interessantes. Obvio que a gente vai continuar fazendo estudos mais específicos, individuais, mas eu acho que para gente,

⁵³ O termo em inglês quer dizer “o ato de contestar ou argumentar em favor de algo como uma causa, uma ideia ou uma política; suporte ativo” (fonte: The Free Dictionary)

crescentemente, vai ter que ser uma coisa de ter uma rede, ou no mínimo, de ter parceiros, 2 ou 3, mas muito influenciar estas redes acabam tendo uma visibilidade, um poder de dar o recado mais forte (BRITO, 2011).

Para ter impacto em políticas públicas é muito importante a gente ter esse trabalho em grupo. Chegar um grupo de organizações que está levando uma proposta, crítica ou avaliação [...] É sempre em rede (MICOL, 2011).

Ao analisar o histórico de atuação destas quatro ONGs na Amazônia identificam-se algumas instâncias de trabalho em rede que serviram como lócus de discussão de estratégias de pressão sobre o governo brasileiro e como instituição de diálogo com demais atores sociais como empresas, governos, organizações supra-governamentais, etc. São diversas as iniciativas que foram sendo criadas desde a década de 1980 para consolidar novas estratégias de atuação na área socioambiental⁵⁴.

Ao longo desta pesquisa, identificamos algumas redes aglutinadoras do trabalho das quatro ONGs aqui estudadas⁵⁵. Dentro do FBOMS, o GT Florestas⁵⁶ foi aquele que uniu as quatro organizações, IPAM, IMAZON, ISA e ICV dentro da mesma iniciativa. Ramos (2011) explica: “a pauta política mais ampla que une estas quatro ONGs desde muito tempo é a temática florestal”. Micol (2011) confirma:

Teve uma rede que funcionou bem durante um tempo que foi o GT Florestas, dentro do FBOMS. O GT Floresta era o lócus da discussão de onde surgiam as propostas, os posicionamentos públicos [...] mas o GT Florestas começou a virar uma lista de discussão muito aberta, ampla, começaram a circularam muitos emails de pessoas que você não conhece, enfim... (MICOL, 2011).

Micol (2011) aponta que em um segundo momento estas quatro ONGs, junto a outras cinco organizações que trabalham pela conservação da Amazônia, formaram o Pacto pelo Desmatamento Zero, lançado em 2007 que se estabeleceu como “a rede de discussão de políticas públicas na Amazônia, mas que durou um tempo”. Micol identifica finalmente que, mais recentemente, o Observatório do Clima (OC) se tornou a “principal rede de interação

⁵⁴ Mais informações sobre algumas das redes criadas no Brasil desde a década de 80, ver Jacobi (2000).

⁵⁵ Vale mencionar que são infinitas as associações, redes, pactos, elos estabelecidos entre as diversas organizações não-governamentais e movimentos sociais para discutir temas relativos a conservação, desenvolvimento e alternativas para a Amazônia. Aqui poderíamos citar algumas como a Rede Amazônica de Informação Socioambiental (RAISG), Articulação Regional da Amazônia (ARA), Moratória da Soja, Plano de Prevenção e Controle do desmatamento do Estado do Mato Grosso, Observatório do Clima, Observatório do REDD, SOS Florestas, etc. Esta pesquisa tem como objetivo apresentar apenas aquelas redes citadas pelos membros representantes das ONGs durante as entrevistas, partindo destas informações para fazer suas análises.

⁵⁶ Desde a sua criação, em 1992, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) tem funcionado como estrutura institucional que dá espaço para ONGs e movimentos sociais se articularem em rede e acaba servindo como voz para estes grupos quando se trata de estabelecer o diálogo e aumentar a pressão sobre governos. Dentro do FBOMS as organizações se unem através de grupos de trabalhos, mais conhecidos como GTs, de acordo com o tema de interesse.

entre as ONGs”. O OC também aparece na entrevista de Brito (2011) como um “*espaço importante onde se produzem resultados interessantes*” através do trabalho conjunto das organizações.

Biderman (2011) aponta para a importância da atuação das quatro ONGs aqui estudadas dentro do Observatório do Clima, sendo importantes, aqui, como agentes responsáveis pela influência sobre o governo federal para a produção de uma lei de clima no Brasil. “*O papel delas foi crítico para a lei sair*”.

5. LEGITIMIDADE E APRENDIZAGEM POR PARTE DAS ONGS AMBIENTALISTAS

Com objetivo de tentar responder *Por que as ONGs ambientalistas que atuam na Amazônia brasileira modificam suas estratégias e ações a partir da emergência do tema das mudanças climáticas globais?* esta dissertação se propôs a apresentar alguns aspectos importantes para compreensão de cada um dos elementos inseridos no problema de pesquisa. Primeiramente, buscou-se introduzir o leitor ao mundo das ONGs ambientalistas, apresentando algumas particularidades da história do socioambientalismo brasileiro e da presença de ONGs socioambientais na Amazônia. Depois, apresentaram-se fatos e dados históricos a respeito de como o desmatamento e degradação da Amazônia se tornou um problema socioambiental a ser resolvido, na perspectiva do grupo das ONGs que lá atuam. Demonstrou-se também como o processo de degradação florestal esteve intimamente relacionado às causas das mudanças climáticas globais, sem deixar de mencionar a importância da cooperação internacional no surgimento e fortalecimento dos movimentos de base e ONGs na Amazônia.

Em seguida, discutiu-se o processo de produção do conhecimento climático e seu papel na incorporação social das mudanças climáticas como problemática urgente a ser solucionada, apontando para a importância da difusão do conhecimento climático por outros atores centrais neste processo. Finalmente, apresentou-se como se desenvolveram os diversos acontecimentos relacionados às mudanças climáticas e o papel dos diferentes atores nacionais na incorporação do tema como problemática acachapante dos tempos atuais, focalizando a atenção no grupo de quatro ONGs socioambientais que trabalham na Amazônia e atuam junto ao tema das mudanças climáticas.

Entretanto para conseguir responder a pergunta de pesquisa é preciso ir além.

Instituto Centro de Vida, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Instituto de Pesquisas Ambiental da Amazônia e Instituto Socioambiental, de forma geral, têm em comum o fato de terem sido pensadas e estruturadas⁵⁷ com o objetivo de encontrarem soluções à degradação ambiental da Amazônia, garantindo a conservação dos recursos naturais, manutenção da biodiversidade e direitos e necessidades das populações tradicionais.

⁵⁷ No caso do ICV, este processo se deu um pouco mais tardiamente, após reestruturação da organização nos anos de 2003/2004.

Cada qual com suas particularidades, dependentes dos contextos nos quais emergiram e estiveram inseridas ao longo de sua história, das suas formas organizacionais (missões e objetivos) e estratégias de atuação. Em comum, a atuação na escala local ampliou suas redes de relações com os grupos sociais locais, produziu informação específica das necessidades e alternativas para a região, gerou conhecimento técnico-científico e motivou a ação política em busca de reverter o quadro de degradação da Amazônia. Todas essas características, somadas à inserção das ONGs no tecido social local e sua proximidade com atores que lhes permitiram uma maior compreensão dos fenômenos relativos às mudanças climáticas também contribuiu para a produção de legitimidade frente aos demais atores sociais, fortalecendo parcerias no cenário nacional e internacional (ver Tabela 5.1).

Tal legitimidade, definida por Suchman (1995), é um resultado da ação destas organizações no processo de conservação da Amazônia e da percepção pelos demais atores que crêem que as soluções propostas sejam apropriadas. Este processo de legitimação, analisado nesta dissertação dentro da perspectiva de legitimidade institucional⁵⁸ (SUCHMAN, 1995), é um elemento primordial e “abre portas” para que as ONGs socioambientais brasileiras, como o ISA e IPAM, participem e influenciem, desde os primórdios, as discussões internacionais sobre mudanças climáticas no âmbito da UNFCCC.

No caso destas organizações, se vê através da análise do histórico de incorporação da temática das mudanças climáticas em sua pauta organizacional, um processo de enfrentamento das próprias barreiras organizacionais a fim de encontrar espaços dentro do trabalho cotidiano para discutir a questão climática, interna e externamente. No caso do IPAM, o envolvimento na discussão do clima parecia mais óbvio, uma vez que a organização já realizava pesquisas na área. Para o ISA, a questão climática foi fazendo cada vez mais sentido à medida que as possíveis consequências das mudanças climáticas, previstas pelas publicações científicas, eram sentidas e identificadas pelas populações indígenas e por seus técnicos de campo.

⁵⁸ Suchman (1995) propôs duas abordagens distintas para legitimidade; a legitimidade estratégica, considerada como recurso operacional que as organizações extraem de seus ambientes culturais e o utilizam para atingir seus objetivos e a legitimidade institucional, considerada como um conjunto de crenças construtivas, criadas por meio da interação entre a organização, seu ambiente cultural e os atores com os quais a organização interage.

	ICV	IMAZON	IPAM	ISA
FUNDAÇÃO	1991	1990	1995	1994
MISSÃO	Promover a sustentabilidade e a qualidade de vida através de estudos e ações que favoreçam a conservação ambiental, o fortalecimento da cidadania e a harmonia entre sociedade e natureza.	Promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, disseminação de informações, apoio à formulação de políticas públicas e formação profissional.	Contribuir para um processo de desenvolvimento da Amazônia que atenda às aspirações sociais e econômicas da população, e que preserve as funções ecológicas dos ecossistemas da região	Promoção da sustentabilidade socioambiental, valorização da diversidade cultural e biológica do país.
OBJETIVOS	Inicialmente: denunciar impactos na Chapada dos Veadeiros Posteriormente: redução do desmatamento	Estudar as transformações na paisagem Amazônica e buscar soluções para os problemas cruciais de uso e conservação dos recursos naturais na Amazônia	Engajar a ciência e o ativismo ambiental na região amazônica, construindo bases para a ação de movimentos sociais e para a formulação de políticas públicas	Defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos
PARCEIROS	Organizações locais, ONGs brasileiras e transnacionais, Universidades	Organizações locais de base, movimentos sociais amazônicos, ONGs nacionais e transnacionais, governo do estado, governo federal e instituições de pesquisas nacionais e internacionais.		Sempre se preocupou em fortalecer e trabalhar junto a parceiros locais. Estabeleceu parceria com órgãos governamentais municipais e estaduais, ONGs nacionais e Universidades brasileiras
FINANCIADOROS	Cooperação Internacional, Fundações Norte-Americanas, ONGs transnacionais norte-americanas, fontes governamentais nacionais e setor privado	Governos estaduais e governo federal, a fundações norte-americanas, cooperação européia, universidades e institutos de pesquisa nacionais e internacionais, grandes ONGs transnacionais e empresas privadas	Poucos financiadores a princípio que financiavam a organização como um todo, passando a um leque diverso de financiadores. Hoje possui um leque amplo que inclui fundações, governos, cooperação internacional e outros.	Financiadores internacionais para financiamento institucional (100%). Órgãos governamentais estaduais e federais, fundações norte-americanas e européias, cooperação internacional, ONGs transnacionais e empresas privadas.
ESCRITÓRIOS	Cuiabá (MT) e Alta Floresta (MT)	Belém (PA)	Altamira (PA), Belém (PA), Brasília (DF), Canarana (MT), Itaituba (PA), Rio Branco (AC) e Santarém (PA).	São Paulo (SP), Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriela da Cachoeira (AM), Canarana (MT) e Eldorado (SP)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Desde os primórdios da organização, com trabalhos junto a governos estaduais.	O apoio à formulação de políticas públicas foi incorporado mais tardiamente na organização, apenas a partir do ano 2000.	Desde a sua criação, a organização tinha como objetivo interferir em políticas públicas.	Desde o início a organização teve como preocupação a atuação junto a órgãos governamentais, buscando interferir na criação de políticas públicas.
PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Proximidade a Universidade Federal do Mato Grosso, desde que iniciou seus trabalhos em 1991.	Desde a sua fundação, a organização esteve próxima a institutos de pesquisa.	Desde o princípio a organização optou por fazer ciência “de um jeito novo”, utilizando o método de Pesquisa Participativa.	Ainda que produção científica não estivesse na missão da organização, a mesma sempre buscou trabalhar junto a Universidade e parceiros para difusão do conhecimento.

Tabela 5.1 – informações comparativas das quatro ONGs socioambientais objeto deste estudo, relativas a missão, objetivos, parceiros, financiadores, escritórios atuação em políticas públicas e produção científica.

A produção do conhecimento científico também se apresenta como elemento importante e serve como alavanca para inserção das ONGs ambientalistas no diálogo com pesquisadores e membros da academia, para ampliação do espaço junto aos meios de comunicação (como reconhece Marcondes (2011) quanto à importância das ONGs em construir um diálogo intermediado entre a academia e a mídia), para participação em fóruns de discussão junto a diferentes setores da sociedade como governos e setor privado, assim como junto a processos de tomada de decisão relativos às mudanças climáticas.

Reconhecido por Lahsen (2010) como elemento importante para ação política, a produção do conhecimento científico é mais um fator que se soma ao importante papel das ONGs, também reconhecido por Giddens (2010), em pautar o público e tomadores de decisão.

A percepção das ONGs socioambientais brasileiras sobre o fato de que a conservação das florestas e o papel das populações tradicionais não estão considerados nos mecanismos de compensação financeira para mitigação e adaptação às mudanças climáticas no âmbito da UNFCCC será o motor de propulsão à incorporação da temática internamente e à atuação destas organizações na escala transnacional. Isso porque os cenários futuros apontavam para *“grandes emissões na Amazônia, como resultado de conversão de florestas”* (LEITE, 2005), porque estas ONGs reconheciam os esforços do governo brasileiro em evitar questionamentos internacionais quanto ao desmatamento de florestas (VIOLA, 2009) e porque existia um *“mega protocolo que prevê[ia] transferências de recursos e mecanismos compensatórios para apoiar várias ações que tem a ver com a redução de emissões e não tem nada que venha apoiar um trabalho mais consistente em redução do desmatamento”* o qual *“não beneficia[va] e não reconhece[cia] o papel que as populações tradicionais tiveram na manutenção de florestas”* (RAMOS, 2011).

Estas percepções e reconhecimento vão exigir das organizações um processo crescente de racionalização a fim de definir novas estratégias e ações. Na perspectiva de Hwang & Powel (2009), a *“incorporação de atividades racionalizadas, adotadas para ajudar a melhorar a organização a cumprir com sua missão, pode, contudo, desviar recursos preciosos para atividades um tanto distantes das anteriormente definidas”*. Identifica-se, portanto que, para que ISA e IPAM atuassem sobre a agenda climática, foi preciso que eles captassem novos recursos, ampliassem seu leque de atuação, estabelecessem novas parcerias e se inserissem em novas arenas de conflitos.

No caso do ISA, foi preciso ampliar o diálogo com os índios, tratando da questão climática como uma problemática real a ser enfrentada, ampliar o diálogo dentro da própria organização, junto aos demais técnicos e coordenadores de outros programas, criando a

“Iniciativa do ISA para Mudanças Climáticas”. Também foi importante a aproximação à pesquisadores da área climática, como por exemplo, no caso da participação do prof. Dr. Carlos Nobre, do INPE, na publicação da “Proposta de Redução Compensada”, entre outras medidas. Para o IPAM foi necessário criar um novo programa e uma nova linha de atuação dentro da organização, realizar eventos e discussões sobre a temática com membros do Grupo de Trabalho Amazônico, aumentar sua capacidade técnico-científica em gerar dados sobre o desmatamento da Amazônia e as mudanças climáticas, entre outras medidas. Em ambos os casos foi preciso captar recursos e conseguir novos financiamentos para lidar com nova temática que era inserida cada vez mais na agenda das organizações e que ganhava mais corpo e mais importância na escala transnacional.

Outros dois fatores importantes para o processo de participação do ISA e IPAM nas discussões internacionais de clima foram: i. entendimento privilegiado do conhecimento climático gerado por instituições científicas, como LBA, INPE, IPCC e ii. a capacidade de reinterpretação do conhecimento climático a partir do conhecimento e reconhecimento que populações tradicionais na Amazônia vinham apontando quanto as alterações nos calendários de plantio, ciclos de chuva, secas mais intensas, etc.

A integração do conhecimento científico climático ao conhecimento local, somado ao reconhecimento do elo entre a problemática estabelecida localmente e a busca por soluções na escala transnacional também pode ser interpretada como uma oportunidade à medida que potencializou ações mais efetivas, assim como fortaleceu a legitimidade das próprias organizações não-governamentais como atores transnacionais capazes de influenciar os processos de tomadas de decisão (BROWN, 2008).

A partir desta perspectiva apresentada por Brown (2008), se evidencia a importância que teve o trabalho do ISA e IPAM ao trazer diferentes populações tradicionais e indígenas para discutir a questão climática na Amazônia, permitindo-lhe não só reinterpretar o conhecimento climático a partir de percepções locais, mas também ganhar legitimidade frente as negociação da UNFCCC.

Na mesma medida, o trabalho destas organizações para influenciar contextos transnacionais também se apresenta como oportunidade ao possibilitar à organização inovar em suas respostas a “novos e urgentes problemas” e em dar suporte a populações de “pouco poder econômico e voz política” (BROWN, 2008).

Para um conjunto de organizações que sempre atuou na questão florestal, com abordagens mais ecossistêmicas, a pauta das mudanças climáticas surge como uma coisa muito óbvia, muita clara, muito automática. Ela

passa a ser mais uma variável que você começa a considerar pela perspectiva daquilo que está trabalhando no campo [...] Mas institucionalmente, esta pauta chega no Brasil como pauta de oportunidade, mais do que de crise (RAMOS, 2011).

Brown (2008) ainda reconhece que a atuação em arenas transnacionais apresenta-se também como um desafio às organizações à medida que as obriga a reorganizar suas estruturas organizacionais e estratégias de ação, sem que isso implique em mudanças nos seus objetivos e missão. Nesta pesquisa nota-se, através da análise da atuação das quatro organizações ao longo do tempo, que efetivamente nenhuma modificou sua missão para trabalhar junto à temática das mudanças climáticas na escala transnacional. Pelo contrário, para seguir encontrando formas de conservar a floresta e dar alternativa às populações tradicionais, estas ONGs foram interferir nas negociações internacionais em busca de contribuir para criação e aplicação de novos mecanismos de conservação e repartição de benefícios.

A incorporação da temática florestal nas negociações internacionais de clima a partir de 2007 amplia o escopo de trabalho das ONGs que trabalham na Amazônia brasileira, não só porque se reconhece a redução do desmatamento e da degradação florestal como um importante mecanismo de mitigação das mudanças climáticas, mas também porque governos, cooperação internacional e demais organizações são pautados quanto à importância da temática. Um ponto que antes é questionado, quase repudiado por demais atores envolvidos nas discussões climáticas, “entra em cheio” na agenda nacional e internacional como uma possibilidade mais imediata de redução das causas das mudanças climáticas. Afinal de contas, é mais fácil e sai mais barato reduzir o desmatamento na Amazônia do que alterar o modo de produção e consumo da sociedade norte-americana, por exemplo.

Deste modo, o conhecimento adquirido e gerado a respeito das particularidades e funcionamento de processos Amazônicos, ganha ainda maior valor, tanto na perspectiva dos atores externos ao trabalho de conservação da floresta, mas que acreditam na potencialidade da redução do desmatamento e degradação florestal, como na perspectiva dos atores internos, que foram pensados e criados para encontrar alternativas e soluções para a destruição da floresta.

Ebrahim (2005) em seu livro *‘NGOs and Organizational Change’* valoriza o conhecimento adquirido sugerindo que a geração de informação e seu uso são elementos chave no processo de aprendizagem e na mudança de comportamento de organizações. No caso das quatro organizações, ICV, IMAZON, IPAM e ISA o conhecimento por elas gerado,

o trabalho desenvolvido e a legitimidade adquirida frente a diversos atores vão ser fundamentais para a sua inserção e influência na proposição de novos projetos e alternativas para mitigação das mudanças climáticas. Do mesmo modo, vão incrementar a sua própria capacidade de inovar suas práticas e processos organizacionais, estabelecendo novas estratégias de atuação local, ampliando parcerias, incorporando novas expertises e expandindo seu escopo de atuação da escala local à internacional.

Outro elemento importante no processo de inovação, aprendizagem e inserção de ONGs em novas arenas de atuação é o papel dos financiadores (EBRAHIM, 2005) na injeção de capitais humanos, financeiros e simbólicos (BUCLET, 2010). Em especial para este estudo, identifica-se a importância de financiadores internacionais no aporte de recursos para dar início aos seus trabalhos em mudanças climáticas. Mais claramente identifica-se a importância do financiamento da Fundação David & Lucile Packard para o ICV, USAID para IMAZON e Fundação Ford para IPAM e ISA.

A habilidade das próprias organizações em apresentar o trabalho com mudanças climáticas como uma continuidade do trabalho já realizado por elas apresenta-se tão ou mais importante. “*Às vezes é uma questão de como você faz a conexão*” (BRITO, 2011). “*Você tem que moldar o tema para o financiador*” (ALENCAR, 2011). “*A gente justifica sobre a alcunha de REDD aquilo o que a gente já faz na questão florestal*” (RAMOS, 2011), permitindo que as organizações adquiram novos recursos, construam novas estratégias e ações, sem ter que modificar o escopo do seu trabalho.

Buclet (2010) e Ebrahim (2005) reconhecem em suas pesquisas esta relação de interdependência entre ONGs e financiadores, em que as ONGs dependem dos financiamentos para realizar seus trabalhos assim como os financiadores dependem das ONGs como receptoras de seus recursos. Mas onde a literatura diverge é no grau de interferência que os doadores exercem sobre as ONGs.

Buclet (2010), que desde o início dos anos 2000 vem estudando a atuação de ONGs na Amazônia, produziu em 2010 um estudo especificamente sobre o IMAZON e IPAM, consideradas como “*principais ONGs envolvidas nos debates sobre a biodiversidade na Amazônia*”, procurando esclarecer a influência de seus financiadores sobre suas agendas. O autor defende a posição de que financiadores internacionais não só instrumentalizam as ONGs, mas principalmente induzem as agendas de trabalho das mesmas, ‘*seguindo orientações temáticas e regras de trabalho segundo suas prioridades*’.

As temáticas dominantes que direcionam os financiamentos internacionais mudam com o tempo e refletem as ideias dominantes no campo do

desenvolvimento, resultados dos conhecimentos e conceitos produzidos pelas instituições internacionais [...] O importante é que todos os financiadores têm agendas próprias e orientam os seus recursos segundo temáticas específicas, que nem sempre batem com as “necessidades” identificadas pelas ONGs candidatas para receber esses recursos (BUCLET, 2010; p. 9).

Nesta perspectiva, a pergunta de pesquisa aqui proposta poderia ser respondida, em um contexto de redução de recursos da cooperação internacional, segundo a ideia de que as ONGs brasileiras que trabalham na Amazônia se envolvem na temática das mudanças climáticas porque seus financiadores influenciam suas agendas. Nesta perspectiva, com o intuito de continuarem sobrevivendo, se adaptam às agendas externas e se moldam para atuar sobre a mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Contudo, não é disso que se trata.

Buclet (2010) não considera em sua análise⁵⁹ alguns elementos centrais para compreender porque a emergência do tema das mudanças climáticas induz alterações nas ações e estratégias das ONGs brasileiras que trabalham na Amazônia. Primeiro, o fato de estas organizações terem sido criadas imersas na perspectiva do socioambientalismo, em que o processo de conservação da floresta estava intrinsecamente atrelado à promoção de benefícios sociais para as populações tradicionais. Está na origem do trabalho e na missão destas organizações encontrarem mecanismos alternativos que promovam a conservação da floresta e garantam direitos das populações. Segundo, a participação ativa de ONGs como ISA e IPAM ao longo de sete anos de trabalho para alteração das negociações internacionais de clima, usando a legitimidade adquirida para incluir a discussão florestal na agenda climática. Sem que isso as caracterize como agentes oportunistas:

As ONGs estão freqüente e ativamente envolvidas em desafiar, re-estruturar e apropriar-se do discurso global – especialmente nas temáticas de sustentabilidade e meio-ambiente – para atender suas próprias demandas sendo, às vezes, até mesmo capazes de desencadear ampla mudança estrutural no nível internacional (EBRAHIM, 2005; p. 4)

É neste sentido, portanto, que a atuação de ICV, IMAZON, IPAM e ISA dentro da agenda de mitigação de mudanças climáticas deve ser considerada apenas como mais um elemento para conseguir continuar cumprindo com sua missão.

⁵⁹ Em seu trabalho “Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns” (2010), Buclet não faz uma análise centrada na temática das mudanças climáticas, mas considera a mesma temporalidade desta pesquisa de mestrado (1999 – presente momento).

6. CONCLUSÃO

O estudo de ONGs ambientalistas brasileiras que atuam na Amazônia nos faz compreender a importância que este grupo de atores teve e tem na influência de processos decisórios que se dão na escala internacional relativos às questões socioambientais. No caso específico desta pesquisa de mestrado, fica claro que a atuação e influência de ONGs socioambientais brasileiras nas negociações climáticas globais foi central para a redefinição da agenda internacional do clima. Através de um processo “*bottom-up*” em que demandas das comunidades tradicionais e do trabalho técnico-científico que vinham aparecendo no campo são levadas pelas ONGs aos fóruns de negociações internacionais a fim de influenciar o processo de tomada de decisão.

A atuação destas organizações na escala local se apresenta como elemento primordial à medida que lhes permite adquirir e gerar conhecimentos específicos sobre as características, necessidades e alternativas para a região. Ao mesmo tempo em que lhes traz capacidade de re-interpretar o conhecimento climático a partir de percepções e saberes tradicionais, o que as diferencia pelas informações que podem aportar nas discussões.

A partir do entendimento climático, da compreensão das necessidades e alternativas para a região amazônica, somados à incoerência dos mecanismos internacionais de compensação financeira para redução de emissões de GEE, as ONGs compreenderam que era preciso interferir sobre as negociações e influenciar o processo decisório relativo à incorporação da agenda florestal nas discussões climáticas no âmbito da UNFCCC. Ainda que a mudança na estratégia organizacional pudesse apresentar algum tipo de tensão junto aos grupos sociais locais, parte dos movimentos sociais foi identificando nas novas estratégias uma lógica de garantia de direitos para as populações tradicionais.

O *know-how* adquirido e o diferencial construído pelas organizações a partir das relações construídas no tecido social local do qual são parte confere às ONGs algo fundamental para conseguirem, inicialmente, participar das negociações e gradualmente influenciar os processos decisórios na UNFCCC: legitimidade perante os atores internacionais. Assim, ao longo da década de 2000, o tema florestal foi gradualmente sendo incorporado à agenda do clima.

Ainda que grandes ONGs transnacionais e o governo brasileiro se posicionassem contrariamente a isso, o trabalho embasado nos conhecimentos científico e tradicional, e

apoiado pelas populações tradicionais da Amazônia, faz com que estas ONGs movimentem gradualmente as forças atuantes na arena de negociação climática.

O lançamento do IV Relatório de Avaliação do IPCC em 2007, que reconhece “*a necessidade urgente de tomar medidas significativas para reduzir as emissões de desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento*” (UNFCCC, 2008), “joga água no moinho” das organizações e modifica a perspectiva de como o tema florestal é encarado quando se trata de eliminar as causas e minimizar os impactos das mudanças climáticas.

E aí vai ser a vez da agenda climática influenciar a percepção e comportamento dos diferentes atores em todo o mundo.

Nacionalmente essa influência também é sentida, já que, gradualmente, os diferentes grupos de atores como mídia, ONGs, setor privado, governos e população em geral vão se posicionar frente ao tema. As ações e programas contra o desmatamento e a degradação da Amazônia ganham um importante aliado nas mudanças climáticas.

Internacionalmente, as agências de cooperação europeias e norte-americana também vão ser influenciadas pela redefinição na agenda climática, e para aqueles que já tinham foco na Amazônia, o tema das mudanças climáticas vai ser mais um elemento que justifica o aporte de recursos e energia: a redução do desmatamento e suas conseqüentes emissões de gases de efeito estufa, contribuindo positivamente para a mitigação das causas das mudanças climáticas. E, em um processo “*quase esquizofrênico*” (SANTILLI, 2011), os recursos para conservação das florestas vão ser redirecionados para a redução das emissões pela degradação e desmatamento florestal, o REDD.

A falta de clareza quanto ao significado do termo, a multiplicidade de coisas que REDD pode vir a ser, além da dificuldade de aceitação de REDD como um “*mecanismo de comércio da natureza*” (GOMES, 2011), o REDD vai ser tornar um fator de tensão dentro da agenda florestal x climática o qual as ONGs vão ter que lidar.

Neste sentido, é possível afirmar que a temática das mudanças climáticas induz alterações significativas nas estratégias e ações das ONGs ambientalistas que atuam na Amazônia. Vai exigir das ONGs a ampliação do diálogo com diferentes atores nacionais e internacionais, a reorientação de programas e projetos para a conservação florestal, a reorganização de estratégias de captação de recursos, assim como a transparência nas ações de REDD junto as comunidade tradicionais.

Mas principalmente, e onde esta pesquisa se diferencia do senso comum, é possível reconhecer que as alterações induzidas pela agenda climática é resultado do próprio trabalho

das ONGs para influência e interferência sobre a agenda climática internacional. A incorporação da temática florestal no âmbito das negociações internacionais de clima, o surgimento do REDD e suas tensões são consequência do trabalho destas organizações, que durante anos vêm atuando na interface das escalas local e internacional em busca de reverter o processo de degradação da floresta e encontrar alternativas para as populações que lá vivem.

Não se trata de negar, obviamente, o papel que desempenham os financiadores na formação das agendas das ONGs. Contudo, mais do que uma ação ‘*segundo os interesses e prioridades dos financiadores*’ (BUCLET, 2010), é possível concluir que a entrada de recursos financeiros influencia muito mais no “COMO” do que no “PARA QUÊ”. Ou seja, as ONGs modificam estratégias e ações, desenvolvem novos programas e projetos, mas não mudam seus objetivos e missão:

Essa questão do dinheiro é válida como motor, realmente é um motor, tendo recursos para trabalhar com o que a gente quer, faz toda a diferença. Quando a gente pensa nossa estratégia, a gente pensa em como viabilizar a nossa estratégia. Então o dinheiro é um motor, mas ele é um motor de estratégia, do como, mas não do quê (MICOL, 2011).

Não se pode dizer que são organizações oportunistas nem muito menos reféns da agenda externa. Pelo contrário, elas ajudam a construir uma nova agenda externa e consequentemente constroem novas oportunidades de financiamento para redução do desmatamento, conservação da floresta e para suprir necessidade e demandas das populações tradicionais.

Modificar suas estratégias não causa, até o momento, a perda da legitimidade adquirida pelas ONGs, ainda que re-configure o quadro relacional do qual fazem parte, abrindo novas perspectivas de ações e relações.

Hochesteller & Keck (2007) têm como uma das principais conclusões do seu livro “*Greening Brazil: environment activism in state and society*” a importância da influência de ‘forças’ externas/internacionais sobre o fortalecimento das capacidades de atores domésticos nacionais para resolução de problemas socioambientais. Aqui, é possível ir além e concluir que a capacidade de atores domésticos de se estruturar e movimentar forças para re-configurar a resolução de problemas ambientais é tão ou mais importante que tais forças externas.

Reconhecer tal capacidade de auto-organização é fundamental para compreender melhor a dinâmica socioambiental que está em curso quando se discute, às vésperas de nova Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Ambiente (a Rio +20, a ser realizada no Brasil em 2012), o tema das mudanças climáticas globais. Reconhecer a importância do conhecimento gerado “na base” e sua influência sobre a decisão tomada “no topo”, assim

como aconteceu no surgimento do próprio socioambientalismo, em que influência do grupo de atores locais foi central para re-organizar as próprias bases do ambientalismo no Brasil, incluindo na luta ambiental a dimensão social.

Reconhecer a capacidade do grupo de ONGs brasileiras ao re-configurar as forças atuantes nas discussões climáticas internacional, permitindo-as fazer as conexões e unificar baixo um mesmo *frame* os temas de floresta, biodiversidade, injustiça social e clima. Sem que para isso precisassem modificar a sua missão.

7. BIBLIOGRAFIA

- ADEODATO, S. **Caminhos para a mudança**. Piracicaba, SP: Imaflora, 2009.
- ALBUEQUERQUE, A. C.C. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.
- ALENCAR, A.C. *et al.* **Desmatamento na Amazônia: Indo além da emergência crônica**, IPAM. Belém, 2004.
- ALIER, J. M. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto. 379 p. 2007
- ALONSO, A. **Hybrid Activism: Paths of Globalisation in the Brazilian Environmental Movement**, IDS Working Paper 332, Brighton: IDS, 2009.
- ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Mudanças Climáticas na Imprensa Brasileira: uma análise de 50 jornais no período de julho de 2005 a junho de 2007**, 2007.
- AZAMBUJA, D. P. **Dicionário de Sociologia**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p. 238
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. **Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment**. Annual Review of Sociology, 26: 611–39, 2000.
- BENKLER, Y. **Law, Policy and Cooperation. Government and Markets: toward a new theory of regulation**. A Tobin Project Conference at White Oak, February, 2008.
- BROADBENT AND COMPON TEAM. **Discourse, Mobilization and Networks: interim results from a Comparative Research Program on National/Global responses to Climate Change**. In: International Sociological Association, World Congress of Sociology, Gothenburg, Sweden, 11-17 July, 2010.
- BROWN, L. D. **Creating Credibility: legitimacy and accountability for transnational civil society**. Kumarian Press, USA, 2008.
- BUCLET, B. **Les experimentations de ONG en Amazonie: quell pouvoir our quelle responsabilité?** Lusotopie, 2001.
- _____. **Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns**. Revista de Pós Ciências Sociais, v.6, n.12, 2010.

- CASTRO, E. M. R. . **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In: Edna Castro; Florence Pinton. (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. 1 ed. Belém: CEJUP, 1997, v. , p. 221-242.
- CHAPIN, Mac. **A Challenge to Conservationist**. World Watch magazine, 17(6): 17-31, nov/dec 2004.
- CI-BRASIL/ CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL – BRASIL. **Notícias: Conservação Internacional apresenta sua nova identidade organizacional**. Belo Horizonte, 08 de setembro de 2010. (disponível em <http://www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=477>)
- CTA – CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA. Institucional: Histórico Institucional, Rio Branco, Acre, 2011. (disponível em http://www.cta-acre.org/pag_historico.htm, visitado em 22/08/2011)
- DA-SILVA-ROSA, T. **O Meio Ambiente nas Políticas Públicas de Cooperação para o Desenvolvimento: o Discurso da União Européia**. In: V ENANPPAS - Encontro Nacional da ANPPAS, 2008.
- DIAS, et al. **O Ciclone Catarina: Análise Preliminar da Estrutura, Dinâmica e Previsibilidade**. 26th Conference on Hurricanes and Tropical Meteorology, Miami, Florida, Maio, 2005.
- DIEGUES, A. C; NOGARA, P. J. **O Nosso Lugar Virou Parque: um estudo sócio-ambiental do Saco do Mamanguá – Paraty (RJ)**. NUPAUB/CEMAR. São Paulo, USP, 1999.
- _____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**, 3. ed. São Paulo: HUCITEC e NUPAUB, 2001.
- _____. (org). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB, 2008.
- EBRAHIM, A. **NGOs & organizations change: discourse, reporting and learning**. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- FEARNSIDE, P. M. **Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências**. Megadiversidade, Vol. 1, nº 1, 2005.
- FERREIRA, Lucia da C. **Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro**. Ambiente & Sociedade. Ano II, nº5, 2º sem, 1999.
- FINGER, M. **NGOs and transformation: beyond social movement theory**. in: PRINCEN, T.; FINGER, M. **Environmental NGOs in world politics**. Routledge. London. 1996.

FÓRUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. **Um diálogo pela Amazônia. Carta Compromisso.** Belém, Novembro de 2007. (disponível em http://www.forumamazoniasustentavel.org.br/?page_id=174, visitado em 22/08/2011)

GIDDENS, A. **A política da mudança climática.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GLOBESCAN & SUSTAINABILITY. **The Sustainability Survey 2009.** Highlights, 2009.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

GOULD, J. and KOLB, W.L. (eds.). **A Dictionary of the Social Sciences.** New York: Free Press. 1964

GVces – CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; PNUMA – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Financiamentos Públicos e Mudança do Clima: Análise das Estratégias e Práticas de Bancos Públicos e Fundos Constitucionais Brasileiros na Gestão da Mudança do Clima.** São Paulo, 2010.

HANNINGAN, J. A. **Sociologia Ambiental: A formação de uma perspectiva social.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HIRAMATSU, A; MIMURA, N.; SUMI, A. **A Mapping of Global Warming Research Based on IPCC AR4.** Sustainability Science, v.3, n.2: 2001-213, 2008.

HOCHSTETLER, K & KECK. M. **Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society.** Duke University Press, 2007.

HULME, M. **Why We Disagree About Climate Chang: Understanding Controversy, Inaction and Opportunity.** Cambrigde University Press, Cambridge, 2009.

HWANG , H. & POWELL, W.W. **The Rationalization of Charity: The Influences of Professionalism in the Nonprofit Sector.** Administrative Science Quarterly, 54, 2009.

INMET – INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. Tempo e Clima. (disponível em http://www.inmet.gov.br/html/informacoes/curiosidade/tempo_clima.html, visitado em 26/08/2011).

INPE, Projeto PRODES. **Monitoramento da Cobertura Florestal da Amazônia por Satélites.** Sistemas PRODES, DETER, DEGRAD e queimadas, 2011. (consulta na internet, <http://www.obt.inpe.br/prodes/>, em 22/08/11)

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Furacão Catarina.** 2004. (disponível em <http://www.inpe.br/crs/geodesastres/desastre2.php>)

INSTITUTO AKATU. **Pesquisa n°. 7: Como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente?** São Paulo: Instituto Akatu, 2007. (disponível em <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/4-Pesquisa7.pdf>)

IPCC – INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **IPCC Fourth Assessment Report: Climate Change 2007 (AR4)**. 2007. (disponível em http://www.ipcc.ch/publications_and_data/publications_and_data_reports.shtml)

ISER – INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. **Pesquisa: O que as lideranças brasileiras pensam sobre mudanças climáticas e o engajamento do Brasil**. Relatório de Divulgação, 2008.

JACOBI, P. **Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação das práticas coletivas**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.). **Patrimônio Ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LAHSEN, M. **A science-policy interface in the global south: the politics of carbons sinks and science in Brazil**. Climate Change, 97: 339–372, 2009.

_____. **The Dualities of Brazilian Climate Politics and Policy** - presentation delivered in March 2010 at the "Comparing National Responses to Climate Change" panel at Institut du Developpement Durable et des Relations Internationales (IDDRI) in Paris, France, 2010a. (disponível em <http://compon.org/content/brazil>)

_____. **The social status of climate change knowledge: an editorial essay**. Climate Change, v.1, March/April, 2010b.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: Do serviço invisível a profissão sem nome**. Rio de Janeiro, 1993. Tese (Doutorado) em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1993.

LBA – PROGRAMA DE GRANDE ESCALA DA BIOSFERA-ATMOSFERA NA AMAZÔNIA. **Plano Científico Estendido**. 1997. (disponível em http://lba.inpa.gov.br/lba/?p=plano_cientifico_estendido&t=1)

_____. **Plano Científico LBA2**. 2007. (disponível em http://lba.inpa.gov.br/lba/?p=plano_cientifico_LBA2_vf2_2&t=1)

LEITE, M. (org.). **Dez anos de IPAM**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

LULA DA SILVA, L. I. **Desenvolvimento Sustentável - Responsabilidade e Compromisso de Todos**. Transcrição oficial do discurso do Presidente Lula na COP15 em Copenhague.

2009. (disponível em http://www.cop15brasil.gov.br/pt-BR/?page=noticias/discurso-lula-transcricao_cop15)

MACCHI, M. et al. **Indigenous and Traditional People and Climate Change**. IUCN Issue Paper, 2008. (disponível em http://cmsdata.iucn.org/downloads/indigenous_peoples_climate_change.pdf)

MARENGO, J. A., *et al.* **The drought of Amazonia in 2005**, Journal of Climate, 21, 495 – 516, 2008.

MCT – MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa**. 2004. (disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/17341.html>)

MELLO, N. A. de. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MOUTINHO, P. et al. **As oportunidades para a Amazônia com a redução das emissões de gases do efeito estufa**. IPAM. Belém, 2004.

NEPSTAD, D. *et al.* **Interactions among Amazon land use, forests and climate: prospects for a near-term forest tipping point**. Phil. Trans. R. Soc. B vol. 363, 1737–1746, 2008.

NOBEL. **The Nobel Peace Prize 2007**. Nobelprize.org. (disponível em http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2007/, visitado em 18 de outubro de 2011)

NOBRE, C. A; SAMPAIO, G.; SALAZAR, L. **Mudanças climáticas e Amazônia**. Ciência e Cultura. [online], v. 59, n. 3, 2007.

NOLAN, J.M. **“An Inconvenient Truth” Increases Knowledge, Concern and Willingness to Reduce Greenhouse Gases**. Environment and Behavior, January, 2010.

PASQUIS, R. (coord.) et al. **As Amazônias, um mosaico de visões sobre a região**. Brasília, 2003.

PRINCEN, T.; FINGER, M. **Environmental NGOs in world politics**. Routledge, London. 1996.

SALICK, J.; ROSS, N. **Traditional people and climate change**. Global Environmental Change, 19: 137-139, 2009.

SCHOR, T. **Ciência e tecnologia: uma interpretação da pesquisa na Amazônia – o caso do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA)**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado).) Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo – PROCAM/USP, São Paulo, 2005.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar de Inquérito – ONGs**. 2011 (disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Comissoes/consComCPI.asp?com=1382>)

SNOW, D. A., et al. **Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation**. American Sociological Review, Vol. 51, No. 4: 464-481, 1986.

SOS AMAZÔNIA. **Quem somos e nossa história**. 2011 (disponível em http://www.sosamazonia.org.br/site2/index.php?option=com_content&view=category&id=71&Itemid=679)

SPETH, J. G. **A New American Environmentalism and the New Economy**. In: The 10th Annual John H. Chafee Memorial Lecture National Council for Science and the Environment Washington, D.C. January 21, 2010.

SUCHMAN, M. C. **Managing Legitimacy: strategies and institutional approaches**. Academy of Management Review, vol. 20. No. 3, 571-610, 1995.

TEIXERA, A. C. C. **Identidades Em Construção: As Organizações Não Governamentais no Processo Brasileiro de Democratização**. São Paulo, Annablume; Fapesp; Instituto Pólis, 2003.

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change. **Decision 2/CP.13. Reducing emissions from deforestation in developing countries: approaches to stimulate action**. Report of the Conference of the Parties on its thirteenth session, held in Bali from 3 to 15 December 2007. Addendum. Part Two: Action taken by the Conference of the Parties at its thirteenth session. Page 8. March, 2008 (disponível em <http://unfccc.int/resource/docs/2007/cop13/eng/06a01.pdf#page=8>)

VIOLA, E. **O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986)**. In PADUA, J. A. **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

_____. **O Brasil na arena internacional da mitigação da mudança climática, 1996-2008**. Centro de Estudos de Interação e Desenvolvimento – CINDÉS, Janeiro, 2009. (disponível em http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=14&view=viewcategory&catid=4&site=5&start=40)

_____. **Impasses e perspectivas da negociação climática global e mudanças na posição brasileira**. Centro de Estudos de Interação e Desenvolvimento – CINDÉS, Março, 2010. (disponível em http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=14&view=viewcategory&catid=4&site=3&start=20)

_____. LEIS, H. **A evolução das políticas ambientalistas no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável**, IN: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo Freire (orgs.),

Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

VOIVODIC, M. A. **Os desafios de legitimidade em sistemas multissetoriais de governança: uma análise do Forest Stewardship Council**. São Paulo, 2010. 126p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WINICK, C. **Dictionary of Anthropology**. Littlefield, Adams, & Co., Totowa, New Jersey, 1972.

YEARLEY, S. **Sociology and Climate Change after Kyoto: What Roles for Social Science in Understanding Climate Change?** *Current Sociology*, v.57(3): 289-405, 2009.

Referências dos entrevistados

ALENCAR, A. Entrevista concedida a esta pesquisa em 16 de maio, em Brasília, DF. 2011.

BIDERMAN, R. Entrevista concedida a esta pesquisa em 03 de maio, em São Paulo, SP. 2011.

BRITO, B. Entrevista concedida a esta pesquisa em 31 de maio, em São Paulo, SP. 2011.

FELDMAN, F. Entrevista concedida a esta pesquisa em 27 de junho, em São Paulo, SP. 2011.

GOMES, R. Entrevista concedida a esta pesquisa em 18 de agosto, em Piracicaba, SP. 2011.

MARCONDES, D. Entrevista concedida a esta pesquisa em 8 de julho, em São Paulo, SP. 2011.

MICOL, L. Entrevista concedida a esta pesquisa em 20 de maio, em Cuiabá, MT. 2011.

PEDRO-PINTO, E. P. Entrevista concedida a esta pesquisa em 17 de maio, em Brasília, DF. 2011.

PINTO, L.F.G. Entrevista concedida a esta pesquisa em 14 de julho, em Piracicaba, SP. 2011.

RAMOS, A. Entrevista concedida a esta pesquisa em 13 de maio, em Brasília, DF. 2011.

SANTILLI, M. Entrevista concedida a esta pesquisa em 13 de maio, em Brasília, DF. 2011.

Referência dos documentos analisados e citados

ICV – Instituto Centro de Vida. **Relatório de Atividades, 2005.**

ICV – Instituto Centro de Vida. **Relatório de Atividades, 2006 – 2007.**

ICV – Instituto Centro de Vida. **Relatório de Atividades, 2008 – 2009.** Maio de 2010.

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Relatório de Atividades, 2001 – 2002.** Belém, 2003.

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Relatório de Atividades, 2005 – 2006.** 2007.

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Relatório de Atividades, 2007.** 2008.

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Relatório de Atividades, 2009.** 2010.

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Relatório de Atividades, 2009.** Brasília, Julho de 2010.

ISA – Instituto Socioambiental. **Relatório Anual de Atividades, 2000.** Abril, 2001.

ISA – Instituto Socioambiental. **Relatório Anual de Atividades, 2002.** Abril, 2003.

ISA – Instituto Socioambiental. **Relatório Anual de Atividades, 2003.** Plano Trienal 2002 – 2004. 2004.

ISA – Instituto Socioambiental. **Relatório Anual de Atividades, 2005. Plano Trienal 2005 – 2007.** 2006.

ISA – Instituto Socioambiental. **Relatório Anual de Atividades, 2008. Plano Trienal 2008 – 2010.** 2009.

ISA – Instituto Socioambiental. **Relatório Anual de Atividades, 2009. Plano Trienal 2008 – 2010.** ISA 15 anos. Penso, logo coexistio. 2010.

APÊNDICE A – FINANCIADORES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO- GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS⁶⁰

⁶⁰ As tabelas apresentadas abaixo foram geradas a partir de dados brutos obtidos nos relatórios públicos anuais das organizações não-governamentais ambientalista, incluindo informações sobre seus financiadores. Recomenda-se uma segunda checagem dos dados nos relatórios antes de utilizar estes dados para fins acadêmicos.

Tabela A.1 – Compilação de dados dos tipos de financiadores do ICV através de análise dos relatórios anuais da organização, desde 2005 (data de publicação do primeiro relatório) a 2009 (Fonte: relatórios anuais ICV)

n°/ano	2005	2006/2007	2008/2009
1	Comissão Européia	Comissão Européia	Comissão Européia
2	FAO	FAO/MMA	x
3	Fundação Ford	Fundação Ford	Fundação Ford
4	Fundação O’Boticário	x	x
5	Fundação Packard	Fundação Packard	Fundação Packard
6	x	x	Fundação Doen e Solidariedad
7	x	FNMA	FNMA
8	x	x	Governo da Noruega
9	GEF	x	x
10	IBAMA	x	x
11	x	x	Instituto HSBC Solidariedade
12	x	x	IUCN - NL
13	x	KFW	x
14	MMA*	MMA*	MMA*
15	Petrobrás Fome Zero	Petrobras Fome Zero	Petrobrás Fome Zero
15	TNC	x	x
17	WWF-Brasil	WWF Brasil	WWF Brasil
18	x	x	USAID

Tabela A.2 – financiadores IMAZON desde o ano de 1999 a 2009 (fonte: relatórios anuais IMAZON).

n° / ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1	x	x	x	x	x	x	x	x	ADT - Amigos da Terra	ADT - Amigos Da Terra	ADT - Amigos da Terra
2	x	x	x	x	CI	x	x	x	x	CI	CI
3	x	x	CIFOR	CIFOR	CIFOR	CIFOR	CIFOR	x	x	x	x
4	Banco Mundial	Banco Mundial	Banco Mundial	x	x	x	x	Banco Mundial	Banco Mundial	x	x
5	Comissão Européia	Comissão Européia	Comissão Européia	x	x	x	União Européia	União Européia	Comissão Européia	Comissão Européia	Comissão Européia
6	x	GTZ	GTZ	GTZ	GTZ	GTZ	GTZ	x	x	x	x
7	x	x	x	x	Embrapa Dendrogene	Embrapa Dendrogene	EMBRAPA	x	x	x	x
8	x	Embaixada do Reino dos Países Baixos	Embaixada do Reino dos Países Baixos	Embaixada do Reino dos Países Baixos	x	Embaixada da Holanda	Embaixada do Reino dos Países Baixos	Embaixada do Reino dos Países Baixos	Embaixada do Reino dos Países Baixos	x	Embaixada Britânica
9	MCT- Finep/PPG7	MCT- Finep/PPG7	x	Finep/PPG-7	x	x	x	x	x	x	x
10	x	x	x	Fundação Avina	x	Fundação Avina	Fundação Avina	Fundação Avina	Fundação Avina	Fundação Avina	Fundação Avina
11	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Fundação Blue Moon	Fundação Blue Moon
12	Fundação Ford	Fundação Ford	Fundação Ford	Fundação Ford	Fundação Ford	Fundação Ford	Fundação Ford	Fundação Ford	x	Fundação Ford	Fundação Ford
13	x	x	Fundação William & Flora Hewlett	Fundação William & Flora Hewlett	Fundação William & Flora Hewlett	Fundação William & Flora Hewlett	x	x	x	x	x

Continua...

Continuação

Tabela A.2 – financiadores IMAZON desde o ano de 1999 a 2009 (fonte: relatórios anuais IMAZON).

14	x	x	x	x	x	x	Fundação David e Lucile Packard	x	Fundação David e Lucile Packard	Fundação David e Lucile Packard	Fundação David e Lucile Packard
15	x	x	x	x	x	Fundação Moore	Fundação Moore	Fundação Moore	Fundação Moore	Fundação Moore	Fundação Moore
17	Governo do Acre/SPRN/PPG7	Governo do Acre/SPRN/PPG7	Governo do Acre	Governo do Acre	Governo do Acre	Governo do Acre	x	x	x	x	x
18	x	x	x	x	x	x	Governo do Estado do Pará	Governo do Estado do Pará	x	x	x
19	x	x	x	x	x	x	x	x	Instituto de Meio Ambiente do Acre	x	Instituto de Meio Ambiente do Acre
20	x	x	x	x	LBA-NASA	LBA-NASA	x	x	x	x	x
21	x	ProManejo/Ibama	Promanejo / Ibama	Promanejo / Ibama	Promanejo/Ibama	x	x	x	x	x	x
22	Governo do Amapá/MM A/PPG7	Governo do Amapá/MM A/PPG7	x	x	x	x	x	SEMA	x	SEMA	x
23	x	x	x	WRI	WRI	x	x	WRI	x	x	WRI
24	x	x	x	x	x	IEB	x	x	IEB	IEB	IEB
25	x	x	USAID	USAID	USAID	USAID	USAID/IEB	USAID/IEB	USAID	USAID	USFS
26	x	Woods Hole Research Center	Woods Hole Research Center	x	x	x	x	x	x	x	x
27	WWF	WWF	WWF	WWF	WWF	WWF	WWF	x	x	x	x
28	x	x	x	x	x	x	ITTO	ITTO	ITTO	ITTO	x
29	x	x	x	x	x	x	TNC	x	x	TNC	TNC
30	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Universidade South Dakota	Universidade South Dakota

Tabela A.3 – financiadores IMAZON desde o ano de 1999 a 2009 que aparecem apenas uma vez (fonte: relatórios anuais IMAZON).

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009
The Conservation Food and Health Foundation	Ministério do Meio Ambiente	PFCA	Imaflora	Univerisdade de Freiburg	SOS Amazônia	Aimex	Associação Vale P/ Desenvolvimento Sustentável
Universidade da Califórnia	Fundação Overbrook			PNUD	Banco da Amazônia S/A	Vale	Serv. Apoio às Micro e Peq. Empresas de Rondônia
Universidade de East Anglia						OIT	Serv. Apoio às Micro e Peq. Empresas do Acre
						ICCO	Serv. Apoio às Micro e Peq. Empresas do Amazonas
							Dep. de Agricultura e Serviços Florestais do EUAs
							Serviço Florestal Brasileiro

Tabela A.4 – Financiadores do Instituto Socioambiental, de 2000 a 2009 (fonte dos dados: relatórios anuais ISA)

n°	Financiadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total geral
1	AECID - Agência Espanhola de Cooperação Internacional										1	1
2	Afinco			1								1
3	AFRAS - Associação de Franquias Sustentáveis										1	1
4	AIN						1	1	1	1	1	5
5	Associação Núcleo Oikos										1	1
6	Auguri Promoções e Eventos Ltda.									1	1	2
7	Avon/Fundo Viva o Amanha									1	1	2
8	BIRD	1	1									2
9	Bureau des Ressources Génétiques		1									1
10	CAFOD					1	1	1	1	1	1	6
11	Casa Centro de Apoio Socioambiental										1	1
12	Comissão Européia										1	1
13	CENPEC								1	1		2
14	Centre National de Recherche Scientifique		1									1
15	Centro de Apoio Sócio-ambiental								1			1
16	Cervejaria Premiun									1	1	2
17	CESE - Coordenadoria Ecumenica de Servico										1	1
18	CNPq	1	1	1	1							4
19	Colgate				1							1
20	Comunidade Européia								1			1
21	CVRD - Companhia Vale do Rio Doce	1										1
22	Conservação Internacional Brasil										1	1
23	Coordenadoria Ecumênica de Serviço										1	1
24	ED					1	1	1	1	1	1	6
25	EDF	1			1							2

Continua...

Continuação...

Tabela A.4 – Financiadores do Instituto Socioambiental, de 2000 a 2009 (fonte dos dados: relatórios anuais ISA)

26	ELI				1	1						2
27	EMAE			1	1				1			3
28	Embaixada Britânica	1					1		1	1		4
29	Embaixada da Dinamarca		1	1								2
30	Embaixada da Finlândia									1		1
31	Embaixada da Noruega								1	1		2
32	Embaixada da Nova Zelândia							1				1
33	Embaixada do Canadá			1								1
34	Embaixada do Reino dos Países Baixos	1	1	1	1	1		1				6
35	EMBRAPA							1				1
36	Environmental Law Alliance Worldwide	1	1									2
37	FAPEAM				1	1	1	1	1	1	1	7
38	FAPESP								1			1
39	FD - Fondo de Desarrollo de Noruega			1								1
40	FEHIDRO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
41	FINEP		1	1	1							3
42	Frigorífico Marba Ltda										1	1
43	FUNAI		1	1	1	1	1	1				6
44	Fundação Avina								1	1		2
45	Fundação Banco do Brasil						1	1	1	1	1	5
46	Fundação Blue Moon							1		1	1	2
47	Fundação David & Lucile Packard							1	1	1	1	4
48	Fundação Doen					1	1	1	1	1	1	6
49	Fundação Florestal			1	1	1						3
50	Fundação Ford	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
51	Fundação Gordon & Betty Moore					1	1	1	1	1	1	6
52	Fundação Iara Lee & George Gund III							1				1
53	Fundação Levi Strauss	1	1									2

Continua...

Continuação...

Tabela A.4 – Financiadores do Instituto Socioambiental, de 2000 a 2009 (fonte dos dados: relatórios anuais ISA)

54	Fundação MacArthur	1	1	1								3
55	Fundação Moore				1							1
56	Fundação Pachamama										1	1
57	Fundação Packard							1				1
58	Fundação Robertson								1	1		2
59	Fundação Volkswagen					1						1
60	Fundo de Direitos Difusos/Ministério da Justiça					1	1					2
61	Fundo Estadual de Recursos Hídricos						1					1
62	Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável										1	1
63	GEF –	1										1
64	Goldman Environmental Prize (EUA)				1							1
65	Grendene							1	1	1		3
66	Grupo AES Eletropaulo					1						1
67	Grupo Soja							1				1
68	GTZ			1								1
69	Horizont3000			1	1	1	1	1	1	1	1	9
70	Icatu Hartford								1	1	1	3
71	ICCO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
72	IIE - Institute of International Education										1	1
73	IIEB			1	1	1		1				5
74	IIZ	1										1
75	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo					1	1					2
76	INCRA							2	1			3
77	Iniciativa Verde - Banco Real								1	1	1	3
78	INPA/CNPq				1							1
79	Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável										1	1
80	Instituto HSBC Solidariedade							1	1	1	1	4
81	Instituto Ludwig-Boltzmann					1	1	1				3

Continua...

Continuação...

Tabela A.4 – Financiadores do Instituto Socioambiental, de 2000 a 2009 (fonte dos dados: relatórios anuais ISA)

82	Instituto Pronatura					1							1
83	IPHAN - Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional									1	1		2
84	IRD - Institut de Recherche pour le Développement	1	1	1	1								4
85	Ludwig Boltzmann						1						1
86	MAIS-RETE									1	1		2
87	MCT				1								1
88	MDA							1	1	1	1	1	5
89	MEC			1	1	1	1	1	1	1	1		4
90	Minc – Ministério								1	1	1	1	2
91	MMA	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	9
92	Natukapilar									1	1		2
93	Natura		1		1	1	1					1	4
94	NCA	1	1				1						3
95	Norad	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
96	OD	1										1	2
97	OEA				1								1
98	Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento						1						1
99	Padic/MT		1										1
100	PDA Subprograma Projetos Demonstrativos	1	1				1		1				4
101	PDPI								1	1			2
102	Petrobrás								1	1	1	1	4
103	PNUD		1	1		1							3
104	PPG7/MMA	1	1			1	1						4
105	Prodeagro	1	1	1									3
106	Prodeam				1								1
107	Programa IDH Dutch Sustainable Trade Initiative										1		1
108	Pronaf				1								1
109	Pró-reitoria de Extensão da Unicamp					1							1

Continua...

Continuação...

Tabela A.4 – Financiadores do Instituto Socioambiental, de 2000 a 2009 (fonte dos dados: relatórios anuais ISA)

110	Prosare/CCR/Cebrap				1	1						2
111	Proyecto Cultivando Diversidad		1	1								2
112	Rainforest Action Network				1							1
113	RCA							1	1			2
114	RFN	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
115	RFUS	1	1	1	1	1	1					6
116	Sabesp			1	1							2
117	SBF/MMA		1									1
118	Sebrae SP							1				1
119	Secretaria Estadual de Energia de São Paulo			1	1							2
120	Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras de São Paulo			1	1							2
121	SEDH								1	1		2
122	Seduc/AM						1	1	1			3
123	Seduc/MT			1	1							2
124	SMA									1		1
125	Solidaridad									1		1
126	Subprefeitura da Capela do Socorro				1	1						2
127	Subprefeitura de Parelheiros				1	1						2
128	SVMA						1			1		2
129	Terra dos Homens				1	1	1	1	1	1	1	7
130	TNC		1	1	1	1	1	1	1	1		8
131	Unesco										1	1
132	União Européia	1	1	1	1	1			1		1	7
133	Unicef				1		1	1				3
134	USAID	1				1	1	1	1	1		6
135	WWF	1	1							1		3
136	Yazigi Internexus									1		1
Total geral		27	34	33	42	35	33	39	38	45	52	

**APÊNDICE B – COMPILAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS RELATÓRIOS ANUAIS
DAS ONGS ESTUDADAS**

INSTITUTO CENTRO E VIDA

ANO 2005

- * a palavra **clima/climática** (relativa às MC) **não** aparece neste relatório
- * a palavra **manejo florestal** aparece **4** vezes neste relatório
- * a palavra **políticas públicas** aparece **11** vezes neste relatório

Sede: Cuiabá/ Escritórios: Brasília e Alta Floresta

O Instituto Centro de Vida - ICV é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), autônoma e sem fins lucrativos. Fundado em 1991, com sede em Cuiabá - MT, atua nos três biomas presentes em Mato Grosso (Amazônia, Cerrado e Pantanal).

Tem como **missão** desenvolver estudos e ações visando à proteção do meio ambiente, a conscientização do ser humano, o fortalecimento da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, agora e no futuro.

Princípios

Embasamento Técnico-Científico
 Parceria e diálogo com os diversos segmentos da sociedade
 Transparência da informação
 Ética e responsabilidade

Atividades

Intensificação da atuação no território Portal da Amazônia

Articulação de atores e políticas em escala territorial
 Foco BR163
 Comunicação e Difusão de experiências
 Educação e formação
 Promoção de Práticas e Alternativas Sustentáveis

Implantação do laboratório de Sistemas de Informações Geográficas

(estudos e diagnósticos espacializados e apoio aos diferentes processos de planejamento e desenv. Territorial em curso na região)

Desenvolvimento do trabalho com áreas protegidas e gestão florestal

(estudos para subsidiar processos de criação e implantação de Unidades de Conservação)

Consolidação da atuação nos níveis federal e estadual

(Um aspecto fundamental desse trabalho é a integração entre os três níveis de atuação das políticas públicas, federal, estadual e local; muitas vezes tão distantes e desarticulados entre si)

Fortalecimento da estrutura insitucional

início de 6 novos projetos

aprovação de mais 3

contratação de 6 novos técnicos, nos diferentes níveis e áreas

"Paralelamente, foram desenvolvidas novas parcerias com diversas organizações em nível local/ regional, como também nacional e internacional"

Estruturação das atividades em quatro Programas:

Gestão Ambiental e Políticas Públicas

(acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos que tenham interferência no meio ambiente e na qualidade de vida da população)

parceiros: Instituto Ouro Verde, UNEMAT, WWF_Brasil, CDS/UnB, CIRAD, **IPAM, ISA**

financiadores: Fundação Ford, MMA/SDS, EU, IBAMA, MMA/PPG7

Conservação e Áreas Protegidas

(iniciado em fev 2005, com apoio da WWF-Brasil)

parceiros: Fundação Ecológica Cristalino, Ibama, Unemat, Ass. Amigos do Parque Cristalino, **IMAZON**, SEMA/MT

finaciadores: WWF-Brasil, Fundação O Boticário, TNC, Fundação Packard

Sustentabilidade e Projetos demonstrativos

(manejo ecológico, sistemas agroflorestais, recuperação de nascentes e matas ciliares)

parceiros: Cooperagrepa, Coopernova, ISPN, COEP

financiadores: MMA/PADEQ, GEF, Petrobrás Fome Zero

Comunicação e Educação Ambiental

(divulgação das questões socioambientasi via website, publicações e trabalhos com as comunidades de entorno de Ucs)

parceiros: Rede Aguapé, Cooperagrepa e Coopernova, Consórcio BR 163 Sustentável

financiadores: Fundação Ford, MMA/SDS, FAO

2005

WWF-Brasil
 Fundação Ford
 Packard Foundation / Imazon
 MMA / FAO
 IBAMA - PPG7 / PROMANEJO
 MMA - PPG7 / PADEQ
 PNUD (PPP—Ecos)
 Tides Foundation
 MMA / Instituto Socioambiental

ANO 2006/2007

- * a palavra **clima/climática** (relativa às MC) aparece **2** vezes neste relatório
- * a palavra **manejo florestal** aparece **13** vezes neste relatório
- * a palavra **políticas públicas** aparece **9** vezes neste relatório

O Instituto Centro de Vida - ICV é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de direito privado, caráter científico/cultural, autônoma, apartidária e sem fins lucrativos, decretada de utilidade pública em Mato Grosso pela lei estadual nº 6.752/96. Fundada em 14 de abril de 1991, tem como objetivo promover a sustentabilidade e a qualidade de vida através de estudos e ações que favoreçam a conservação ambiental, o fortalecimento da cidadania e a harmonia entre sociedade e natureza.

Escritórios: dois em Cuiabá, Alta Floresta

MISSÃO

Promover a sustentabilidade e a qualidade de vida através de estudos e ações que favoreçam a conservação ambiental, o fortalecimento da cidadania e a harmonia entre sociedade e natureza.

"Territorialmente, nossa atuação está concentrada em três regiões: o Território Portal da Amazônia; a Bacia do Rio Xingu, na área de influência da BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém); e o Alto Paraguai, na região de nascentes do Pantanal"

"Atuamos através de cinco programas, valorizando a parceria com outras organizações, redes, instituições de governo e setor privado, focando nossas ações desde o nível local até o estadual e nacional"

"Entre o final de 2005 e o final de 2007, a equipe do ICV cresceu de 16 para 36 colaboradores, incluindo estagiários. O número de projetos executados pela instituição passou de oito em 2005 para 14 em 2007, e o valor dos recursos recebidos aumentou de R\$ 1,1 milhão para cerca de R\$ 2,4 milhões."

"Nesse período, o ICV consolidou seu papel entre as instituições que têm papel de liderança nos temas socioambientais na Amazônia."

PROGRAMAS

Políticas Públicas e Gestão Socioambiental

"Esse programa representa a linha de atuação mais tradicional do ICV e conta com uma equipe de cinco analistas."

Gestão Florestal e **Mudanças Climáticas**

Desenvolvimento Territorial

Financiadores: Comissão Européia, MMA/FAO, MMA/PPG7, KFW

"Trabalhando em três temas inter-relacionados: Política e gestão florestal, **Mudanças climáticas** e Desenvolvimento territorial."

Programa de Monitoramento e Planejamento Ambiental

"O programa visa gerar e disponibilizar informações espaciais estratégicas para a gestão ambiental territorial nas áreas de atuação do ICV. O programa foi estabelecido em 2006 e conta atualmente com uma equipe de quatro analistas e dois estagiários"

Análises e Diagnósticos

Transparencia Florestal, desmatamento e queimadas

Finaciadores: Fundação Packard, Fundação Ford

Parceiros: IMAZON,

Programa de Conservação e Áreas Protegidas

Este programa trabalha na criação e implantação de unidades de conservação na Amazônia Meridional. Desenvolve estudos de ecologia e conservação, avaliação ecológica rápida e diagnósticos socioeconômicos e ambientais"

"grupo de pesquisadores associados, especialistas nas várias áreas de estudos de conservação"

início em 2005

Financiador: WWF Brasil

Programa de Sustentabilidade e Projetos Demonstrativos

"desenvolve ações que promovem o fortalecimento do capital social e a sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental da agricultura familiar. O foco é o desenvolvimento e disseminação de práticas sustentáveis, como recuperação de áreas degradadas, manejo de pastagem e sistemas agroflorestais"

Recuperação de Áreas Degradadas

Educação Rural e Gestão Ambiental

Manejo Ecológico de Pastagens e Agroflorestas

Financiadores: Comissão Européia, FNMA, MMA

Programa de Inclusão Socioambiental

iniciado em 2001

introdução da permacultura em espaço urbano no MT

"atividades de capacitação para geração de emprego e renda, difusão cultural, alfabetização e inclusão digital"

"A perspectiva e o principal desafio para o futuro dessa iniciativa é de promover a geração de emprego e renda para os jovens, consolidando as cooperativas incubadas de forma que tenham autonomia em relação aos recursos dos projetos."

Financiador: Petrobras Fome Zero

Programa de Comunicação e Educação Socioambiental

"A Comunicação cumpre papel estratégico para a realização dos objetivos e missão do ICV, que se tornou referência regional na comunicação ambiental. " canal de difusão das atividades da instituição e dos temas socioambientais.

Além disso, realiza atividades de educação socioambiental com diversos públicos com foco em temas de desenvolvimento social e comunitário.

"Nesse biênio, o programa acompanhou o crescimento do ICV. Assim, a equipe dobrou e os veículos e produtos de divulgação também tiveram expressivo crescimento"

Comunicação e Difusão

Agência de Notícia estação Vida

Rede BR163 + Xingu

Folha Porta da Amazônia

Campanha SOS Cristalino

Boletim Transparência Florestal (parceria com Imazon)

Boletim Governança Florestal no Xingu

Educação

O Instituto Centro de Vida foi fundado em 14 de abril de 1991, sendo uma instituição civil de direito privado sem fins lucrativos, de caráter científico-cultural, com fins de interesse público, autônoma e sem vinculação político-partidária, nem distinção de credo, raça, etnia e classe social. Foi declarada de utilidade pública pela Lei estadual nº 6.752/96 e qualificada como OSCIP conforme DOU de 05 de dezembro de 2003. É dirigida por seus instituidores e sócios efetivos, tem prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Cuiabá – MT, possuindo sub-sede em Alta Floresta – MT. A entidade tem como objetivo realizar e estimular o desenvolvimento de ações que contribuam para a proteção do meio-ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida e a manutenção da diversidade biológica e cultural, para as presentes e futuras gerações, bem como desenvolver ações de interesse público para a concretização do respeito pela vida, liberdades, direitos humanos e o fortalecimento da cidadania.

2008/2009

- * a palavra **clima/climática** (relativa às MC) aparece **3** vezes neste relatório (a palavra carbono aparece **8** vezes)
- * a palavra **manejo florestal** aparece **8** vezes neste relatório
- * a palavra **políticas públicas** aparece **8** vezes neste relatório

"nosso trabalho consiste em construir soluções de sustentabilidade, com base em estudos e análises, bem como em experiências práticas, e disseminar essas soluções por meio da comunicação, educação e empoderamento da sociedade"

Princípios:

embasamento técnico-científico
diálogo com os diversos segmentos da sociedade
transparência da informação
ética e responsabilidade

As atividades do ICV continuaram crescendo em 2008 e 2009, traduzindo-se no crescimento da receita, fortalecimento da equipe e consolidação dos produtos e resultados gerados.

Realizações mais consideráveis do período:

"Propostas e produtos apresentados na **COP XV em Copenhague** que contaram com a participação do ICV: método e resultados preliminares da avaliação da governança florestal na Amazônia; projeto-piloto de REDD do Noroeste de Mato Grosso; programa de REDD do estado de Mato Grosso; e mapa de pressões e ameaças à Pan-Amazônia"

Consolidação da produção do laboratório de geotecnologias, com a geração de inúmeros mapas e análises, especialmente na escala municipal e estadual, a realização de cursos, a geração de bases próprias e o desenvolvimento de novos métodos em apoio à gestão ambiental;

"Início das atividades de medição e monitoramento da biomassa florestal e outros trabalhos no tema do carbono florestal, com a perspectiva de apoiar ações e projetos de REDD e sequestro de carbono, bem como de contribuir com produção científica própria e em parceria"

2008

- Políticas Públicas e Gestão Ambiental
- Monitoramento e Planejamento da Paisagem

2009

- Governança Florestal
- Monitoramento e Planejamento Territorial

- Conservação e Áreas Protegidas
- Sustentabilidade e Projetos Demonstrativos
- Inclusão Socioambiental
- Comunicação e Educação Socioambiental

- Conservação e Áreas Protegidas
- Sustentabilidade
- Inclusão Socioambiental
- Departamento de Políticas Públicas
- Departamento de Comunicação

Políticas Públicas e Gestão Ambiental

Governança Florestal

"formulação de propostas de políticas públicas na área florestal e no monitoramento e apoio à gestão florestal"

"Abordamos os instrumentos de comando e controle... bem como **instrumentos econômicos, como Pagamentos por serviços ambientais** ou ICMS ecológico"

"Além disso, intensificamos o trabalho no tema de **Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)**, iniciando a construção de um projeto-piloto na região Noroeste de Mato Grosso e desempenhando um papel chave na construção da política estadual sobre o tema"

Produtos

- Estruturação de um grupo de trabalho para desenhar as bases de um Programa de REDD em Mato Grosso
- Elaboração do Projeto Piloto de REDD no Noroeste de Mato Grosso, em parceria com o Governo do Estado e a TNC

Financiadores: EU (2005 -2009), MMA/FAO (2005 - 2008), WWF Brasil (2008 - 2009), USAID (liderado TNC; 2008 - 2009), Fundação Doen e Solidarieda (2008 - 2009)

Governo da Noruega (liderado WRI 2008 - 2013), David & Lucile Packard Foundation (2008 - 2009)

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM 2009

Em articulação com outras organizações através de espaços coletivos, temos atuação na escala regional da Amazônia, buscando sempre contribuir com a construção e manutenção de espaços de diálogo nos níveis municipal, estadual e federal. Atuamos com outras organizações em espaços colegiados, redes de ONGs, associações locais e articulações regionais, nacionais e internacionais. Também temos parcerias com órgãos de governo e empresas. Nesse contexto, participamos de fóruns, redes e espaços coletivos, entre os quais:

Monitoramento e Planejamento da Paisagem

"Buscamos subsidiar tecnicamente as discussões nos espaços de diálogos e apoiar e capacitar técnicos, especialmente no nível municipal, para desenvolverem ações de gestão ambiental."

"A geração de análises sobre o desmatamento e as queimadas continuou como uma importante contribuição do ICV para a gestão florestal do estado de Mato Grosso, proporcionando à sociedade informações precisas para compreender e opinar sobre o tema"

Financiadores: David & Lucile Packard Foundation (2006 - 2009), Fundação Ford (2005 - 2009)

Conservação e Áreas Protegidas

Criação e implementação de Ucs

foco em áreas da Amazônia Meridional

Financiadores: WWF Brasil (2005-2009) e IUCN - NL (2008)

Sustentabilidade e Projetos Demonstrativos

"trabalhar, através de uma perspectiva agroecológica, a sustentabilidade da agricultura familiar no estado de Mato Grosso... O foco é o desenvolvimento e disseminação de práticas sustentáveis, como recuperação de áreas degradadas, a criação de agroflorestas e o manejo ecológico de pastagens"

"Em 2009, a missão do programa foi atualizada permitindo a incorporação de outras atividades: consiste em contribuir "para a conservação dos recursos naturais através do restauro de áreas alteradas e do fortalecimento da agricultura familiar no estado, construindo formas mais harmônicas de uso da terra, incentivando a diversificação da produção e apoiando a comercialização, primando pela autonomia das comunidades rurais e condições de vida mais justas."

Financiadores: Comissão Europeia (2007-2010), FNMA (2007-2009), MMA/PDA (2005-2008), MAP (2008) e IUCN - NL (2009-2010)

Inclusão Socioambiental

Espaço Vitória

"É a consolidação do trabalho iniciado pelo ICV no bairro Jardim Vitória em 2001, em Cuiabá"

"Em 2009, **apesar da interrupção da principal fonte de recursos**, os trabalhos puderam ser mantidos e o Espaço Vitória contou com a parceria da rede de supermercados Modelo"

Financiadores: Petrobrás Fome Zero (2006-2008) e Instituto HSBC Solidarietà

Comunicação e Educação Socioambiental

"A Comunicação cumpre papel estratégico para a realização dos objetivos e missão do ICV, que se tornou referência nacional na comunicação ambiental do estado de Mato Grosso. Contribui para a conscientização dos diversos públicos com que o ICV se relaciona em relação aos temas socioambientais"

www.icv.org.br

www.estacaovida.org.br

www.agroambiente.org.br
 Financiador: FNMA (2006-2008)

Equipe

dez 2009: 34 colaboradores

"O quadro de colaboradores cresceu em 2008 com relação a 2007, seguindo a ampliação das atividades do ICV, porém teve uma retração em 2009, por dois motivos: i) a interrupção de um importante financiamento às atividades do Espaço Vitória, que impôs a demissão da maior parte dessa equipe no início de 2009, ano em que o Espaço continuou em modo de funcionamento mínimo; e ii) a reformulação de nossas atividades no campo da Conservação e Áreas protegidas, acompanhada pela saída de dois colaboradores desse programa. As novas contratações realizadas nos demais programas no período compensaram só parcialmente essas demissões"

**INSTITUTO DO HOMEM E DO MEIO
AMBIENTE DA AMAZÔNIA**

ANO 1999 – 2000

- * a palavra **clima/climática** (relativa às MC) aparece **2** vezes neste relatório
- * a palavra **manejo florestal** aparece **26** vezes neste relatório
- * a palavra **políticas públicas não** aparece neste relatório

ANO DE FUNDAÇÃO: julho/ 1990

"Nos últimos dez anos, o Imazon produziu um grande volume de informações sobre as atividades de uso do solo na Amazônia. A partir da documentação detalhada dessas atividades expandimos nossa atuação para a proposição de políticas públicas que possam resultar em usos mais sustentáveis dos recursos naturais da região. Além disso, o Imazon tem sido uma escola prática para dezenas de jovens que iniciam suas carreiras fazendo pesquisa no Instituto"

Quais são as tendências de ocupação e uso dos recursos naturais na região?

É possível gerar uma economia forte sem prejuízos ambientais?

Quais são os obstáculos para a implementação de alternativas sustentáveis para a região?

Primeiro, na maior parte da região, o manejo florestal é a melhor opção econômica. Segundo, a agropecuária pode desempenhar um papel importante na economia se realizada de forma intensiva e nas áreas com melhor aptidão agrícola (considerando-se clima, relevo e solos). Terceiro, há viabilidade para a ampliação e consolidação de uma ampla rede de Florestas Públicas na Amazônia. Além disso, a proteção de ecossistemas representativos através da criação de Parques e Reservas Biológicas é essencial para a conservação da floresta. Finalmente, políticas que reduzem artificialmente a disponibilidade de terra (por exemplo, criação das Unidades de Conservação, zoneamento econômico-ecológico etc.) ocasionarão a intensificação do uso do solo.

"CONTEXTO AMAZÔNICO"

"A floresta forma um enorme depósito de carbono, que, se liberado para atmosfera, pode afetar severamente o clima regional e global."

MISSÃO

O Imazon é uma instituição independente de pesquisa cuja missão é gerar e disseminar conhecimento estratégico sobre o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia. O Instituto foi fundado em 1990, e sua sede fica na região metropolitana de Belém, Pará.

ATIVIDADES

Pesquisa aplicada sobre os problemas de uso dos recursos naturais

(i) diagnóstico das atividades de uso do solo (exploração madeireira, pecuária, agricultura, mineração e extrativismo); (ii) desenvolvimento de métodos para avaliação e monitoramento das atividades de uso do solo; (iii) realização de projetos demonstrativos; (iv) análise de políticas públicas sobre o uso do solo; e (v) elaboração de cenários e modelos de desenvolvimento sustentável para essas atividades.

Formação profissional

Disseminação ampla dos estudos

Em dez anos de existência o Imazon publicou 10 livros e mais de uma centena de trabalhos técnicos, dos quais 59 foram submetidos e/ou publicados em revistas científicas internacionais indexadas

PROJETOS

1. Cenários de Ocupação da Amazônia Legal
2. Pólos Madeiros
3. Mercado de Madeira e Estratégias para a Certificação Florestal no Brasil
4. Ecologia e Manejo Florestal
5. Projeto Mogno
6. Sinergia
7. Manejo Florestal Comunitário
8. Indicadores de Sustentabilidade
9. Monitoramento e Controle da Exploração de Madeira e o Desmatamento
10. Monitoramento de Áreas de Exploração Madeireira na Amazônia

"A exploração de madeira provoca grandes mudanças na cobertura florestal da Amazônia. Essas mudanças têm consequências sobre a biodiversidade, **clima regional e global e economia da região."**

11. Projeto TREES (Tropical Ecosystem Environment Observations by Sarellite)

ARTIGOS DE REVISTAS E CAPÍTULOS DE LIVROS

Biomassa de Cipós. 2000. Journal of Tropical Ecology

As Florestas e o Setor Florestal no Brasil. 2000. World Bank.

Usando a Variabilidade da Reflectância da Vegetação para Identificação de Espécies Arbóreas. 2000. International Journal of Remote Sensing.

A Distribuição Espacial do Crédito do FNO no Estado do Pará. 2000. Fase.

Caracterização dos Produtores Familiares pelo FNO - Especial nos Sistemas de Produção Familiar do Estado do Pará. 2000. Fase

O Grande Incêndio de Roraima. 2000. Ciência Hoje.

Empobrecimento Oculto da Floresta Amazônica. 2000. Nature e Ciência Hoje
 O Efeito do Fogo na Estrutura, Biomassa e Composição das Espécies Arbóreas nas Florestas da Amazônia Oriental. 1999. Biotropica.
 Um Modelo de Planejamento em Paragominas. 1999. Columbia University Press.
 Dinâmica de Fogo em Floresta Tropical. 1999. Science.

LIVROS

Amazônia Sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural (2000).
 Floresta para Sempre: um manual para a produção de madeira na Amazônia (2000).
 Identificação de Áreas com Potencial para a Criação de Florestas Nacionais na Amazônia Legal. (2000).
 Acertando o Alvo (1999).
 O Setor Madeireiro no Amapá: situação atual e perspectivas para o desenvolvimento sustentável (1999).

1999

Fundação Ford
 WWF-Usaid
 Governo do Amapá/MMA/PPG7
 MCT-Finep/PPG7
 Banco Mundial
 Comissão Européia/Joint Research Center
 Governo do Acre/SPRN/PPG7

2000

WWF-Usaid
 Fundação Ford
 MCT-Finep/PPG7
 Embaixada do Reino dos Países Baixos
 Governo do Acre/SPRN/PPG7
 Comissão Européia/Joint Research Center
 Governo do Amapá/MMA/PPG7
 Woods Hole Research Center
 GTZ
 ProManejo/Ibama/PPG7
 Banco Mundial

ANO 2001 – 2002

- * a palavra **clima/climática** (relativa às MC) aparece **2** vezes neste relatório
- * a palavra **manejo florestal** aparece **59** vezes neste relatório
- * a palavra **políticas públicas** aparece **12** vezes neste relatório

O Imazon é uma instituição independente de pesquisa, cuja missão é gerar e disseminar conhecimento estratégico sobre o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia. O Instituto foi fundado em 1990 e está localizado na região metropolitana de Belém (Pará).

Prêmio do Programa de Meio Ambiente da USAID

O prêmio é entregue anualmente e, nos últimos dez anos, priorizou a contribuição com atividades que reduzam os riscos de **mudanças climáticas globais**. *(sendo que neste caso, o IMAZON ganhou o prêmio por sua "contribuições no âmbito do manejo florestal")*

ATIVIDADES

(i) Pesquisa aplicada sobre os problemas de uso dos recursos naturais

- a) diagnóstico das atividades de uso do solo, com destaque para exploração madeireira, pecuária, agricultura, mineração e extrativismo;
- b) desenvolvimento de métodos para avaliação e monitoramento das atividades de uso do solo;
- c) realização de projetos demonstrativos;
- d) análise e formulação de políticas públicas sobre o uso do solo;
- e) elaboração de cenários e modelos de desenvolvimento sustentável para as atividades de uso do solo;
- f) desenvolvimento de indicadores para avaliar a qualidade de vida urbana na Amazônia.

(ii) Formação de profissionais com abordagem empírica, multidisciplinar e analítica

(iii) Ampla disseminação das informações geradas na pesquisa.

"Entretanto, nos últimos quatro anos, o Instituto passou a valorizar também a formulação e o apoio à implementação de **políticas públicas**. Além disso, o Imazon tem assessorado o setor público na elaboração e implantação dessas políticas."

(iv) APOIO À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FLORESTAIS NA AMAZÔNIA

- (a) análise e sugestões para a solução de problemas de uso da terra na Amazônia;
- (b) colaboração com o governo federal (MMA) e governos de alguns Estados da Amazônia (Acre, Amapá, Amazonas e Pará) no desenvolvimento de estudos estratégicos e experiências piloto nas áreas de manejo florestal, controle e monitoramento da cobertura vegetal e zoneamento econômico-ecológico
- (c) apoio à elaboração de programas de desenvolvimento florestal sustentável

PROJETOS

1. Cenários de Ocupação e Mudanças na Cobertura Vegetal na Amazônia

(i) cenários da soja, (ii) cenários da pecuária, (iii) análise dos determinantes de fogo, (iv) crescimento e falência dos municípios na Amazônia e (v) monitoramento da exploração madeireira na Amazônia.

Financiadores: Fundação Ford, Fundação William & Flora Hewett

2. Ecologia e Manejo Florestal

- (a) Ecologia de espécies madeiras na Amazônia, (b) Ecologia e manejo de cipós na exploração madeira, (c) ecologia e Manejo do Mogno
(d) Projeto Piloto de Manejo Florestal em Paragominas

Financiadores: WWF, Usaid, PPD-PPG7, MMA, Serviço Florestal dos EUA, The Overbook Foundation & International Plant Genetic Resources Institute

3. Política e Economia Florestal

- (a) Apoio ao manejo florestal, (b) Florestas Nacionais, (c) Pólos Madeiros, (d) Mercado e potencial para certificação florestal,
(e) Diagnóstico e aperfeiçoamento do controle de desmatamento e da exploração de madeira na Amazônia

Financiadores: Fundação Avina, Fundação William & Flora Hewlett, CTZ e do Reino dos Países Baixos

4. Florestas Sociais

Financiadores: The Overbook Foundation, USAID

5. Qualidade de Vida Urbana na Amazônia

Financiadores: Fundação Conservation Food & Health, Fundação Ford e Fundação William & Flora Hewlett

6. Projeto Especial: Manejo Florestal Comunitário

- (a) Apoio técnico ao projeto de valorização dos recursos madeiros pela agricultura familiar
(b) Construção de modelos de acompanhamento para organizações florestais de base social no Brasil e América Latina
(c) Participação em processos e formulação de políticas

Financiadores: GTZ, WWF, Fundação Ford

2001

Fundação Ford
WWF - USAID
Fundação William & Flora Hewlett
Cooperação Técnica Alemã - GTZ
Promanejo / Ibama
The World Bank
Cifor
Comissão Europeia

2002

Fundação Ford
WWF - USAID
Fundação William & Flora Hewlett
Fundação Avina
Ministério do Meio Ambiente
Finep - PPG-7
Cifor
Governo do Acre

The Conservation Food/and Health Foundation
 Universidade da Califórnia
 Governo do Acre
 University of East Anglia - ODG
 USAID
 Woods Hole Research Center
 Embaixada do Reino dos Países Baixos

Promanejo / Ibama
 World Resources Institute
 Embaixada do Reino dos Países Baixos
 USAID
 Overbrook Foundation
 Cooperação Técnica Alemã - GTZ

ANO 2003 - 2004

- * a palavra **clima/climática** (relativa às MC) **não** aparece neste relatório
- * a palavra **manejo florestal** aparece **31** vezes neste relatório
- * a palavra **políticas públicas** aparece **15** vezes neste relatório

Nova Secretaria Executiva após 6 anos com mesmo secretário executivo e vice-secretário

"O Imazon é uma instituição de pesquisa, sem fins lucrativos, cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, disseminação de informações, apoio à formulação de políticas públicas e formação profissional.

O Instituto foi fundado em 1990, e sua sede fica na região metropolitana de Belém, Pará.

ATIVIDADES

Pesquisa

"Diagnóstico das atividades de uso do solo com destaque para exploração madeireira, extrativismo não-madeireiro, pecuária, agricultura e mineração; desenvolvimento de técnicas de sensoriamento remoto para avaliar e monitorar as atividades de uso do solo; realização de projetos demonstrativos; análise de políticas públicas de uso dos recursos naturais; qualidade de vida urbana; e elaboração de cenários de desenvolvimento sustentável para essas atividades."

Disseminação

Políticas Públicas

"O Imazon tem sido cada vez mais requisitado para contribuir com a formulação de políticas públicas nas áreas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais e qualidade de vida urbana na Amazônia."

Formação Profissional

PROGRAMAS

1. Monitoramento de Paisagem

- Detecção de Riscos Ambientais
- Mapeamento de Áreas de Desmatamento
- Mapeamento da Exploração Madeireira
- Mapeamento de Tipologias Florestais
- Mapeamento de Estradas

Financiadores: Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação Ford e USAID

2. Cenários de Ocupação

- (i) mapear os pólos agropecuários da Amazônia;
- (ii) diagnosticar os impactos desses pólos no meio ambiente e na socioeconomia regional;
- (iii) modelar a ocupação futura e os possíveis impactos desses pólos sobre os recursos naturais.

Componentes:

Pecuária

Fogo

"Boom-colapso"

Financiadores: USAID, Fundação Ford e Fundação William & Flora Hewlett

3. Política e Economia Florestal

- Manejo e Certificação Florestal
- Florestas Nacionais
- Pólos Madeiros
- Direitos Ambientais

Financiadores: Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação Avina, Fundação William & Flora Hewlett, WWF/DFID, GTZ e Embaixada do Reino dos Países Baixos

4. Ecologia e Manejo Florestal

- Ecologia de Espécies Madeiras
- Manejo Florestal
- Ecologia e Manejo de Cipós
- Modelagem Florestal

Financiador: USAID

5. Floresta e Comunidade

"Se propõe a documentar, analisar, assessorar e promover o intercâmbio das iniciativas de manejo florestal em base comunitária na Amazônia BR."

Lições sobre Manejo Comunitário

Comunidades e Mercados

Financiadores: Fundação Ford, USAID e GTZ

6. Cidades Sustentáveis

Financiadores: Fundação Avina, Fundação Ford e Fundação William & Flora Hewlett

EVENTOS

Brasil Certificado - Feira de Produtos Certificados FSC

Oficina de Manejo Comunitário e Certificação Florestal na América Latina

Seminário Internacional de Gestão de Florestas Públicas: Experiências e Lições para o Brasil

Forum de Florestas, Gestão e Desenvolvimento: Opções para a Amazônia

Seminário de Certificação Florestal na Amazônia: Avanços e Oportunidades

2003

Governo do Acre

Cifor

CI

Embrapa (Dendrogene)

Fundação Hewlett

Fundação Ford

WRI

Promanejo-Ibama

LBA-Nasa

PFCA

WWF

GTZ

Usaid

2004

Governo do Acre

Imaflora

IEB

LBA-Nasa

Embrapa (Dendrogene)

Cifor

Embaixada da Holanda

GTZ

Fundação AVINA

WWF

Fundação Ford

Fundação Hewlett

Usaid

Fundação Moore

ANO 2005 – 2006

- * a palavra **clima/climática** (relativa às MC) **não** aparece neste relatório (a palavra **carbono** aparece **2** vezes)
- * a palavra **manejo florestal** aparece **50** vezes neste relatório
- * a palavra **políticas públicas** aparece **20** vezes neste relatório

"O Imazon é uma instituição de pesquisa sem fins lucrativos e com qualificação de Oscip, cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional."

ADMINISTRAÇÃO

"O Imazon tem avançado de forma crescente nos processos de transparência institucional. Esse avanço é resultado da contratação e capacitação de funcionários, aperfeiçoamento dos controles internos e do setor de Recursos Humanos, da implantação do sistema financeiro-contábil e intranet e do padrão internacional de auditoria."

VALORES

Sustentabilidade

"No âmbito interno do Instituto, incluem reduzir as pegadas ecológicas e neutralizar as **emissões de carbono** de suas atividades"

Ética

Abordagem Científica

Excelência na Qualidade

VISÃO

"A Amazônia será uma região com biodiversidade e funções ecológicas conservadas e atividades econômicas sustentáveis e socialmente justas, garantindo qualidade de vida às populações."

ATIVIDADES

Pesquisa

diagnóstico socioeconômico dos usos do solo na Amazônia;

desenvolvimento de métodos para avaliação e monitoramento desses usos;

realização de projetos demonstrativos;

análise de políticas públicas de uso do solo;

elaboração de cenários e modelos de desenvolvimento sustentável para essas atividades econômicas

Disseminação
Políticas Públicas
Formação Profissional

PROGRAMAS

Monitoramento da Paisagem

Detecção de riscos ambientais
 Mapeamento de áreas desmatadas
 Mapeamento da exploração madeireira
 Mapeamento de Tipologias florestais
 Mapeamento de estradas

Financiadores: Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação Ford e USAID

Cenários de Ocupação

- (i) mapear os pólos agropecuários da Amazônia;
- (ii) diagnosticar os impactos desses pólos no meio ambiente e na socioeconomia regional;
- (iii) modelar a ocupação futura e os possíveis impactos desses pólos sobre os recursos naturais.

Componentes:

Pecuária

Fogo

"destruição de extensas áreas de floresta e emissão de carbono para a atmosfera"

Pressão Humana na Amazônia

Situação Fundiária na Amazônia

Financiadores: USAID, Fundação Ford e Fundação Gordon & Betty Moore, Banco Mundial

Política e Economia Florestal

Aliança Consumo Sustentável
 Avaliação de manejo florestal modular
 O estado da Amazônia
 Florestas Nacionais e Estaduais
 Pólos Madeireiros
 Direito Ambiental

Financiadores: Fundação Gordon & Betty Moore, União Européia, ITTO e Embaixada do Reino dos países Baixos

Cidades Sustentáveis

Financiador: Fundação Avina

Florestas e Comunidades

Consórcio comunidades e florestas

Mercado Comunitário

Manejo por pequenos produtores

Lições sobre o Manejo Comunitário

Financiadores: União Europeia, USAID, Inco e GTZ

Ecologia e Manejo Florestal

Ecologia de espécies madeiras

Monitoramento de florestas exploradas

Modelagem Florestal

Financiadores: USAID

RESULTADOS

Estabelecimento do Programa Transparência Florestal/ Boletim Transparência Florestal

Apoio à criação de Unidades de Conservação no Pará

Apoio à criação de Unidades de Conservação na BR-163

Direito Ambiental

Estudo sobre a pecuária

Ameaça sobre áreas protegidas

Monitoramento da Paisagem

Florestas e Comunidades

Mogno Legal

Lista de espécies ameaçadas de extinção do Estado do Pará

2005

FUNDAÇÃO GORDON & BETTY MOORE

USAID/IEB

UNIÃO EUROPÉIA

FUNDAÇÃO DAVID & LUCILE PACKARD

2006

FUNDAÇÃO GORDON & BETTY MOORE

USAID/IEB

FUNDAÇÃO AVINA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

FUNDAÇÃO AVINA
 UNIÃO EUROPÉIA/AMIGOS DA TERRA - AMAZÔNIA BRASILEIRA
 FUNDAÇÃO FORD - ESCRITÓRIO DO BRASIL
 ALBERT LUDWIGS UNIVERSITÄT FREIBURG
 WWF - BRASIL
 ITTO
 PNUD
 GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
 EMBAIXADA DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS
 TNC
 GTZ
 EMBRAPA
 CIFOR

FUNDAÇÃO FORD - ESCRITÓRIO DO BRASIL
 UNIÃO EUROPÉIA/AMIGOS DA TERRA - AMAZÔNIA BRASILEIRA
 BANCO MUNDIAL
 EMBAIXADA DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS
 BANCO DA AMAZÔNIA S/A
 ITTO
 WRI
 SEMA
 SOS AMAZÔNIA

ANO 2007

- * a palavra **clima/climática** (relativa às MC) **não** aparece neste relatório
- * a palavra **manejo florestal** aparece **56** vezes neste relatório
- * a palavra **políticas públicas** aparece **20** vezes neste relatório

"O Imazon é uma instituição de pesquisa sem fins lucrativos e com qualificação de Oscip, cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional. O Imazon foi fundado em 1990 e tem a sua sede em Belém, Pará."

VALORES

Sustentabilidade
 Ética
 Uso do Método Científico
 Excelencia na Qualidade

VISÃO

"A Amazônia como uma área onde a biodiversidade, a cobertura florestal e os serviços ambientais associados estarão conservados e o desenvolvimento sustentável será implantado de modo a garantir condições de vida dignas para todos os habitantes da região."

FUNDAÇÃO

breve histórico sobre o "nascimento" do Imazon
contribuições do Imazon nos últimos 17 anos

ATIVIDADES

Pesquisa

diagnóstico socioeconômico dos usos do solo na Amazônia;
desenvolvimento de métodos para avaliação e monitoramento desses usos;
realização de projetos demonstrativos;
análise de políticas públicas de uso do solo;
elaboração de cenários e modelos de desenvolvimento sustentável para essas atividades econômicas

Disseminação

Políticas Públicas

ordenamento territorial
criação e implementação de unidades de conservação
aperfeiçoamento dos sistemas de comando e controle melhoria na aplicação da Lei de Crimes Ambientais
instrumentos de fomento
recomendações para o licenciamento ambiental
normas técnicas de manejo florestal

Formação Profissional

PROGRAMAS

Monitoramento da Paisagem

Deteção de riscos ambientais
Mapeamento de áreas desmatadas
Mapeamento da exploração madeireira
Mapeamento de Tipologias florestais
Mapeamento das estradas

Financiadores: Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação David & Lucile Packard, USAID, Fundação AVINA, Embaixada do Reino dos Países Baixos, Serviço Florestal Norte-Americano

Política e Economia Florestal

Aliança Consumo Sustentável

SAMFLOR

Apoio à implantação de Flotas no Pará

Pólos Madeiros

Financiadores: Fundação Gordon & Betty Moore, Comissão Europeia e ITTO

Parcerias: AdT, Ecoflorestal, **Imaflora**, PFCA, reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Sema Pará

Florestas e Comunidades

Consórcio comunidades e florestas

Mercado Comunitário

Manejo por pequenos produtores

Lições sobre o Manejo Comunitário

Monitoramento das Comunidades Tradicionais

Financiadores: União Europeia, USAID, Inco e Sebrae

Parceria: IEB, Fase, Cifor, Ufra, CSF Brasil e Kanindé

Transparência Florestal

"contribuir para a redução do desmatamento ilegal na Amazônia por meio do monitoramento independente do desmatamento"

Monitoramento

Imazongeo

Disseminação

Financiadores: Fundação Lucile & David Packard, Fundação AVINA, Fundação Gordon & Betty Moore, Embaixada do Reino dos Países Baixos

Parceria: ICV

PROJETO ESPECIAL: BELÉM SUSTENTÁVEL

Diagnóstico Belém Sustentável

Exposição Belém Sustentável

Site Belém Sustentável

Financiadores: Fundação AVINA, Companhia Vale, Sol Informática, Banco da Amazônia, Clínica Lobo e Cikel Brasil Verde S.A.

PROGRAMAS CONCLUÍDOS EM 2007 (não há explicações de porquê)

Cenários de Ocupação da Amazônia

de 1997 a 2007

Trabalharam na equipe: **Brenda Brito**, Carlos Souza Jr, Paulo Barreto, Adalberto Veríssimo e outros

Apoio entre 1997 e 2007: *Usaid, Fundação Ford, Fundação Betty & Gordon Moore, Banco Mundial; Fundação William & Flora Hewlett.*

"A partir de 2008, os vetores e impactos da ocupação humana na Amazônia (exploração de madeira, agricultura, pecuária etc.) serão tratados de forma transversal entre os diversos programas do Imazon."

Ecologia e Manejo Florestal

desde 1992 a 2007

Apoio entre 1992 e 2007: *Cifor, Governo do Amapá, CITES, Dendrogene-Embrapa, DFID, WWF, GTZ, IEB, Imaflores, IPGRI, PFCA, MMA, Overbrook, ProManejo/LASAT, Rainforest Alliance, IICA, Usaid.*

RESULTADOS

Transparência Florestal

Monitoramento de Áreas Protegidas

Parceria AMAZON/MPE/PA e MPF

Apoio ao TCU

Manejo Florestal Comunitário

Guia para manejo Florestal Comunitário

Fórum Amazônia Sustentável

Calha Norte

Capacitação

Pacto pelo fim do desmatamento na Amazônia

2007

Gordon and Betty Moore Foundation

Commission of the European Communities

IEB - Instit. Internacional de Educação do Brasil

David and Lucile Packard Foundation

Instituto de Meio Ambiente do Acre

Avina Stiftung Foundation

ITTO - International Tropical Timber Organization

ADT - Amigos da Terra

Banco Mundial

Embaixada do Reino dos Países Baixos

ANO 2008

* a palavra **clima/climática** (relativa às MC) aparece **8** vezes neste relatório

* a palavra **manejo florestal** aparece **34** vezes neste relatório

* a palavra **políticas públicas** aparece **16** vezes neste relatório

fim de uma secretaria executiva, início da gestão de Brenda Brito

"salto de qualidade significativo no setor de Administração do Imazon, o que possibilitou ao Instituto obter e gerir novas fontes de recursos e aumentar seu orçamento anual"

O Imazon é um instituto de pesquisa cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas disseminação ampla de informações e formação profissional. O Instituto é uma associação sem fins lucrativos e qualificada pelo Ministério da Justiça do Brasil como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). O Instituto foi fundado em 1990 e sua sede fica em Belém, Pará.

ATIVIDADES

Pesquisa

- diagnóstico socioeconômico, político e institucional dos usos do solo na Amazônia;
- desenvolvimento de métodos para avaliação e monitoramento desses usos;
- realização de projetos demonstrativos;
- elaboração de cenários e modelos de desenvolvimento sustentável para essas atividades econômicas

Disseminação

Políticas Públicas

- ordenamento territorial
- criação e implementação de unidades de conservação
- aperfeiçoamento dos sistemas de comando e controle **com ênfase na monitoração com imagens de satélite**
- instrumentos de fomento
- apoio à elaboração e execução de políticas de promoção do manejo florestal empresarial e comunitário
- melhoria na aplicação da Lei de Crimes Ambientais
- recomendações para o licenciamento ambiental

Formação Profissional

VALORES

Sustentabilidade

Ética

Uso do Método Científico

Excelência na Qualidade

VISÃO

A Amazônia como uma área onde a biodiversidade, a cobertura florestal e os serviços ambientais associados estarão conservados e o desenvolvimento sustentável será implantado de modo a garantir condições de vida dignas para todos os habitantes da região.

PROGRAMAS

Monitoramento da Amazônia

- Detecção de Riscos Ambientais
- Mapeamento de áreas desmatadas
- Mapeamento da exploração madeireira
- Mapeamento de Tipologias florestais
- Mapeamento das estradas

Financiadores: Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação David & Lucile Packard, USAID, Fundação AVINA, Embaixada do Reino dos Países Baixos, Serviço Florestal Norte-Americano

Política e Economia Florestal

- Pólos Madeiros
- Pólos Moveleiros
- Flonas & Flotas
- SAMFLOR

Financiadores: Fundação Gordon & Betty Moore, Comissão Européia, ITTO, Serviço Florestal Brasileiro e Sebrae

Parcerias: AdT, **Imaflora**, PFCA, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Sema Pará

Florestas e Comunidades

Financiadores: **ICCO**, União Européia, USAID, Inco e Sebrae

Parceria: IEB, **Imaflora**, Fase, Cifor, Ufra, CSF Brasil, Kanindé, Radio Clube do Pará e Universidade de Freiburg

Transparência Florestal

"contribuir para a redução do desmatamento ilegal na Amazônia por meio do monitoramento independente do desmatamento"

Financiadores: Fundação Lucile & David Packard, Fundação AVINA, Fundação Gordon & Betty Moore, Embaixada do Reino dos Países Baixos

Parceria: MT - Sema, MPE, PA - Sema, MPF, MPE Roraima e Amapá e ICV

PROJETO ESPECIAL: BELÉM SUSTENTÁVEL

Financiadores: Fundação AVINA, Companhia Vale, Sol Informática, Banco da Amazônia, Clinica Lobo e Cikel Brasil Verde S.A.

RESULTADOS

Pesquisa

- Geometria das Estradas na Amazônia

Dinâmica do Desmatamento
 Crimes Ambientais
 Monitoramento do Desmatamento via Satélite no Acre
 Manejo Florestal Comunitário

Políticas Públicas

Parceria com Ministérios Públicos para o Monitoramento de Áreas Protegidas
 Calha Norte
 Floresta do Noroeste de Mato Grosso
 Paragominas: Município Verde
 Pacto pela Madeira Legal e Sustentável
 Cooperação Técnica com o Instituto de Terras do Pará
 Restrição de Crédito Florestal
 Aplicação de Leis contra crimes ambientais
 Regularização Fundiária
 Assembléia Legislativa do Pará
 Revisão do Plano Diretor de Belém

Disseminação

Evento

"Em 2008 pesquisadores do Imazon coorganizaram e/ou palestraram ... (junto à) especialistas responsáveis por avaliar o impacto das iniciativas florestais contra as **mudanças climáticas**, entre outros."

Palestra e Seminário

"Em setembro, Paulo Barreto palestrou sobre “Regularização fundiária na Amazônia brasileira” para especialistas envolvidos na Iniciativa Internacional da Noruega para Florestas e **Clima**. A iniciativa visa criar modelos para o desenvolvimento e execução de programas de redução de emissões de gases do efeito estufa derivados de desmatamento e degradação florestal."

FÓRUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Seminários “Instrumentos Econômicos para uma Amazônia Sustentável” e “Ciência e Tecnologia em tempos de **Mudança Climática**”

PUBLICAÇÕES

Congresso

Brito, B. Conexões entre responsabilização ambiental na Amazônia e combate às **mudanças climáticas**: um estudo de caso em Mato Grosso. 13º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental.

Livro

A Pecuária e o Desmatamento na Amazônia na Era das **Mudanças Climáticas**. Barreto, p., pereira, R. & Arima, E. 2008 Imazon.

"O ano foi encerrado com a entrega do prêmio Chico Mendes 2008 para o imazon, na categoria organização não Governamental. O prêmio é um reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente à iniciativa do Instituto de fornecer dados rápidos e seguros a respeito do desmatamento em Áreas protegidas para o Ministério público Federal."

2008

ADT - Amigos Da Terra

Aimex

CI - Conservation International

Comissão Europeia

Departamento de Agricultura - Serviço Florestal Americano

Fundação Avina

Fundação Blue Moon

Fundação David e Lucile Packard

Fundação Ford

Fundação Gordon e Betty Moore

Fundação Icco

IEB - Inst. Internacional de Educação Do Brasil

OIMT - Organização Internacional de Madeiras Tropicais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Sema

TNC - The Nature Conservancy

Universidade do Estado de South Dakota

Vale

ANO 2009

* a palavra **clima/climática** (relativa às MC) aparece **64** neste relatório

* a palavra **manejo florestal** aparece **60** vezes neste relatório

* a palavra **políticas públicas** aparece **23** vezes neste relatório

"No início de 2009 foram criados dois novos programas de pesquisa: Direito e Sustentabilidade e o **programa de Mudanças Climáticas**. Ambos são resultados de um processo de mais de um ano de debates institucionais sobre as prioridades do Instituto"

"O programa de **Mudanças Climáticas** resultou da identificação de desafios existentes na Amazônia para reduzir emissões de gases do efeito estufa do desmatamento e degradação florestal e para avançar no sequestro de carbono na região. Esse programa foi elaborado a partir **do acúmulo de experiências do Imazon**, que já era considerado um centro de referência em estudos para redução de desmatamento na Amazônia. Porém, ele inova ao incluir entre seus objetivos o **desenvolvimento e aplicação de metodologias para monitoramento de emissão** de carbono pela perda de áreas florestais, expansão desse conhecimento para outros países de floresta tropical e apoio para o aumento **de transparência e de eficiência na governança de iniciativas para redução de emissões** por desmatamento e degradação florestal (REDD)."

ATIVIDADES

Pesquisa

- diagnóstico socioeconômico, político e institucional dos usos do solo na Amazônia;
- desenvolvimento de métodos para avaliação e monitoramento desses usos;
- realização de projetos demonstrativos;
- elaboração de cenários e modelos de desenvolvimento sustentável para essas atividades econômicas

Disseminação

Políticas Públicas

- ordenamento territorial
- criação e implementação de unidades de conservação
- aperfeiçoamento dos sistemas de comando e controle **com ênfase na monitoração com imagens de satélite**
- instrumentos de fomento
- apoio à elaboração e execução de políticas de promoção do manejo florestal empresarial e comunitário
- melhoria na aplicação da Lei de Crimes Ambientais
- recomendações para o licenciamento ambiental
- apoio à formulação da política brasileira de mudanças climáticas**

Formação Profissional

VALORES

Sustentabilidade

Ética

Uso do Método Científico

Excelência na Qualidade

VISÃO

A Amazônia como uma área onde a biodiversidade, a cobertura florestal e os serviços ambientais associados estarão conservados e o desenvolvimento sustentável será implantado de modo a garantir condições de vida dignas para todos os habitantes da região.

PROGRAMAS

Política e Economia Florestal

- Pólos Madeiros
- Pólos Moveleiros
- Flonas & Flotas
- SAMFLOR

Financiadores: Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação Vale, Comissão Européia, OIMT, Vale, Serviço Florestal Brasileiro, Serviço Florestal dos Estados Unidos e Sebrae

Parcerias: AdT, CI, **Imaflora**, GTZ, MPEG, PFCA, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Sema e Ideflor - Pará

Monitoramento da Amazônia

- Mapeamento das estradas
- Mapeamento de áreas desmatadas
- Mapeamento da exploração madeireira
- Modelagem espacial

Financiadores: Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação David & Lucile Packard, USAID, Fundação AVINA, Fundação Vale, Embaixada do Reino dos Países Baixos, Serviço Florestal Norte-Americano

Florestas e Comunidades

- Apoio ao manejo florestal comunitário e de pequena escala
- Mercados de produtos florestais de origem comunitária
- Monitoramento colaborativo no sul do Amazonas
- Lições sobre situação fundiária

Financiadores: União Européia, USAID, Fundo Vale e Sebrae

Parceria: IEB, **Imaflora**, Fase, Cifor, CSF Brasil, Kanindé, Radio Clube do Pará e ACT

Mudanças Climáticas

"As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios ambientais do século XXI"

O objetivo do programa é **contribuir com a redução de emissões e com o sequestro de carbono na Amazônia brasileira**. Em termos específicos o programa visa:

- (1)** contribuir para a implementação, o aumento de transparência e de eficiência na governança de iniciativas para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD) na Amazônia brasileira;
- (2)** contribuir no monitoramento de emissões de carbono de desmatamento e degradação florestal na região amazônica e com treinamento e transferência dessa tecnologia para países com florestas tropicais
- (3)** estimular o desenvolvimento de mecanismos de pagamento por serviços ambientais, vinculado à mitigação do aquecimento global.

Monitoramento de emissões de carbono

Estudos técnicos para projetos de REDD

Recomposição Florestal

Municípios Verdes

Capacitação

Apoio a política públicas e disseminação

Financiadores: TNC, Norad e CI

Parceiros: ICV, WRI, TNC e CI

Direito e Sustentabilidade

"Para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável na Amazônia será necessário fazer que as leis ambientais e fundiárias sejam coerentes e aplicadas efetivamente"

Avaliação do Desempenho de processos contra crimes ambientais

Disseminação dos processos contra infrações ambientais em áreas protegidas

Análise das políticas de combate ao desmatamento ilegal

Monitoramento e avaliação da implementação de normas sobre ordenamento territorial

Disseminação

Financiadores: Fundação Gordon & Betty Moore, Blue Moon Fund, Governo Britânico e Fundação Ford (Brasil)

PROJETO ESPECIAL: BELÉM SUSTENTÁVEL

Diagnósticos

Exposição Itinerante

Financiadores: x

RESULTADOS

Pesquisa

A Dinâmica do *Boom-colapso* na Amazônia
 ImazonGeo: Ferramenta para o Monitoramento e a Conservação da Amazônia
 Destinos dos Bens Apreendidos
 Uso do Sensoriamento Remoto para quantificar carbono na Amazônia
 LBA - Mudanças nas Taxas e padrões de desmatamento e a exploração seletiva na Amazônia
 Fotografias hemisféricas para avaliar qualidade de manejo florestal
 REDD e a Comunidade Jurídica
 Planejamento Integrado das Ucs da Calha Norte

Políticas Públicas

Acordo de Cooperação Técnica
 Participação do Imazon em Redes
 Programa de Apoio ao Manejo Florestal do Pará
 MP 458
 Ofício para o Conselho de Justiça Federal
 Parceria com Ministério Público para monitoramento de áreas protegidas
 MPF - PA cita dados do Imazon em Ações Cíveis Públicas
 Recomendações do MPF - PA à Sema
 UCs na Calha Norte
 Paragominas: Município Verde 2a. FASE
 Política de preços mínimos para produtos florestais não madeireiros
 Nota contra o desmonte da política ambiental
 Observatório do Clima
 Macro Zoneamento da Amazônia

Disseminação

Preparação para a COP 15

COP 15

"Essa participação marcou a admissão do Imazon como organização observadora oficial na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima."

Fórum Amazônia Sustentável

"Em agosto, o Fórum chegou a Rio Branco (AC) para debater **REDD com os povos da floresta**. Participaram do evento 250 pessoas, representando todos os municípios acreanos. Na ocasião, o governo do Acre anunciou as diretrizes de um programa de incentivo a serviços ambientais"

"REDD foi um tema que recebeu atenção especial do Fórum em 2009"

ANEXO

Documento público: Manifesto por uma posição consistente so governo brasileiro frente à mudança do clima

Assinam: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Apremavi, CI, ECOAR, FBDS, Fundação O Boticário, SOS Mata Atlântica. Greenpeace Brasil, IBio, IEB, Imazon, IPAM, IPE, ISA, Mater Natura, SPVS, TNC, WWF Brasil

2009

ADT - Amigos da Terra
 Associação Vale P/ Desenvolvimento Sustentável
 Avina Stiftung Foundation
 Blue Moon Foundation
 David And Lucile Packard Foundation
 Embaixada Britânica
 Ford Foundation
 Gordon And Betty Moore Foundation
 Ieb - Inst. Internacional De Educação Do Brasil
 Instituto de Meio Ambiente do Acre
 Serv. Apoio às Micro e Peq. Empresas de Rondônia
 Serv. Apoio às Micro e Peq. Empresas do Acre
 Serv. Apoio às Micro e Peq. Empresas do Amazonas
 Serviço Florestal Americano - Usfs
 Serviço Florestal Brasileiro
 South Dakota State University
 TNC - The Nature Conservancy
 United States Depart. of Agriculture Forest Service
 WRI - World Resources Institute

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

ANO 2000

* a palavra **clima/climática** (relativa ao temas das MC) não aparece **nenhuma vez** neste relatório

* a palavra **manejo (agro)florestal/de recursos** aparece **33** vezes neste relatório

* a palavra **políticas públicas** aparece **18** vezes neste relatório

"O ano 2000 traça no ISA uma linha divisória entre o reconhecimento da pertinência da sua linha de ação/intervenção, de um lado, e o enfrentamento da necessidade de se fazer um balanço sobre os alicerces institucionais que sustentam a forma de agir globalmente", que leva a marca da instituição."

ano de consolidação institucional: reconhecimento da importância do papel do ISA no cenário de debate e proposição de ações no campo socioambiental

"Plano Trienal 1999-2001 trouxe alterações significativas na estrutura de operação do ISA, redimensionando sua intervenção em termos de programas regionais e projetos locais, criando novas áreas de atuação e estabelecendo prioridades de trabalho"

conseguiu conquistar seu ambicionado sonho da sede própria

perspectivas de melhorias no sistema de gestão interna:

"A avaliação deverá também subsidiar a elaboração de um Plano de Cargos e Salários ajustado à natureza dos profissionais que vêm para dar o tom à especificidade de nosso trabalho"

Financiadores: NCA, The Ford Foundation, RFN, IIC, NORAD, Embaixada do Reino dos Países Baixos, União Européia

Escritórios: São Paulo, Brasília e São Gabriel da Cachoeira

PROGRAMAS

Brasil Socioambiental

Monitoramento de Terras Indígenas do Brasil, Unidades de Conservação e outras terras da União na Amazônia Legal
Coordenadoria de Políticas Públicas

Financiadores: ICCO, NCA, PNPI/NORAD, EU, RF-US

Rio Negro

Projeto de coordenação/desenvolvimento do Programa

Projeto Apoio ao Fortalecimento Institucional da FOIRN e Associações,

Projeto Diagnóstico Socioambiental preliminar na Bacia do Rio Negro,

Projeto Apoio ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Projetos Comunitários,

Projeto de Educação FOIRN/ISA,

Projeto de Pesquisa convênio ISA/ IRD/CNPQ fatores socioculturais e econômicos de risco para HIV/ tuberculose na região do alto RN,

Projeto de pesquisa Convênio ISA/ IRD manejo dos Recursos biológicos na Amazônia: A diversidade varietal da mandioca

e sua Integração no Sistema de produção

Financiadores: IIZ, ICCO, NCA, RFN, OD, MPEG, IRD, PNPI/Norad, EU, FINEP/MCT, CNPq/MCT, Fundação Ford

Parque Indígena do Xingu

Coordenação/Desenvolvimento do Programa

Projeto Fronteiras do Xingu

Projeto Apoio a Alternativas Econômicas para Etnias Xinguanas

Projeto Capacitação e Fortalecimento da Associação Terra indígena Xingu (ATIX)

Projeto Formação de Professores Indígenas do PIX

Financiadores e parceiros: RFN, ICCO, NCA, Fundação Abrinq, Fundação Ford, Secr. Educação MT, MEC, FUNAI, Apacame, Senai,

Ibama, Prodeagro, UNESP, Embaixada Britânica

Direito Socioambiental

Financiadores e parceiros: ICCO, NCA, Fundação Ford, Fundação McArthur, Fundação Levi Strauss, IIZ, CVRD, RFN, BIRD, E-LAW

Mata Atlântica: Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira,

Projeto Intervenção Nacional na Mata Atlântica,

Projeto Mananciais da região Metropolitana de São Paulo,

Projeto Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

Parceiros: Rede de ONGs da mata Atlântica, CNRBMT, Assoc. Quilombo de Ivaporunduva

Financiadores: ICCO, NCA, Fehidro, Fundação Ford, WWF, PD/A, MMA/NAPMA

PROJETOS DE ÁREAS

Panará

Financiadores: ICCO, NCA, EDF, EPM, FUNAI, RFUS, UFMT, Prodeagro

Xikrin

Financiadores: ABN, ICCO, NCA, CVRD, MMA/PPG7, Norad, Fundação Ford, FUNAI

PROJETOS ESPECIAIS

Capacitação em Gestão para Organizações Parceiras Locais do ISA

Financiadores: NCA, ICCO, PNPI/Norad, Fundação Ford

GRUPO DE TRABALHO

Avaliação da Biodiversidade na Amazônia

Projeto Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira.

Financiadores: MMA, CNPq, GEF, Bird, EU, **WWF**, Usaid, RFN

parceiros: IPAM, IMAZON, GTA, CI, ISPN

TEMAS (Rotina que reúne as atividades permanentes de organização, produção e disponibilização de conhecimentos relacionados com temas de interesse do ISA e que tenham caráter estratégico para as questões socioambientais)

Povos Indígenas do Brasil:

Disponibilização de Informações Atualizadas sobre os Povos Indígenas no Brasil via Internet (Site)

Livro - Povos Indígenas no Brasil (1996 a 2000),

Convênio ISA/IRD Projeto Etnopolítica e Ambientalismo na Amazônia:

as organizações indígenas e o desenvolvimento sustentável

Biodiversidade

CAMPANHA

SOS Rio Xingu

Projeto Diagnóstico Socioambiental Preliminar da Bacia do Xingu

Programa/Área	Projetos apresentados	Projetos aprovados	Projetos em negociação	Projetos indeferidos
Biodiversidade (BD)	02	01	01	-
Brasil Socioambiental (BS)	06	04	02	-
Capacitação em Gestão (CG)	02	01	01	-
Comunicação (CO)	01	01	-	-
Desenvolvimento Institucional (DI)	02	01	-	01
Direito Socioambiental (DS)	05	03	02	-
Institucional	06	04	01	01
Mata Atlântica (MA)	09	03	05	01
Panará (PA)	05	03	02	-
Povos Indígenas (PI)	04	03	01	-
Rio Negro (RN)	11	08	01	02
Xikrin (XK)	03	03	-	-
Xingu (XG)	24	11	12	01
Total	80	46	28	06

ANO 2001

* a palavra **clima/climática** (relativa ao temas das MC) aparece **1 vez** neste relatório

* a palavra **manejo (agro)florestal/de recursos** aparece **35 vezes** neste relatório

* a palavra **políticas públicas** aparece **32 vezes** neste relatório

Amplo processo de avaliação institucional, por meio do qual o ISA realizou um diagnóstico da sustentabilidade de sua proposta, em termos organizacionais e financeiros, propondo reformulações, redimensionamentos e aprimoramentos

Propusemos consolidar, junto às nossas principais fontes de financiamento, o conceito de **ação global** para os projetos do ISA, através do qual os diferentes aspectos de cada questão são contemplados e abordados de forma integrada.

Conseguimos financiamento para o monitoramento e a proposição de alternativas a políticas públicas e para a defesa dos direitos coletivos e difusos do meio ambiente, **superando a tendência do mercado de priorizar apenas projetos localizados**, freqüentemente com resultados isolados do contexto regional e nacional. Também avançamos na perspectiva, apresentada desde a fundação do ISA, de buscar cada vez mais a sustentabilidade política institucionais nacionais e financeira do Instituto a partir de parcerias

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Após dois anos de trabalho envolvendo cerca de 200 cientistas, foi lançado em dezembro de 2001 o **livro Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. A publicação é resultado do projeto de Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios coordenado pelo consórcio formado pelo **ISA, Ipam, GTA, Imazon, ISPN e Conservation International**.

Quanto à avaliação institucional, que foi amplamente participativa e contou com apoio de uma equipe de consultores externos, seu objetivo foi analisar a gestão da instituição, do ponto de vista de suas estruturas de funcionamento e de financiamento, e recomendar alternativas que, embora reafirmem a missão institucional do ISA, reestruturem suas atividades de uma maneira mais operacional, adequando-se ao novo Plano Trienal que está começando. Algumas das propostas e recomendações oriundas da avaliação institucional já estão sendo detalhadas e compartilhadas, e este processo envolveu também uma ampla consulta aos parceiros que nos acompanham ao longo de nossa trajetória.

PROGRAMAS

Brasil Socioambiental: Monitoramento de Áreas Protegidas no Brasil e Pesquisa de Fauna e Flora nessas Áreas
Coordenadoria de Políticas Públicas Socioambientais

Financiadores: Icco e NCA (apoio institucional), Embaixada do Reino dos Países Baixos, Fundação Ford, PNPI/Norad, União Européia, Fundação Rainforest dos Estados Unidos (apoio financeiro)

Direito Socioambiental

Financiadores: Icco e NCA (apoio institucional), MacArthur Foundation, Embaixada do Reino dos Países Baixos, Fundação Ford, Embaixada da Dinamarca, Fundação Rainforest dos EUA, Environmental Law Alliance Worldwide, Fundação Levi Strauss (apoio financeiro)

Programa Mata Atlântica: Projeto de Intervenção Nacional na Mata Atlântica

Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

Projeto Mananciais da região Metropolitana de São Paulo

Projeto Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

Financiadores: Icco e NCA (apoio institucional), Fehidro - Fundo Estadual de Recursos Hídricos, Fundação Ford, WWF, PD/A. Subprograma Projetos Demonstrativos, GTZ, Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Governo Federal, Finep, IIEB, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Instituto Acqua, Associação Quilombo de Ivaporunduva (SP), Zoom Aviação Ambiental, Master Comunicação

Rio Negro: projeto de coordenação/desenvolvimento do Programa

Pesquisa, Documentação e Mapeamento

Projeto Diversidade Social e Saúde na Região do Alto Rio Negro (Amazônia Brasileira)

Projeto Fatores socioculturais e econômicos de risco para HIV/ tuberculose na região do alto Rio Negro

Projeto Diagnóstico Socioamb preliminar na Bacia do RN, Projeto Apoio ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Projetos Comunitários,

Manejo dos Recursos biológicos na Amazônia: A diversidade varietal da mandioca e sua Integração no Sistema de produção

Projeto Saúde , Nutrição e Assentamento (um estudo comparativo de povoados indígenas trad e povoados-missão na área do RN)

Perfil Socioeconômico e Demográfico da população da cidade de São Gabriel da Cachoeira (21/11 a 06/12)

Levantamento Socioeconômico, Demográfico e Sanitário do Povoado de Iauareté

Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

Projeto de Educação FOIRN/ISA

Apoio ao Fortalecimento Institucional da FOIRN e Associações filiadas e ao Aperfeiçoamento de projetos Comunitários

Financiadores: Ibama, CNPq, Coama, Embaixada Britânica, Embaixada da Dinamarca, Embaixada do Reino dos Países Baixos, Finep, FVA, Horizont3000 (Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento/Campanha Aliança pelo Clima), Icco, Inpa, IRD, MCT/Finep, MEC, MMA/FNMA, MPEG, NCA, PNPI/Norad, PWA . Programa Waimiri-Atroari, RFN - Fundação Rainforest da Noruega, Semec . Secretaria Municipal de Educação de S. Gabriel da Cachoeira (AM), União Européia

Programa parque Indígena do Xingu: Coordenação do Programa

Projeto Formação de Professores Indígenas do PIX

Projeto Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis

Projeto Fronteiras do Xingu

Projeto Capacitação e Fortalecimento da Associação Terra indígena Xingu (ATIX)

Financiadores: Icco e NCA (apoio institucional), Fundação Rainforest da Noruega, Fundação Ford, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, Ministério da Educação/Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, FUNAI,

Apacame - Associação Paulista dos Criadores de Abelhas Melíferas, Ibama, Prodeagro . Programa de apoio às iniciativas comunitárias, Unifesp, FNMA/MMA, PPP/GEF/PNUD

PROJETOS DE ÁREAS:

Panará

Financiadores: Icco e NCA (apoio instit), Environmental Defense Fund, Unifesp e FUNAI (parceria), Fundação Rainforest dos EUA, TNC

Xikrin

Financiadores: Associação Indígena Bép-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Cateté (parceria local), Icco, NCA (apoio institucional),

Companhia Vale do Rio Doce, MMA (PPG-7), Programa Norueguês para Povos Indígenas, Fundação Ford, FUNAI, União Europeia, Embrapa, Brumila Norte Industrial Madeireira Ltda, Mata Terraplanagem e Serviços Ltda (parceria), Ibama, Geotec (parceria)

PROJETOS ESPECIAIS

Capacitação em Gestão para Organizações Parceira Locais do ISA
 Rede de Cooperação Alternativa RCA
 Avaliação Institucional

GRUPOS DE TRABALHO

Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira
parceiros: IPAM, IMAZON, GTA, CI, ISPN
 Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas

TEMAS

Povos Indígenas do Brasil

Livro - Povos Indígenas no Brasil (1996 a 2000),
 Disponibilização de Informações Atualizadas sobre os Povos Indígenas no Brasil via Internet (Site)

Biodiversidade

Livro - Biodiversidade: fala também sobre serviços ambientais, entre eles a importância da biodiversidade para a **estabilidade climática**.

CAMPANHAS

Diagnóstico Socioambiental da Bacia do Xingu

ANO 2002 (Plano Trienal 2002 - 2004)

- * a palavra clima/climática (relativa ao temas das MC) aparece **2 vezes** neste relatório
- * a palavra **manejo (agro)florestal/de recursos** aparece **36 vezes** neste relatório
- * a palavra **políticas públicas** aparece **50 vezes** neste relatório

* Apresentou, no final de 2001, uma pauta socioambiental ao então candidato, hoje, presidente da República, que subsidiou

a formulação de programas de diferentes candidaturas e agora orienta a interlocução do ISA com o novo governo. Também elaborou-se uma pauta específica para o Poder Legislativo promovendo discussões com alguns candidatos.

- * O ISA encerrou sua participação no Projeto Xikrin, repassando as atividades para seu parceiro local.
- * O Projeto Especial de Capacitação em Gestão dos Parceiros Locais tornou-se serviço permanente por tratar-se de atividade estratégica para a instituição, à medida que faz a interface entre o trabalho do ISA, o apoio aos programas regionais e locais, e os parceiros com quem trabalhamos em cada área.
- * Deu início ao terceiro Plano, Trienal e está em curso a implementação dos resultados, da Avaliação Institucional, que entre outros, itens definiu uma nova Política de Recursos Humanos e um novo Plano de Cargos e Salários
- * Integração dos Programas Brasil Socioambiental, Direito Socioambiental e o Tema Biodiversidade em Política e Direito Socioambiental (PPDS)
- * Monitoramento de Áreas Protegidas, que fazia parte do programa Brasil socioambiental, tornou-se independente
- * O Programa Mata Atlântica foi desmembrado em dois: Vale do Ribeira e Proteção aos Mananciais de São Paulo.
- * Encerrou sua participação no Projeto Xikrin, repassando as atividades para seu parceiro local
- * O Projeto Especial de Capacitação em Gestão dos Parceiros Locais tornou-se serviço permanente por tratar-se de atividade estratégica para a instituição

PROGRAMAS

Monitoramento de Áreas Protegidas

Monitoramento de Terras Indígenas no Brasil

Monitoramento de Unidades de Conservação no Brasil

Projetos de Pesquisa de Fauna e Flora em Terras Indígenas e Unidades de Conservação no Brasil

Monitoramento de Populações Extrativistas da Amazônia Legal

Financiadores: PNI/Norad, EU, MMA

Programa Política e Direito Socioambiental

Programa Direito Socioambiental

Coordenadoria de Políticas Públicas Socioambientais

Biodiversidade

Financiadores: MacArthur Foundation, Embaixada do Reino dos Países Baixos, Fundação Ford, Embaixada da Dinamarca,

Fundação Rainforest dos Estados Unidos, Fundação Rainforest da Noruega, WWF Brasil, MMA (parceria)

"O ISA organizou ainda, junto como **Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)** e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) o único side event brasileiro oficial sobre Experiências na Conferência de Governança e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, **Proteção de Biodiversidade e Sistemas Climáticos Globais e Regionais**"

Esse fortalecimento incluí a reincorporação do Márcio Santilli, do Conselho Diretor do ISA, à equipe permanente de Brasília, o que aprimora notoriamente as atividades de intervenção e articulação política dentro dos diferentes setores.

Programa Rio Negro

Coordenação/Desenvolvimento do Programa

Educação e Cultura Projeto de Educação Foirn/ISA

Apoio ao Fortalecimento Institucional da FOIRN e Associações filiadas e ao Aperfeiçoamento de projetos Comunitários

Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

Projeto Diversidade Social e Saúde na Região do Alto Rio Negro (Amazônia Brasileira)

Levantamento Socioeconômico, Demográfico e Sanitário do Povoado de Iauareté

Pesquisa Socioeconômico -Demográfica da população residente na cidade de São Gabriel da Cachoeira ISA/Foirn

Projeto Arte Baniwa - a sustentabilidade ecológica e social da produção e comercialização do artesanato de Arumã no Alto Rio Negro

Projeto Saúde , Nutrição e Assentamento (um estudo comparativo de povoados indígenas tradicionais e povoados-missão na área do Rio Negro)

Projeto Macrozoneamento Participativo nas Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro

Financiadores: Ibama, CNPq, Coama, FVA, Goldman Environmental Prize (EUA), Horizont3000, ICCO, INPA, IRD, MCT, MEC, MMA/FNMA, MPEG, PNPI/Norad, Programa Waimari-Atroari, Fundação Rainforest da Noruega, Semec, EU

PROGRAMA VALE DO RIBEIRA

Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

Projeto Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

Financiadores: Associação Quilombola de Ivaporunduva (parceria), Fundação Ford, Fehidro, IIEB, Diretorias regionais de ensino de Miracatu, Registro e Apiaí, Cenp/Secretaria de Educação do Estado de SP

Programa Xingu

Coordenação do Programa

Projeto Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis

Projeto Capacitação e Fortalecimento da Associação Terra indígena Xingu (ATIX)

Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu (PIX)

Projeto Fronteiras do Xingu

Financiadores: Fundação Rainforest da Noruega, Fundação Rainforest US, TNC, FNMA/MMA, Secretaria de Educação de MT, Ministério da Educação/Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, Fundação Ford, Fundação Nacional do Índio, Ibama Unifesp, Embaixada do Canadá, Prodeagro, Proyecto Cultivando Diversidad, Fundação Volkswagen, Fema MT

PROJETO PANARÁ

Financiadores: Associação Iaikô (parceria), Environmental Defense Fund, FUNAI (parceria), Fundação Rainforest dos EUA, TNC

PROJETO DE ÁREA

Xikrin

Financiadores: Associação Indígena Bép-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Cateté (parceria), Companhia Vale do Rio Doce, MMA (PPG-7), Programa Norueguês para Povos Indígenas, Fundação Ford, FUNAI, União Européia, Embrapa, Brumila Norte Industrial Madeireira Ltda, Mata Terraplanagem e Serviços Ltda (parceria), Ibama, Geotec/IPT (parceria)

PROJETO ESPECIAL

Rede de Cooperação Alternativa - RCA

TEMAS

Povos Indígenas no Brasil

Disponibilização de Informações Atualizadas sobre os Povos Indígenas no Brasil via Internet (Site)

NÚCLEOS DE AÇÃO GLOBAL

Projeto Diagnósticos Socioambientais da bacia do Xingu (Campanha "SOS Nascente do Rio Xingu")

Financiadores: RFN, ICCO, MMA/SCA

Projetos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo

Financiadores: Fehidro, Finep, IIEB, Fundação Florestal, Emae, Sabesp, Secr. Estadual de Recursos Hídricos, Secr. Estadual de Energia de SP, Zoom Aviação Ambiental, Master Comunicação, Thompson Digital, AGDS, Faculdade Senac, Fundação Memorial da América Latina, Instituto Acqua, Secr. Municipais de SP e Riberão Pires
Sub-comitê de Bacias Higráficas Billings/Tamanduateí

Sede Pública do ISA

"Parceria e fontes de financiamento"

"A estratégia de captação de recursos prevê a combinação de uma campanha de doações de pessoas físicas à qual se agregariam apoios institucionais de vários tipos."

ANO 2003

- * a palavra **clima/climática** (relativa ao temas das MC) aparece **1 vez** neste relatório
- * a palavra **manejo (agro)florestal/de recursos** aparece **42 vezes** neste relatório
- * a palavra **políticas públicas** aparece **39 vezes** neste relatório

(Financiadores: ICCO, NCA)

* frustração com primeiro ano do governo Lula

"O ISA teve então que voltar suas atenções para pedir ao governo que refreasse a sua marcha de insensatez, procurando, apesar de tudo, discutir também uma agenda positiva de trabalho."

* relatório lançado no ano de comemoração dos 10 anos de fundação (1994)

"período em que foi capaz de empreender com sucesso uma série de iniciativas que ajudaram a consolidar o conceito de socioambientalismo no Brasil e que o projetaram como uma das maiores organizações da sociedade civil brasileira." forte agenda de comemorações para 2004

ATIVIDADES PERMANENTES

(Financiadores: Fundação Ford, RFN, Horizont300, Norad, EU, Embaixada do Reino dos Países Baixos)

Administração

Capacitação em gestão para organizações parceiras locais do ISA

Comunicação

Desenvolvimento Institucional

Documentação

Geoprocessamento

Informática

PROGRAMAS & PROJETOS

Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo

Financiadores: Fehidro, Finep, Emae, Sabesp, Secr. Estadual de Recursos Hídricos, Sec estadual de Energia SP, Subprefeitura da Capela do Socorro, Subpref de Parelheiros

todos financiadores e parceiros nacionais!

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas

Monitoramento das Terras Indígenas no Brasil

Monitoramento de Unidades de Conservação no Brasil

Projetos de Pesquisa de Fauna e Flora em Terras Indígenas e Unidades de Conservação no Brasil

Monitoramento de Populações Extrativistas da Amazônia Legal

Financiadores: MMA/SCA, Norad, EU

Programa Política e Direito Socioambiental

Financiadores: Embaixada do Reino dos Países Baixos, Fundação Ford, Fundação Rainforest dos Estados Unidos, FRN

*** Participação na COP 9 Mudanças Climáticas em Milão com proposta alternativa para “floresta em pé”.**

Programa Rio Negro

Coordenação/desenvolvimento do Programa

Pesquisa, documentação e mapeamento

- * Violência, Sexualidade e Relações de Gênero em São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro
- * Pesquisa Socioeconômico -Demográfica da população residente na cidade de São Gabriel da Cachoeira ISA/Foirn
- * Projeto Arte Baniwa - a sust ecológica e social da produção e comercialização do artesanato de Arumã no Alto Rio Negro
- * Projeto Diversidade Social e Saúde na Região do Alto Rio Negro (Amazônia Brasileira)
- * Projeto Saúde , Nutrição e Assentamento (estudo comparativo de povoados indígenas trad e povoados-missão na área do RN)

Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

Educação e Cultura

- * Projeto de Educação Foirn/ISA

Apoio ao Fortalecimento Institucional da FOIRN e Associações filiadas e ao Aperfeiçoamento de projetos Comunitários

Financiadores: Atriat (parceira), Ibama, CNPq, Coama, Coidi, FINEP, FVA, Horizont3000, ICCO, INPA, IRD, MCT, MEC, MMA/FNMA, MPEG, PNPI/Norad, OEA, Oibi (parceira), Prodeam, PWA, RFN, Semec, EU

Programa Vale do Ribeira

Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

Projeto Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

Financiadores: Associação Quilombo de Ivaporunduva (parceria), Fehidro, IIEB, Diretorias regionais de ensino de Miracatu, Registro e Apiaí (parceria), Cenp/Secretaria de Educação do Estado de SP, Instituto de Direito Ambiental, Esalq/USP, Instituto Gea, Ética e Meio Ambiente, Fundação Ford, Nepa/UNICAMP, Pro-reitoria UNICAMP

todos financiadores e parceiros nacionais! Com excessão da Fundação Ford

Programa Xingu

Coordenação do Programa

Projeto Capacitação e Fortalecimento da Associação Terra indígena Xingu (ATIX)

Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu (PIX)

Projeto Fronteiras do Xingu

Manejo de Recursos naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis

Financiadores: Fundação Rainforest da Noruega, Fundação Rainforest US, TNC, Secretaria de Educação de MT, Ministério da Educação/

Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas,FUNAI, Unifesp, Colgate, EDF, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo,

Instituto Pronatura, Natura Cosméticos, Pronaf, Seduc MT, Terre des Hommes, UNICEF

Projeto Panará

Financiadores: Associação laikô (parceria), Environmental Defense Fund, FUNAI (parceria), Fundação Rainforest dos EUA, TNC

TEMAS

Temas Povos Indígenas no Brasil

Financiador: Norad

NÚCLEOS DE AÇÃO GLOBAL

ISA 10 anos

"A estratégia de captação de recursos prevê a combinação de fontes privadas de financiamento (através de patrocínio) e parcerias com instituições da sociedade civil - do governo ou privadas"

Campanha SOS Nascente do Rio Xingu

Financiadores: EDF, **Fundação Moore**, ICCO, Rainforest Action Network, RFN, RFUS, TNC, EU, WWF Brasil

ano 2004

*** a palavra clima/climática (relativa ao temas das MC) não aparece **nenhuma vez** neste relatório**

* a palavra **manejo (agro)florestal/de recursos** aparece **50** vezes neste relatório

* a palavra **políticas públicas** aparece **48** vezes neste relatório

(Financiadores: ICCO, NCA)

sem introdução

ATIVIDADES PERMANENTES

(Financiadores: Fundação Doen, Fundação Gordon & Betty Moore, Grupo AES Eletropaulo, Fundação Ford, RFN, Embaixada do Reino dos Países Baixos, Horizont3000, Ludwig Boltzmann, Norad, PNUD, Prosare, Terra dos Homens, TNC, USAID, EU)

Administração

Capacitação em gestão para organizações parceiras locais do ISA

Comunicação

Desenvolvimento Institucional

Documentação

Geoprocessamento

Informática

Escritórios: São Paulo, Manaus, Brasília e São Gabriel da Cachoeira

PROGRAMAS & PROJETOS

Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo

Financiadores: Fehidro, Fundação Florestal, Subprefeitura da Capela do Socorro, Subpref de Parelheiros

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas

Monitoramento das Terras Indígenas no Brasil

Monitoramento de Unidades de Conservação no Brasil

Financiadores: Norad, Cafod (Agência Católica para o Desenvolvimento)

Programa Política e Direito Socioambiental

Financiadores: Embaixada do Reino dos Países Baixos, Fundação Ford, FRN, Ministério da Justiça, PPG7/MMA

Programa Rio Negro

Coordenação/desenvolvimento do Programa

Pesquisa, documentação e mapeamento

- * Projeto Arte Baniwa - a sust ecológica e social da produção e comercialização do artesanato de Arumã no Alto Rio Negro
- * Peixes do Alto Tiquié
- * Pesquisa Socioeconômico -Demográfica da população residente na cidade de São Gabriel da Cachoeira ISA/Foirn
- * Violência, Sexualidade e Relações de Gênero em São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro

Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

Educação e Cultura

Apoio ao Fortalecimento Institucional da FOIRN e Associações filiadas e ao Aperfeiçoamento de projetos Comunitários

Financiadores: Ibama, Coama, Coidi, Fundação Gordon & Betty Moore, FVA, Horizont3000, INPA ,Inst. Ludwig-Boltzmann Atriat (parceira), Iphan, IRD, MEC, MPEG, Oibi (parceira), PWA, RFN, Semec

Programa Vale do Ribeira

Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

Projeto Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

Financiadores: Associação Quilombo de Ivaporunduva (parceria), Fehidro, IIEB, Diretorias regionais de ensino de Miracatu, Registro e Apiaí (parceria), Cenp/Secretaria de Educação do Estado de SP, Esalq/USP, Instituto Gea, Ética e Meio Ambiente, Fundação Ford, Nepa/UNICAMP, Pro-reitoria UNICAMP, Diocese de Registro, Instituto de Direito Ambiental

Programa Xingu

Coordenação do Programa

Manejo de Recursos naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis

Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu (PIX)

Projeto Panará

Projeto Fronteiras do Xingu

Diagnóstico Socioambiental, Conservação e Recuperação dos Formadores do Xingu

Financiadores: Fundação Rainforest da Noruega, Fundação Rainforest US, TNC, Secretaria de Educação de MT, Ministério da Educação/Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, FUNAI, Unifesp, Colgate, EDF, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Pronatura, Natura Cosméticos, Pronaf, Seduc MT, Terre des Hommes, UNICEF

*** Programa Xingu Estradas Verdes: Desenvolvimento Sócio-Econômico e Manejo de Florestas ao longo das novas artérias da Amazônia (USAID/IPAM)**

Parceiros e Financiadores: GTA, IFT, WHRC

TEMAS

Temas Povos Indígenas no Brasil

Financiador: Norad, Cafod

NÚCLEOS DE AÇÃO GLOBAL

Campanha 'Y Ikatu Xingu

" é uma coalizão ativa de interesses na proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes da Bacia do Xingu no Mato Grosso, e tem por objetivo mobilizar e articular diferentes atores na esfera municipal estadual, nacional e internacional sobre os impactos e a necessidade de garantir a integridade dos recursos hídricos."

Financiadores: Embaixada da Holanda, Fundação Doen, RFN, Usaid

Parceiros: Atix, Camara dos Vereadores de Canarana, Formad, Ongara, NBS, Pref. Municipal de Canarana, Sind. Dos Trab. Rurais de São José do Xingu, Unemat

Almanaque Brasil Socioambiental (antes "ISA Ano 10")

estabelecimento de parcerias para promoção de eventos: ICV e outros

ANO 2005 (Plano Trienal 2005 - 2007)

* a palavra clima/climática (relativa ao temas das MC) aparece **1 vez** neste relatório

* a palavra **manejo (agro)florestal/de recursos** aparece **43** vezes neste relatório

* a palavra **políticas públicas** aparece **35** vezes neste relatório

(Financiadores: ICCO, NCA)

sem introdução

ATIVIDADES PERMANENTES

(Financiadores: AIN, ED, Fehidro, Fundação Ford, Icco, Fundação Gordon & Betty Moore, RFN, Norad, PDA/Padeq, RFUS

Horizont3000, Terra dos Homens, USAID, Natura)

Administração

Capacitação em gestão para organizações parceiras locais do ISA

Comunicação

Desenvolvimento Institucional

Documentação

Geoprocessamento

Informática

Escritórios: São Paulo, Manaus, Brasília, São Gabriel da Cachoeira, **Eldorado (Vale do Ribeira) e Canarana (MT)**

NÚCLEOS DE AÇÃO GLOBAL

Campanha 'Y Ikatu Xingu

Financiadores: Embrapa, Icco, Incra, MDA, MMA

Parcerias: org. locais + ICV + IPAM

PROGRAMAS

Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo

(Financiadores: Fehidro, SVMA)

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas

(Financiadores: Norad, Cafod (Agência Católica para o Desenvolvimento), **Fundação Gordon & Betty Moore**

Programa Política e Direito Socioambiental

(Financiadores: Embaixada do Reino dos Países Baixos, Fundação Ford, FRN, Ministério da Justiça, PPG7/MMA, Fundação Ford, Usa id

**"Novas frentes de trabalho também se abrem, que exigem pesquisa, estudo e reflexão. Temas relativamente “novos”
vão exigir investimento, caso da interação entre desmatamento e mudanças climáticas, que finalmente, entrou na agenda intern."**

Programa Rio Negro

Coordenação/desenvolvimento do Programa

Educação / Coordenação

Manaus - Rede Rio Negro

Escritório Manaus

Santa Isabel

Pesquisa Socioeconômico-Demográfica da População de Santa Isabel do Rio Negro

São Gabriel da Cachoeira

Agrobiodiversidade na Terra Indígena do Alto Rio Negro

Apoio à Foirn / Wariró

Pesquisa Socioeconômico -Demográfica da população residente na cidade de São Gabriel da Cachoeira ISA/Foirn
 Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira
 Sub-sede São Gabriela da Cachoeira

Atuação do ISA no Rio Xié

Rio Içana

Projeto Arte Baniwa - Cestaria e Pimenta
 Projeto Arte Baniwa - a sust. ecológica e social da produção e comercialização do artesanato de Arumã no Alto Rio Negro
 Educação - Componente Baniwa e Coripaco
 Manejo Sustentável dos Recursos Naturais
 Paisagens Baniwa do Içana

Rio Tiquié

Banco Tucano
 Educação / AeitU
 Educação / Aeity (Escola Yupuri-Tukano)
 Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

Rio Uaupés

Educação / Asekk (Escola Khumuno Wu'u-Wanano)
 Patrimônio Imaterial/ Parceria com Iphan
 Tucum
 Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

**(Financiadores: Fapeam, Fundação Ford, Fundação Gordon & Betty Moore, Horizon3000, Icco
 Inst. Ludwig-Boltzmann, MEC, Norad, PDPI, Sebrap, RFN, SEDUC/AM, Unicef**

Programa Vale do Ribeira

Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira
 Projeto Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

(Financiadores: AIN, Icco, Fehidro, Banco do Brasil

Programa Xingu

Coordenação do Programa
 Apoio às Associações Indígenas
 Diagnóstico Socioambiental, Conservação e Recuperação dos Formadores do Xingu
 Manejo de Recursos naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis

Projeto Formação Integrada de Agentes Indígenas

Projeto Fronteiras do Xingu

Projeto Panará

(Financiadores: Fundação Doen, Embaixada Britânica, Usaid)

*** Consórcio Estradas Verdes: FVPP, GTA, IFT, IPAM, WHRC**

TEMA

Povos Indígenas no Brasil

Financiadores: Norad, Cafod

ANO 2006 (Plano Trienal 2005 - 2007)

*** a palavra **clima/climática** (relativa ao temas das MC) aparece **6 vezes** neste relatório**

*** a palavra **manejo (agro)florestal/de recursos** aparece **44 vezes** neste relatório**

*** a palavra **políticas públicas** aparece **33 vezes** neste relatório**

(Financiadores: ICCO, NCA)

sem introdução

Administração

Capacitação em gestão para organizações parceiras locais do ISA **(Financiadores: Norad, MDA)**

Comunicação

Desenvolvimento Institucional

Documentação

Geoprocessamento

Informática

NÚCLEOS DE AÇÃO GLOBAL

Campanha 'Y Ikatu Xingu

Financiadores: Fundação Blue Moon, Instituto HSBC Solidariedade, Icco, Grendene, Grupo Soja, MDA/SAF, Incra

Parcerias: org. locais + ICV + IPAM

PROGRAMAS & PROJETOS

Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo

(Financiadores: Fehidro, Sebrae SP)

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas

(Financiadores: Norad, Cafod, Fundação Gordon & Betty Moore)

Programa Política e Direito Socioambiental

Financiadores: ED, Embaixada do Reino dos Países Baixos, FRN, **Fundação David & Lucile Packard**, Fundação Ford

"Dentro desse tema, o ISA tem atuado ativamente tanto como membro da coordenação do Consórcio Socioambiental da BR-163 acompanhando todo o processo político do Plano da BR-163 quanto com contribuições na própria definição da política. O ISA faz parte também do Consórcio Estradas Verdes, de organizações não-governamentais apoiado pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid)"

"Elaboração de especial sobre Desmatamento na Amazônia com artigo de Márcio Santilli, Paulo Moutinho e Stephen Swartzman sobre Mudanças Climáticas e Desmatamento"

"Perspectivas: É possível que o debate em torno da legislação florestal brasileira ganhe mais densidade diante do quadro dramático das mudanças climáticas globais finalmente reconhecido pela opinião pública assim como da pressão em face da prevista aceleração do agronegócio."

Programa Rio Negro

Desenvolvimento do Programa/ Coordenação

Educação / Coordenação

Manaus

Rede Rio Negro

ISA Manaus

Rio Negro Abaixo, Santa Isabel

Pesquisa Socioeconômico-Demográfica da População de Santa Isabel do Rio Negro

São Gabriel da Cachoeira

Agrobiodiversidade na Terra Indígena do Alto Rio Negro

Apoio à Foirn / Wariró

Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira
 Sub-sede São Gabriela da Cachoeira
 Espaço Público

Rio Içana

Projeto Arte Baniwa - Cestaria e Pimenta
 Projeto Arte Baniwa - a sust. ecológica e social da produção e comercialização do artesanato de Arumã no Alto Rio Negro
 Educação - Componente Baniwa e Coripaco
 Manejo Sustentável dos Recursos Naturais
 Paisagens Baniwa do Içana

Rio Tiquié

Banco Tukano
 Educação / AeitU
 Educação / Aeity (Escola Yupuri-Tukano)
 Manejo Sustentável dos Recursos Naturais
 Censo no Tiquié

Rio Uaupés

Educação / Asekk (Escola Khumuno Wu'u-Wanano)
 Patrimonio Imaterial/ Parceria com Iphan
 Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

**(Financiadores: Fapeam, Fundação Ford, Fundação Gordon & Betty Moore, Horizon3000, Icco
 MEC, PDPI, RCA, Sebrap, RFN, SEDUC/AM, Unicef)**

Perspectivas: Aprofundar o entendimento do papel das paisagens na economia e bem-estar das comunidades Baniwa e de suas interfaces com questões relacionadas ao aquecimento Global e às Mudanças Climáticas.

Programa Vale do Ribeira

Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

Projeto Ribeira Sustentável

Articulação e Mobilização Social para a Conservação e Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira

Projeto Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira

Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas

Educação e Cultura

Projeto Artesanato

Conservação, recuperação e uso sustentável do palmito Juçara nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira
Projeto Desenvolvimento Sustentável do Quilombo de Ivaporunduva

(Financiadores: AIN, Petrobras, ICCO, Fehidro, Fundação Banco do Brasil, MMA/FNMA, MMA/PDA)

Introdução: A região do Vale do Ribeira no atual contexto das Mudanças Climáticas ganha ainda mais importância por conservar com suas florestas, rica biodiversidade e sociodiversidade um importante manancial de água para a região mais populosa do país.

Programa Xingu

Coordenação do Programa

Capacitação em Gestão e fortalecimento institucional das Associações Indígenas

Apoio à qualificação das escolas e das iniciativas educacionais comunitárias no Baixo e Médio Xingu

Apoio às iniciativas Indígenas de revitalização e registro de manifestações culturais

Diagnóstico Socioambiental, Conservação e Recuperação dos Formadores do Xingu

Projeto de Manejo de Recursos naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas

Projeto Fronteiras do Xingu

Terra do Meio

(Financiadores: ED, FUNAI, Fundação Doen, INCRA, MEC/FNED/CGAEI, FNC, MMA/FNMA, RFN, Terra dos Homens, TNC, Usaid)

TEMA

Povos Indígenas no Brasil

Financiadores: Norad, Embaixada da Nova Zelandia, Cafod, Fundação Lee & George Gund III, IEB/Usaid

ANO 2007 (Plano Trienal 2005 - 2007)

* a palavra clima/climática (relativa ao temas das MC) aparece **9 vezes** neste relatório

* a palavra **manejo (agro)florestal/de recursos** aparece **41** vezes neste relatório

* a palavra **políticas públicas** aparece **35** vezes neste relatório

(Financiadores: ICCO, NCA)

sem introdução

Administração

Comunicação

Desenvolvimento Institucional
Documentação
Geoprocessamento
Informática

*** houve uma contratação para trabalhar com Mudanças Climáticas**

PROGRAMAS & PROJETOS

Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo

Financiadores: Cenpec, Fehidro, Grendene, SVMA/PNUMA SP

"Projeto Seminário Impacto das Mudanças Climáticas sobre Mananciais e outras águas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) - Bovespa Social e Ambiental"

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas

Financiadores: Norad, Cafod, Fundação Gordon & Betty Moore

Programa Política e Direito Socioambiental

Financiadores: Fundação Ford, Fundação Rainforest da Noruega, **Fundação David & Lucile Packard**

"Avaliação: Durante a Conferencia do Clima de Bali foi anunciado pelo governo norueguês a doação de recursos para combater o desmatamento na Amazônia, o que e um sinal alentador de que a comunidade internacional pode ser parceira na busca de formas de recompensar o pais e as populações amazônidas pela manutenção da floresta e de seus serviços ambientais, mas não ha ainda efetiva estrutura interna para que esses recursos possam ser aplicados com o máximo de efetividade."

Marcio Santilli: Coordenador Iniciativa Mudanças Climáticas

Programa Rio Negro

Desenvolvimento do Programa/ Coordenação

Educação / Coordenação

Manaus

Rede Rio Negro

ISA Manaus

Rio Negro Abaixo, Santa Isabel

Pesquisa Socioeconômico-Demográfica da População de Santa Isabel do Rio Negro

São Gabriel da Cachoeira

Apoio à Foirn / Wariró

Sub-sede São Gabriela da Cachoeira

Espaço Público

Rio Içana

Projeto Arte Baniwa - Pimenta

Educação - Componente Baniwa e Coripaco

Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

Paisagens Baniwa do Içana

Rio Tiquié

Educação / AeitU

Educação / Aeity (Escola Yupuri-Tukano)

Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

Rio Uaupés

Educação / Asekk (Escola Khumuno Wu'u-Wanano)

Patrimônio Imaterial/ Parceria com Iphan

Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

Financiadores: Fapeam, Fundação Gordon & Betty Moore, Horizon3000

MEC, PDPI, RCA, Sebrap, RFN, SEDUC/AM

Programa Vale do Ribeira

Conservação e Uso dos Recursos Naturais

Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

Campanha Cílios do Ribeira - Projeto Ribeira Sustentável

Articulação e Mobilização Social para a Conservação e Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira

Projeto Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira

Educação e Cultura

Projeto Cidadania Quilombola - balcão de direitos

Desenvolvimento Sustentável

Projeto Artesanato

Conservação, recuperação e uso sustentável do palmito Juçara nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira
 Projeto Desenvolvimento Sustentável do Quilombo de Ivaporunduva

Financiadores: AIN, Petrobras, FAPESP, ICCO, Fehidro, Fundação Banco do Brasil, Banco Real, MMA/FNMA, MMA/PDA, SEDH

Programa Xingu

Coordenação do Programa

Parque indígena do Xingu e Terra Indígena Panará

Terra do Meio

Adequação Socioambiental da Bacia do Rio Xingu

Financiadores: Casa Centro de Apoio Socioambiental, Comunidade Européia, ED, Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação Blue Moon, Fundação Doen, **Fundação Packard**, Grendene, Icatu Hartford, INCRA, HSBC Solidariedade, MDA, MEC, MINC, MMA/FNMA, Norad, RFN, Terra dos Homens, TNC, UE, Usaid

Workshop “Climate Change Mitigation” - CI do Brasil

(A Coordenação) Participou da articulação em torno da construção da proposta de “Carbono Socioambiental no Xingu” voltada para iniciativas de sequestro de carbono com vistas a restauração florestal

TEMA

Povos Indígenas no Brasil

Financiadores: Norad, Cafod

MC

MC: Build coalitions for Compensated Reductions, as well as to carry out analysis and create public awareness of the effects of climate change in Brazil - ED - Linden Grant

(pg. 15 - tabela Projetos Monitorados em 2007, área 83)

ANO 2008 (Plano Trienal 2008 - 2010)

* a palavra clima/climáticas (relativas ao tema das MC) aparece **42** vezes neste relatório

* a palavra **manejo (agro)florestal/de recursos** aparece **40** vezes neste relatório

* a palavra **políticas públicas** aparece **41** vezes neste relatório

(Financiadores: ICCO, NCA)

* Programa Mananciais de São Paulo - falta de recursos e esforços de captação sem sucesso: **decisão de dissolver a equipe** (fim do ano)– esta é a nota mais triste do período

* **Mudança Climática** também esteve no centro das atenções do ISA e dois seminários sobre os impactos do clima foram realizados. Um em Manaus, focado na Bacia do Rio Negro e na cidade de Manaus, e outro em Cuiabá, focalizando os impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura do Mato Grosso. Temas como pagamento por serviços ambientais, conhecimentos tradicionais, desmatamento e ordenamento territorial estiveram em debate pelas equipes do ISA durante o ano.

Administração

Comunicação

"Continuou a crescer a demanda por opiniões e análises do ISA em relação a temas polêmicos como a demarcação da Raposa-Serra do Sol, os índices de desmatamento, a política nacional de mudança climática e saúde indígena entre outros."

Desenvolvimento Institucional

Documentação

Geoprocessamento

Informática

* **número de colaboradores por unidade: Mudanças Climáticas - 3 pessoas**

PROGRAMAS & PROJETOS

Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo

Financiadores: Cenpec, Fehidro, Grendene, SVMA/PNUMA SP

"A transição de Secretaria Executiva (SE), as dificuldades financeiras da campanha e as incertezas para o próximo ano, apontam para um novo cenário: ter uma campanha do ISA já não é prioridade, a campanha pode ser de outros também."

"O ano termina com uma fatalidade. O programa teve um projeto aprovado pela Petrobrás, cujo contrato não foi assinado pela empresa que alega contenção de despesas. A campanha, sem recursos, entrou em fase de incertezas. Grande parte da equipe foi demitida e muitas das atividades previstas no planejamento estratégico da campanha foram suspensas."

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas

Financiadores: Norad, Cafod, Fundação Gordon & Betty Moore

Programa Política e Direito Socioambiental

Financiadores: ED, Embaixada Britânica, Icco, **Fundação Avina**, Fundação Ford, FRN, Fundação David & Lucile Packard

Área: Política Florestal - Pagamento por Serviços Ambientais

"O ISA identificou e passou a monitorar projetos de lei relativos a pagamento por serviços ambientais"

"Também em 2008 foi realizado um seminário interno, baseado em estudos contratados de consultoria, em que partindo da percepção de que instrumentos de comando e controle por si só não têm capacidade de reverter tendências de desmatamento e degradação ambientais, buscou-se avaliar criticamente ferramentas de incentivo econômico para a conservação ambiental com o intuito de buscar formas de aplicá-las da melhor maneira possível, sem incorrer nos riscos e impactos que sua má utilização pode acarretar."

Área: Mudanças Climáticas

"O levantamento do impacto da mudança climática sobre o Brasil, o acompanhamento das emissões brasileiras, do desmatamento e do pacto desmatamento zero, a agenda internacional em relação ao tema e o atendimento das demandas de parceiros locais do ISA foram as prioridades desta iniciativa."

- * "Impactos das Mudanças Climáticas em Manaus e na Bacia do Rio Negro": seminário e lançamento de livro
- * "Mudanças no clima e a Agricultura no Mato Grosso: Impactos e oportunidades" - Cuiabá
- * Reuniões internacionais - Congo, Gana, COP 16 - Poznan (Polônia)

"Em dezembro, foi realizada a primeira conversa sobre o Carbono Socioambiental do Xingu durante 2 dias de debates na Terra Kayapó/PIX."

Programa Rio Negro

Desenvolvimento do Programa/ Coordenação

Desenvolvimento de Alternativas Econômicas para os Povos Indígenas do rio Negro

Capacitação

ISA Manaus

Rede Rio Negro

Médio Rio Negro: Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos

Rio Tiquié

Calendário

Rio e Peixes
 Paisagens Florestais
 Bem estar das comunidades: Segurança alimentar - produção alternativa
 Plano Diretor das Comunidades

Rio Uaupés

Manejo ambiental, educação, fortalecimento institucional e registro/ valorização do patrimônio cultural

Rio Içana

Manejo ambiental
 Atlas do Içana
 Educação: Componente Baniwa e Coripaco
 Pesquisa Pimentas na Bacia do Içana-Ayari: bases para a sustentabilidade da produção e comercialização

ISA São Gabriel da Cachoeira

Espaço Público

Financiadores: Cafod, Embaixada da Noruega, Fapeam, **Fundação Avina,**
Fundação Gordon & Betty Moore, Horizon3000, Iphan, MEC, RFN

*** Manaus: "I Seminário de Mudanças Climáticas"**

Programa Vale do Ribeira

Monitoramento Socioambiental Regional

Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

Projeto Cidadania Quilombola - balcão de direitos

Campanha Cílios do Ribeira

Ribeira Sustentável: Articulação e Mobilização Social para a Conservação e Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira

Recuperação do Rio Pedro Cubas: programa de revitalização ambiental - Todos Juntos pelo Vale do Ribeira

Projeto Plano de manejo das Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Mosaico Juréia-Itatins

Educação e Cultura

Desenvolvimento Sustentável Local

Projeto Agenda Socioambiental do Vale do Ribeira

Projeto Artesanato

Projeto conservação, recuperação e uso sustentável do palmito Juçara nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira

Projeto Desenvolvimento Sustentável do Quilombo de Ivaporunduva

Projeto de desenvolvimento de atividade apícola nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira

Financiadores: AIN, Fundação Banco do Brasil, Iniciativa Verde, MAIS-RETE, MDA MMA/FNMA, MMA/PDA, SEDH, SMA/Fehidro

Avaliação

"Diante da preocupação com as mudanças climáticas ampliam-se as possibilidades do desenvolvimento de processos-piloto sobre Pagamento de Serviços Ambientais e as discussões sobre Redução Compensada de Desmatamento e Degradação (Redd) para a região. Esta temática considera a importância da biodiversidade e sociodiversidade que abriga o Vale do Ribeira e que podem contribuir na construção de caminhos para o desenvolvimento sustentável com a inclusão das populações tradicionais locais."

Programa Xingu

Coordenação do Programa

Parque indígena do Xingu e Terra Indígena Panará

Terra do Meio

Adequação Socioambiental da Bacia do Rio Xingu

Financiadores: Avon, Cafod, Cervejaria Premiun, Comissão Européia, ED, Fundação Blue Moon, Fundação Gordon & Betty Moore, Embaixada da Noruega, Fundação Doen, Fundação Packard, Grendene, Icatu Hartford, HSBC Solidariedade, INCRA MDA, MEC, MINC, MMA/FNMA, Natukapilar, RFN, Terra dos Homens, TNC, Usaid, Yazigi Internexus, Auguri Ltda

Perspectivas

"Coordenar, em parceria com o PPDS, processo de diálogo com os povos do PIX, com os Panará e os Kayapó visando informá-los sobre temas relacionados a mudanças climáticas e serviços ambientais/mercado de carbono e a relação desses temas com o Brasil, a Amazônia e seus respectivos territórios. O objetivo é subsidiá-los para participarem dos fóruns nacionais e internacionais de discussão desses temas e se posicionarem em relação às demandas do mercado de carbono;"

TEMA

Povos Indígenas no Brasil

Financiadores: Norad, Cafod

ANO 2009 (Plano Trienal 2008 - 2010)

* a palavra clima/climáticas (relativas ao tema das MC) aparece **40** vezes neste relatório

* a palavra **manejo (agro)florestal/de recursos** aparece **32** vezes neste relatório

* a palavra **políticas públicas** aparece **34** vezes neste relatório

(Financiadores: ICCO, NCA)

"...decidimos estabelecer um processo de discussão durante 2010 que repensara nossa atuação a partir de uma nova centralidade do tema da mudança climática, que envolvera toda a instituição"

"Ao contrario, ao propormos uma nova centralidade das mudanças climáticas em nossa atuação, reafirmamos nossa opção por atualizar permanentemente nossa estratégia, nossas prioridades e nossas modalidades de ação, evoluindo de acordo com as necessidades da conjuntura para efetivamente construirmos um mundo sustentável e justo."

Administração

Comunicação

"Perspectivas: O debate sobre a reestruturação do ISA tendo como eixo central a questão das mudanças climáticas coloca novos desafios para a comunicação como a criação de novos veículos de divulgação destinados a informar e sensibilizar para o tema.

O foco e dar mais visibilidade ao ISA e contribuir para que venha a se tornar referencia sobre o tema da mesma forma que já e para povos indígenas e politicas socioambientais"

Desenvolvimento Institucional

Documentação

Geoprocessamento

Informática

*** não consta no relatório a participação de nenhum funcionário na área de Mudanças Climáticas**

(Mudanças Climáticas e Iniciativa Amazônica estão considerados no PPDS)**

PROGRAMAS & PROJETOS

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas

Monitoramento de Terras Indígenas no Brasil

Monitoramento de Unidades de Conservação no Brasil

Financiadores: Embaixada da Noruega, Cafod, Fundação Gordon & Betty Moore

Programa Política e Direito Socioambiental

Financiadores: CI, ED, Embaixada Britânica, Icco, IIE, Fundação Avina, Fundação Ford, FRN, Fundação David & Lucile Packard,

Fundação Pachamama, UE; Embaixada da Finlândia; AIN Ajuda da Igreja da Noruega; Programa IDH Dutch Sustainable Trade Initiative/Icco.

"Participação na Rede Observatório do Clima (OC), Participação em eventos relacionados a mudanças climáticas e Redd, Organização do seminário Vulnerabilidades do Brasil às Mudanças Climáticas: Contribuições para o Plano Nacional de Mudanças Climáticas (abril) Publicação "Impactos e oportunidades das mudanças climáticas para a agricultura do Mato Grosso"

"Avaliação: Mas, ao mesmo tempo em que novos desafios se impõem, oportunidades também surgem. Em 2009 foi aprovada a Lei Nacional de Mudanças Climáticas, pela qual o País assume metas de redução de emissões que supõem, entre outras coisas, redução nos desmatamentos (sobretudo na Amazônia) e adoção de tecnologias mais limpas (sobretudo na agropecuária e transportes)."

Programa Rio Negro

Desenvolvimento do Programa/ Coordenação

Formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural do Rio Negro

três eixos temáticos: **I – Manejo do mundo: conhecimentos indígenas e mudanças climáticas;**

II – Narrativas de origem e territorialidades no Rio Negro;

III – Desenvolvimento e gestão territorial indígena

Manaus - Rede Rio Negro

Médio Rio Negro: Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos

São Gabriel da Cachoeira - Espaço Público

Subsede São Gabriel da Cachoeira

Rio Içana

Rio Tiquié

Calendário

Rios e Peixes

Paisagens florestais

Geração de Renda - Inventário florestal de matéria-prima de artesanato

Bem estar das comunidades: Segurança alimentar – produção alternativa

Rio Uaupés

Pró-Yanomami

Financiadores: AIN, Cafod, Embaixada da Noruega, Fapeam, Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável;

Fundação Gordon & Betty Moore, Horizon3000, Iphan, MEC, RFN, Unesco.

Realização: Seminário sobre clima da Rede de Cooperação Alternativa (RCA) com o objetivo de discutir os temas que estão em evidencia no mundo inteiro, como mudanças climáticas, REDD, Serviços Ambientais, PSA, Mercado de Carbono e Fundo Amazônia

Programa Vale do Ribeira

Monitoramento Socioambiental Regional

Projeto Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira
 Diagnóstico e Delimitação de Área de proteção e Recuperação de Mananciais ...
 Assessoria Jurídica para Defesa dos Direitos Territoriais e Coletivos dos Quilombos do VR
 Campanha Cílios do Ribeira
 Articulação e Mobilização Social para a Conservação e Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira
 Projeto Plano de manejo das Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Mosaico Juréia-Itatins - FASE II
 Projeto Rede Juçara: O Uso Sustentável da Palmeira Juçara como Estratégia para a Conservação da Mata Atlântica

Educação e Cultura

Desenvolvimento Sustentável Local

Projeto Artesanato
 Projeto conservação, recuperação e uso sustentável da palmeira Juçara nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira
 Projeto Desenvolvimento Sustentável do Quilombo de Ivaporunduva
 Projeto de desenvolvimento de atividade apícola nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira
 Recuperação do Rio Pedro Cubas: programa de revitalização ambiental - Todos Juntos pelo Vale do Ribeira
 Projeto Circuito Quilombola

Financiadores: Aecid, AIN, Fundação Banco do Brasil, Cese, Iniciativa Verde, MAIS-RETE, MDA, MMA/PDA, MMA/FNMA, Moab/Fehidro, Petrobras, EU

"O programa vai iniciar estudos para entender as vulnerabilidades do Vale do Ribeira em relação às mudanças climáticas"

"...o Vale do Ribeira enfrenta situações de vulnerabilidade perante as mudanças climáticas e o Programa vai envidar esforços para captar recursos para estudos e proposições de ações mitigadoras e adaptativas para a região"

Programa Xingu

Coordenação do Programa

Parque indígena do Xingu e Terra Indígena Panará
 Adequação Socioambiental da Bacia do Rio Xingu
 Terra do Meio - Pará

Financiadores: Avon, Afras, Cafod, Cervejaria Premiun, Comissão Européia, ED, Fundação Blue Moon, Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação Doen, Fundo Vale, Icatu Hartford, HSBC Solidariedade, MDA/SAF, minc/FNC, Auguri Ltda, MMA/FNMA, Natukapilar, Natura, RFN, Terra dos Homens, Unesco, Usaid

"Organização de workshop para o projeto Carbono Socioambiental do Xingu

Discussão para estabelecimento de um programa de pagamento por serviços ambientais divisão das atividades de cada instituição
Com parceiros como CI, IPAM, TNC e outros."

"Realização do processo de consulta informada sobre mudanças climáticas, pagamento de serviços ambientais para o corredor de Terras Indígenas que envolve as etnias do Parque do Xingu, TI Panara e TIs Kaiapo"

"Assessorar as comunidades indígenas e suas lideranças na elaboração dos planos de gestão do Parque Indígena do Xingu e da TI Panara, buscando valorizar os serviços ambientais associados a esses territórios e seus benefícios para a questão climática, contemplando as demandas dessas comunidades, necessárias a manutenção dos seus estoques de carbono, buscando alavancar recursos nos fundos de doação e/ou mercado de carbono para assegurar a sustentabilidade dos planos de gestão"

"Perspectivas: Mapear os ativos florestais da região e seus respectivos estoques de carbono, e promover o entendimento local e regional sobre sua importância na manutenção dos serviços ambientais fundamentais a região, com destaque para a questão climática, e sua relação com as metas nacionais e estaduais de redução das emissões de carbono"

TEMA

Povos Indígenas no Brasil

Financiadores: Embaixada da Noruega, Cafod

APÊNDICE C – APÊNDICE FOTOGRÁFICO

A primeira semente deste trabalho de pesquisa foi plantada em 2006. Após dois anos e meio trabalhando em uma grande organização não-governamental transnacional, lidando com temas como desmatamento, expansão da produção de soja na Amazônia, produção e comercialização de transgênicos e suas regulamentações, encerrei meu trabalho atuando na COP8-MOP3, Oitava Conferência das Partes para Convenção da Diversidade Biológica e Terceira Conferência das Partes para Protocolo de Biossegurança, respectivamente, que aconteceu em Curitiba, Paraná, em meados de 2006.

Neste momento eu encerrava mais uma etapa de vida, através de uma atuação profissional, levando comigo um novo entendimento do papel dos diferentes atores sociais sobre a resolução de problemáticas socioambientais. Compreendia a importância da atuação em rede e a riqueza do trabalho articulado nas diferentes escalas; regional, nacional e global. Acreditando ainda mais no fortalecimento da relação homem & natureza como caminho para conservação dos recursos naturais e desenvolvimento social.

Mas ainda faltava algo... não bastava apenas compreender algumas problemáticas socioambientais que existiam no país, nem muito menos propor alternativas dentro de quatro paredes de um escritório. Era preciso vivê-las!

E então, no último quadrimestre de 2006, decidi empreender em viagem ao Bioma Amazônia em busca de reconhecer e compreender as suas diferentes realidades, fazendo contatos e visitando instituições e projetos de organizações governamentais e não-governamentais que estavam trabalhando pela conservação da floresta.

Começando por Brasília (claro!), passei pelos Estados do Pará, Amapá, Amazonas, Acre e Rondônia. Fiquei em mais de 15 cidades diferentes, passei por inumeráveis municípios e visitei diversos projetos. Conheci um incontável número de pessoas envolvidas com a conservação da floresta Amazônica; de técnicos de campo a chefes de organizações, de comunitários a encarregados do governo, do barqueiro às fazedoras de farinha, do seringueiro ao professor da escola.

Tive a oportunidade de ver realidades, viver um pouco do modo de vida das comunidades ribeirinhas e das pessoas nas cidades amazônicas, de servir voluntariamente a projetos de pesquisa e de produção de recursos florestais não-madeireiros em comunidades amazônicas. De viver, ver e sentir um pouquinho da floresta e seus modos de ocupação e uso.

Ainda que de uma riqueza incalculável, desta experiência não saíram respostas para problemas que me afligiam, mas sim mais perguntas que eu teria de ir buscar responder. E este projeto de pesquisa nasceu ali, certa de que eu encontraria dentro da universidade, com a

ajuda dos livros e de teorias, algumas das respostas para as perguntas que eu estava por compreender.

Abaixo se encontra algumas imagens que ilustram parte a experiência vivida.

Figuras B.1 – A grande floresta

Imagens B.2 – Imagens de desmatamentos na Amazônia

Imagens B.3 – As florestas de igapó e seus rios

Imagens B.4 – Os rios amazônicos

Imagens B.5 – O charme das casas amazônicas

Imagens B.6 – Modos de vida amazônicos

Imagens B.7 – Alternativas de produção e subsistência

Imagens B.8 – A comida

Imagens B.9 – O micro do macro

Imagens B.10 – A autora e a floresta